

2º Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social
Ministério do Esporte

**Democracia participativa e Políticas
Públicas de Esporte e Lazer:**

O Programa Esporte na Comunidade (Fortaleza/CE)



Ana Amélia Neri Oliveira

Brasília, DF
2011

VENDA PROIBIDA



ANAAMÉLIA NERI OLIVEIRA

**DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E POLÍTICAS
PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER:**

O PROGRAMA ESPORTE NA COMUNIDADE (FORTALEZA/CE)

1ª Edição

Brasília

2011

Presidente da República

Dilma Rousseff

Ministro do Esporte

Orlando Silva de Jesus Júnior

Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer

Rejane Penna Rodrigues

Secretário Nacional de Esporte Educacional - Substituto

Fábio Roberto Hansen

Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento

Ricardo Leyser Gonçalves

Organizadoras:

Rejane Penna Rodrigues - SNDEL

Aline Leocádio de Lima – DCTEC/SNDEL

Projeto gráfico, diagramação e capa

Gráfica e Editora Ideal

Impressão

Gráfica e Editora Ideal

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)

O48

Oliveira, Ana Amélia Neri.

Democracia participativa e políticas públicas de esporte e lazer : o programa esporte na comunidade – Fortaleza/CE / Ana Amélia Neri Oliveira. – Brasília : Gráfica e Editora Ideal, 2011.

188 p. ; 30 cm.

ISBN: 978-85-89196-48-2

1. Esporte. 2. Lazer. 3. Política pública. 4. Programa de governo. I. Título.

CDU 796

Distribuição gratuita

1ª Edição:

Tiragem: 1000 exemplares

Os textos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores que os assinam.

APRESENTAÇÃO

O *PRÊMIO BRASIL* busca incentivar, apoiar e valorizar produções científicas, tecnológicas, jornalísticas e pedagógicas que possam contribuir para a qualificação e inovação de Políticas Públicas de Esporte e Lazer de Inclusão Social. Lançado em 2008 pelo Ministério do Esporte, este concurso público que teve sua segunda edição no ano de 2010, selecionou e premiou diversos trabalhos.

Neste ano, a exemplo do que ocorreu na 1ª edição em 2008, estamos publicando na íntegra os estudos premiados em primeiro lugar na Categoria Regional “Dissertações, Teses e Pesquisas Independentes”.

Com esse objetivo, o presente livro apresenta relevante estudo premiado pela Região Nordeste, de autoria de Ana Amélia Neri Oliveira, intitulado “*Democracia participativa e políticas públicas de esporte e lazer: O Programa Esporte na Comunidade (Fortaleza/CE)*”.

Temos a certeza que esta obra poderá contribuir com o crescimento da área do esporte e do lazer no Brasil e a qualificação do trabalho e debates realizados por pesquisadores, estudantes, gestores e outros agentes e parceiros das políticas públicas, colocando à disposição para reflexões e debates, conhecimentos e experiências que propôs estudar.

Boa leitura a todos!

Rejane Penna Rodrigues
Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer
Ministério do Esporte

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, à minha mãezinha do coração Licínia, pelo amor a mim cedido, pelos afagos e pelas muitas palavras de estímulo e exemplo de luta e coragem; ao meu pai Raimundo, pela educação que me proporcionou nos primeiros anos da minha vida ainda em nosso lar em Trairi/CE e por nunca ter medido esforços no sentido de assegurar condições materiais para o estudo de seus filhos. Mamãe e papai, tudo isto e o que ainda há de vir, devo a vocês!

Aos meus professores e às professoras, que no percurso da escola à universidade (graduação e pós-graduação), estimularam-me com seus ensinamentos e muito mais com sua prática a singularidade do ser professor. Alguns deles foram essenciais, outros foram imprescindíveis, é o caso do mestre camarada Nicolino Trompieri.

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares:

Pais: Raimundo e Licínia.

Irmãos e irmãs: Beatriz, Américo, Silvana, Idalina, Marcos, Maria Izolda, Icelda, Carlos, Eleison (in memorian) e Paco.

Sobrinhos e sobrinhas: João, Walewsky, Janderson, Pablo, Arthur, Levi, Marcos, Sabrina, Claiz e Sophia (minha princesa).

Tio e tias: Autran, Neri e Salete.

Aos amigos e amigas:

Gleide Marley e Bergson Rodrigues, companheiros desde os tempos da faculdade. Tone Wagner, Gabriel Guerreiro, Maria Silva, Denise Dourado e Fábio Silvestre, pelo cuidado e pela atenção dedicada durante a minha permanência em Brasília.

Às escolas:

Santa Tereza, família que sempre me recebeu com muita estima. Aos meus alunos, ao grupo gestor e, de modo especial, à professora Rita de Cássia, que sempre me encorajou a seguir na luta pelo mestrado.

Professor José Militão de Albuquerque. Ao grupo gestor, em particular à professora Marta Leuda, pelo auxílio nos momentos de dificuldade.

À Secretaria de Esporte e Lazer de Fortaleza:

Coordenadores e supervisores do Programa Esporte na Comunidade. Aos professores Gleide Rodrigues, Paulo, Josivaldo Moura, Aline Morais, Paulo e Sérgio.

Às comunidades núcleos do programa:

Planalto Universo, Rosalina, Serrinha, Presidente Kennedy e João Paulo II, principalmente ao senhor Nonato da Associação dos Moradores do Planalto Universo e a senhora Neusa da Cooperativa das Costureiras da Rosalina, que sempre me acolheram com muito carinho, atenção e interesse pela pesquisa.

Aos funcionários do Departamento de Fundamentos da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará:

Francisco, Carlos de Lima, Maria Lemos e Gerson Morais, que sempre me receberam

com bastante solicitude.

Aos funcionários da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília: Josino Ferreira, Sebastião Raposo, Denise Inácio, Alba Oliveira e Quélbia Castro pela cordialidade e habilidade diante dos “aperreios da cearense”.

Aos professores e amigos:

Dulce Suassuna, orientadora e amiga, pela orientação e cumplicidade ao longo do caminho árduo e solitário que caracteriza o mestrado. E também pela credibilidade no tocante à minha atuação no âmbito do grupo de pesquisa do Núcleo de Estudos do Corpo e Natureza/Redes Cedes vinculado à Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília. E ainda, pela colaboração na revisão deste trabalho.

Nicolino Trompieri, orientador e amigo, por mais uma orientação, pelos muitos ensinamentos e pela presença constante em minha vida acadêmica.

Valter Bracht (UFES) e Fernando Mascarenhas (UnB), pela participação na banca examinadora, suas contribuições foram de grande relevância para o processo de construção da dissertação que culminou na produção do livro.

Ao Ministério do Esporte representado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer, pelo reconhecimento de um esforço coletivo materializado na dissertação premiada no II Prêmio de Esporte e Lazer de Inclusão Social e em sua publicação em livro.

A todos e todas, os meus cordiais agradecimentos!

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: DISTRIBUIÇÃO DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS NO PENC EM 2008.....	44
QUADRO 2: SITUAÇÃO CONFORME CRITÉRIOS ESTABELECIDOS E NÚCLEOS VISITADOS	45
QUADRO 3: SUJEITOS DA PESQUISA E TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO APRESENTADAS	52
QUADRO 4: GRUPOS DE INFORMANTES-CHAVE	53

LISTA DE ABREVIATURAS

CEDES: Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer

CRAS: Centro de Referência da Assistência Social

COELCE: Companhia Elétrica do Ceará

EJA: Educação de Jovens e Adultos

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

OP: Orçamento Participativo

ONG: Organização Não-Governamental

PPA: Plano Plurianual

PENC: Programa Esporte na Comunidade

SECEL: Secretaria de Esporte e Lazer de Fortaleza

SER's: Secretarias Executivas Regionais

SER I: Secretaria Executiva Regional I

SER II: Secretaria Executiva Regional II

SER III: Secretaria Executiva Regional III

SER IV: Secretaria Executiva Regional IV

SER V: Secretaria Executiva Regional V

SER VI: Secretaria Executiva Regional VI

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: MAPA DE FORTALEZA POR SECRETARIA EXECUTIVA REGIONAL.....	48
FIGURA 2: MAPA DA SECRETARIA EXECUTIVA REGIONAL I	48
FIGURA 3: MAPA DA SECRETARIA EXECUTIVA REGIONAL II.....	49
FIGURA 4: MAPA DA SECRETARIA EXECUTIVA REGIONAL III	49
FIGURA 5: MAPA DA SECRETARIA EXECUTIVA REGIONAL IV	50
FIGURA 6: MAPA DA SECRETARIA EXECUTIVA REGIONAL V	50
FIGURA 7: MAPA DA SECRETARIA EXECUTIVA REGIONAL VI.....	51

SUMÁRIO

INTRUDUÇÃO	17
------------------	----

CAPÍTULO I

1. DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	20
1.1 DO CLÁSSICO AO CONTEMPORÂNEO: UMA REFLEXÃO SOBRE A TEORIA DA DEMOCRACIA.....	21
1.2 DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO	26
1.3 PARTICIPAÇÃO EM TEORIA DEMOCRÁTICA	28
1.4 PARTICIPAÇÃO NA CENA SOCIOPOLÍTICA CONTEMPORÂNEA	30

CAPÍTULO II

2. PERCURSO METODOLÓGICO DO ESTUDO	39
2.1 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA	39
2.1.1 NOTAS INICIAIS: ABORDAGEM QUALITATIVA E QUANTITATIVA.....	40
2.1.2 CATEGORIAS ANALÍTICAS	41
2.1.3 PESQUISA SOCIAL EM FOCO.....	42
2.1.4 O PROGRAMA ESPORTE NA COMUNIDADE EM NÚMEROS..	43
2.1.5 FORTALEZA: O LÓCUS DO ESTUDO	47
2.1.6 DEFINIÇÃO E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS SUJEITOS	52
2.1.7 CUIDADOS ÉTICOS DA PESQUISA	53
2.1.8 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS	54

CAPÍTULO III

3. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: IDENTIDADE LOCAL E O CENÁRIO BRASILEIRO.....	55
3.1. POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER NO PAÍS	56
3.2. O PROGRAMA ESPORTE NA COMUNIDADE.....	61

CAPÍTULO IV

4. NORDESTINO SIM, NORDESTINADO NÃO!.....	77
4.1 QUADRO ANALÍTICO-DESCRIPTIVO DA POPULAÇÃO INVESTIGADA	78
4.1.1 COMUNIDADES INVESTIGADAS	79
4.1.2 PERFIL DOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA.....	85
4.1.3 TIPO DE TRABALHO E RENDA DOS PAIS, E RENDA FAMILIAR	87
4.1.4 PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NO PROGRAMA	89
4.1.5 SÍNTESE DO QUADRO ANALÍTICO-DESCRIPTIVO.....	96
4.2 DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NO PROGRAMA: EIXO CENTRAL DA ANÁLISE.....	97

CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
----------------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118
----------------------------------	-----

ANEXOS

ANEXO I.....	125
ANEXO II	134
ANEXO III.....	135
ANEXO IV	136
ANEXO V	137

INTRODUÇÃO

O trabalho apresenta uma análise acerca da democracia participativa, a qual se compreende como um ideal democrático que supõe o envolvimento dos cidadãos em diferentes níveis de participação na sociedade civil. Neste âmbito, investigou-se os princípios “acesso”, “democratização” e “participação política”, que fundamentam o conceito de democracia participativa, nas políticas públicas de esporte e lazer do município de Fortaleza/CE, considerando como recorte o Programa Esporte na Comunidade (PENC). Criado em 2005, este programa se constitui como parte da política de governo municipal de orientação de esquerda – Partido dos Trabalhadores – vigente no período de 2005 a 2008. Ele desenvolve ações que pressupõem a consolidação da democracia participativa nas políticas públicas de esporte e lazer no âmbito de uma gestão democrática e popular que sinaliza para a auto-organização social e a articulação entre Estado e sociedade.

Compreende-se que o Brasil, no contexto de ascensão dos governos de caráter progressista, tem avançado no tocante à participação política no quadro das políticas sociais, notadamente na área de Educação Física, Esporte e Lazer. Neste sentido, destaca-se como fator basilar a criação de uma pasta ministerial exclusiva para o esporte no Governo Lula da Silva (2003-2007), bem como a possibilidade de construção da Política Nacional do Esporte¹, objeto de debate das duas primeiras conferências nacionais de esporte realizadas em 2004 e 2006. Neste governo, evidencia-se ainda a crescente importância atribuída aos princípios “acesso”, “democratização” e “participação política” nas políticas de Esporte e Lazer, de modo específico, no Programa Esporte e Lazer da Cidade, este surgiu “com o objetivo de responder a questões amplamente detectadas no quadro social brasileiro, indicativas de que parcela significativa da população brasileira não tem acesso ao lazer” (CASTELLANI FILHO, 2007, p. 6). Entende-se que a Política Nacional do Esporte vem estimulando o fortalecimento de ações e programas no âmbito estadual e municipal, posto que tem como um de seus objetivos “descentralizar a gestão das políticas públicas de esporte e de lazer” (ME, 2005). Orientado por tal preceito, afirma-se que o Programa Esporte na Comunidade pode significar a consecução desta intervenção governamental na perspectiva de uma política municipal de esporte e lazer.

Nesta direção, a reflexão acerca desse outro tempo de incentivo à participação política alude a práticas nas quais atuam diferentes atores sociais, tais como: governo, sociedade civil e universidade que estão no contexto da dinâmica social. Esta, por seu turno, engendra novos mecanismos de atuação para estes atores, particularmente, no setor do esporte e la-

1 *Documento da Política Nacional do Esporte, Resolução N.º 05/Conselho Nacional de Esporte de 14 de junho de 2005. Referência: Brasil, Ministério do Esporte, 2005 (ME, 2005).*

zer. Desta forma, pressupõe-se que o desenvolvimento de políticas públicas de esporte e lazer, com base na democracia participativa, consiste na adoção de um “modelo” de política cujo fundamento está em uma perspectiva crítica da realidade social. Por isso, investigar o significado das políticas públicas e a adoção dos princípios da democracia participativa em governos democráticos, particularmente no tocante aos programas sociais no setor em foco, é contribuir para a garantia do direito ao esporte e ao lazer na perspectiva do acesso, da democratização e da participação política.

Com base no cenário desenhado pelo quadro de constituição de políticas que envolvem maior participação dos cidadãos, bem como pelo realinhamento das políticas de esporte e lazer, considerados como direitos sociais (cf. art. 6º, inciso III da CF de 1988), a escolha pelo objeto do estudo se corporifica à medida que a conformação do Programa Esporte na Comunidade do Governo Municipal de Fortaleza/CE atende, pelo menos este é o pressuposto, aos preceitos da democracia participativa. Porquanto ele, conforme Sousa Sobrinho *et al.* (2007, p. 3), “aponta para a necessidade de construção de um projeto político que propõe uma intervenção social na perspectiva de transformação da realidade, através de um projeto pedagógico capaz de promover uma reflexão sobre a ação dos homens no âmbito do esporte e lazer”, vivenciados nos diferentes espaços presentes nas comunidades atendidas.

Diante de tais elucidações, pode-se dimensionar a importância da escolha pelo tema investigado – a democracia participativa nas políticas públicas de esporte e lazer subsidiadas pelos princípios de “acesso”, “democratização” e “participação política”. Torna-se interessante evidenciar a focalização de tais princípios uma vez que estes consistem, em pressupostos de garantia e materialização do esporte e do lazer como direitos sociais.

Para tanto, o problema da pesquisa consistiu no seguinte questionamento: em que medida os princípios norteadores da democracia participativa repercutem no quadro das políticas públicas de esporte e lazer do Governo Municipal de Fortaleza/CE no período (2005-2009), considerando como parte desta política o Programa Esporte na Comunidade?

Teve-se como objetivo geral: analisar as repercussões dos princípios norteadores da democracia participativa, os quais estão presentes no Programa Esporte na Comunidade, ao passo que são revertidos à autonomia e auto-organização social. Os objetivos específicos propostos foram, a saber:

(i) identificar e analisar as estratégias de “acesso”, desenvolvidas pelo programa, considerando o perfil da população atendida;

(ii) verificar em que medida o programa consolida por meio do acesso os princípios da “democratização” e da “participação política”, visando ao envolvimento dos cidadãos na busca pelo exercício dos seus direitos sociais, especificamente o direito ao esporte e ao lazer.

Constituiu-se, como hipótese da pesquisa, a afirmação de que o modelo de gestão da

política municipal de esporte e lazer, bem como as estratégias presentes em suas ações inviabilizam e/ou são insuficientes para a consolidação da democracia participativa, considerando o contexto específico 2005-2008 no que concerne ao Programa Esporte na Comunidade (Fortaleza/CE).

Buscou-se construir o estudo em quatro capítulos que serão tratados sumariamente a seguir. O Capítulo I trata do referencial teórico alusivo à democracia a partir de um recorte que se reporta ao século XVII, nele a abordagem é delineada pelas contribuições de teóricos da democracia clássica e da democracia contemporânea com destaque para o debate sobre democracia participativa. Além disto, traz uma discussão acerca do significado assumido pela participação à luz das teorias da democracia nas sociedades contemporâneas e como processo/mecanismo vinculado ao modelo de gestão pública de viés participativo. O Capítulo II se reporta a descrição do percurso metodológico do estudo, com enfoque nos procedimentos de pesquisa, no município *lôcus* da investigação e no quadro numérico do Programa Esporte na Comunidade. O Capítulo III versa sobre as políticas públicas de esporte e lazer na esfera federal e municipal, com enfoque na Política Nacional do Esporte (ME, 2005) e Política Municipal de Esporte e Lazer de Fortaleza/CE (2005-2008). A discussão é tecida pelo significado de cidadania, direito social, Estado, política social/pública. Por último, o Capítulo IV discorre sobre o Programa Esporte na Comunidade a partir de um panorama geral das comunidades investigadas. Posteriormente, é apresentado o perfil da população atendida pelo programa, os aspectos pertinentes à participação da comunidade e às dimensões de esporte/prática corporal observadas. Por fim, aborda-se a repercussão dos princípios “acesso”, “democratização” e “participação política” presentes na intervenção governamental em tela.

CAPÍTULO I

1. DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E GESTÃO DEMOCRÁTICA

*Sendo a democracia, por definição, o governo
do povo, como poderá o povo governar, sem
participar?*

(Assis Brandão, 1997)

Neste capítulo, procura-se situar o debate acerca da democracia e da democracia participativa com base no referencial analítico. Para tanto, decidiu-se por um recorte teórico, o qual se reporta ao século XVII, seguindo um percurso até a democracia participativa problematizada no cenário vigente. Com efeito, compreende-se que para uma investigação acerca dos princípios: “acesso”, “democratização” e “participação política”, na Política Municipal de Esporte e Lazer de Fortaleza/CE no período (2005-2008), notadamente no Programa Esporte na Comunidade, faz-se necessário conhecer o significado da participação frente às teorias da democracia representativa e participativa para que se possa apresentar as raízes histórico-conceituais desta categoria analítica retratadas na cena sócio-política contemporânea. Também conhecer, neste contexto, o significado da gestão participativa como modelo de administração pública, na qual a democracia participativa se materializa na reorganização das estruturas de governo e na participação dos diferentes atores sociais que compõem a dinâmica societal que se faz presente.

De maneira a atender a tal enunciado, no que diz respeito à democracia, considera-se para abordagem do tema a multiplicidade e a diversidade de referências construídas sobre esta categoria analítica ao longo dos séculos desde a antiga Atenas, de Platão, à cidade-Estado, de Rousseau, culminando nos escritos mais contemporâneos sobre a democracia nas sociedades do pós-guerra na Europa, nas sociedades capitalistas industriais e nas sociedades em vias de desenvolvimento. Neste ensaio, são evidenciadas as contribuições dos autores clássicos e contemporâneos, de origem liberal e socialista. Em seguida, versa-se sobre democracia participativa em Poulantzas (1936 - 1979), Macpherson (1911 - 1987) e Pateman (1992), autores reconhecidos como expoentes no debate acerca do tema abordado, construído nos últimos anos da década de 60 e ao longo da década de 70. Vale ressaltar que para a compreensão destes, destacam-se as contribuições de Brandão (1997). Posteriormente, discute-se a participação em teoria democrática, com base nas análises de Pateman (1992), subsidiada por outros autores da democracia clássica e da democracia contemporânea em relação às finalidades educativas e políticas desta categoria analítica. Conclui-se

com o enfoque da participação na cena sócio-política contemporânea e toma-se como marco temporal o século XX, momento no qual esta a participação surge na dinâmica societal como mecanismo de luta e ampliação de espaços em defesa da materialização dos direitos sociais. Neste, faz-se sobressair os trabalhos dos autores, a saber: Nogueira (2004) sobre as múltiplas combinações da participação; e Texeira (2002), sobretudo no tocante ao conceito de participação cidadã que se remete ao “fazer ou tomar parte” no processo político-social e, ao mesmo tempo, está atrelada à cidadania em seu sentido cívico.

1.1. DO CLÁSSICO AO CONTEMPORÂNEO: UMA REFLEXÃO SOBRE A TEORIA DA DEMOCRACIA

Com base na multiplicidade e diversidade de referenciais analíticos construídos sobre democracia, é possível sugerir que o tema em questão suscita diferentes impressões entre cientistas sociais e politólogos de origem liberal e socialista. Dessa forma, é prudente, para não incorrer em equívocos, esboçar-se um eixo norteador que trata o tema em questão a partir de um marco teórico que desemboque na compreensão dos sentidos e significados da teoria inerente à democracia ou, como expressa Bobbio (1987), das democracias.

Ao tratar de democracia a partir da discussão proposta, uma questão parece essencial, qual seja: como pontuar as contribuições de uma gama de autores para a teoria da democracia e da democracia participativa, tendo em vista a multiplicidade e a diversidade de abordagens encontradas na literatura? Em resposta, optou-se por destacar apenas as principais contribuições, com base na literatura consultada, as quais forneceram os postulados básicos para a construção desses dois modelos de democracia.

Nesta acepção, destaca-se que os principais estudos sobre democracia são orientados pela teoria clássica da democracia, cujos teóricos precursores são: Jean Jacques Rousseau (1712 - 1778), Jeremy Bentham (1748 - 1832), James Mill (1773 - 1836), Alexis de Tocqueville (1805 - 1859), John Stuart Mill (1806 - 1873) – estes sistematizaram os primeiros escritos sobre democracia; e pela teoria da democracia contemporânea, cujos principais expoentes são: George Douglas Howard Cole (1889 - 1959), Joseph Schumpeter (1883 - 1950), Bernard Berelson Reuben (1912 - 1979), e Harry Eckstein (1924 - 1999), Robert Alan Dahl (1915), Giovanni Sartori (1924).

Os teóricos supracitados foram influenciados por pensadores de duas correntes de pensamento: a “corrente liberal”, que tem como principais idealizadores: Platão (428/427 - 348/347 a. C) e John Locke (1632 - 1704); bem como a “corrente socialista”, que tem como principais idealizadores: Karl Marx (1818 - 1883), Friedrich Engels (1820 - 1895) e Vladimir Litch Lênin (1870 - 1924).

Reconhecido pelos seus predecessores como um clássico da democracia, Rousseau (1968) é um intelectual de relevância para o século XVIII. Em *“O Contrato Social”*², ele teoriza sobre a democracia à época das cidades-Estado. Em seus escritos, fornece os postulados básicos para a construção do pensamento democrático clássico. Para este autor, democracia é um sistema no qual os cidadãos executam as leis que eles próprios construíram. Este sistema democrático é tido como direto e não representativo. O autor também é aceito como uma fonte clássica da democracia participativa, visto que foi um dos primeiros autores a propiciar reflexão sobre o tema. Neste sentido, toda a sua teoria política se baseia na participação individual de cada cidadão no processo político de tomada de decisões. Na teoria da democracia de Rousseau, a participação não é somente o mecanismo protetor de uma “série de arranjos institucionais”, posto que também provoca um efeito psicológico sobre os que participam de modo que garanta uma inter-relação contínua entre o funcionamento das instituições e as qualidades e atitudes psicológicas dos sujeitos que interagem dentro delas (PATEMAN, 1992). Em seus escritos, o autor se apresenta favorável à participação dos sujeitos em todos os espaços da sociedade civil, defendendo ou advogando sua centralidade. Embora seus escritos datem de antes do desenvolvimento da institucionalização daquilo que se entende como Estado moderno, sua teoria também é apresentada como norteadora do princípio de participação política.

Na dimensão da participação como controle e aceitação das decisões coletivas, Rousseau (1968) defende a possibilidade de que todos possam participar ativamente do processo de discussão e decisão dos assuntos de interesse coletivo. Com isto, almeja a aceitação e o cumprimento dessas decisões na vida social. Na dimensão da participação como integração, destaca que quanto mais o indivíduo participa do processo político, mais ele estará integrado no seio de sua comunidade. Constitui, portanto, a “integração do indivíduo na sociedade, no sentido de pertencimento” (PATEMAN, 1992).

Tomando-se como referência o século XIX, identificam-se como teóricos de renome que norteiam os estudos científicos acerca da democracia: Alexis de Tocqueville (1805 - 1859) e John Stuart Mill (1806 - 1873). Tocqueville (1957) é reconhecido como clássico da teoria política. Ele elaborou um estudo sobre a democracia norte-americana publicado sob o título *“A Democracia na América”*³. Boron (1994, p. 128) ressalta que Tocqueville caracterizou a “democracia como uma condição social na qual prevalece o princípio e a prática da igualdade”. Para este autor, democracia e igualdade se fundem em uma única “entidade sociológico-política”, e, mesmo quando estas não se encontram definidas de modo rigoroso em seu trabalho, “pareceria ser meridianamente claro que Tocqueville se distancia da tradição clássica do liberalismo e produz uma definição substantiva, não somente formal, da democracia”.

J. S. Mill (1965) elaborou análises acerca da democracia participativa no contexto de

2 Jean Jacques Rousseau, *“The social contract”*, M. Penguin Books, 1968.

3 Alexis de Tocqueville, *“La democracia em América”*, México, Fondo de Cultura Económica, 1957.

um sistema político moderno. O autor, em seus escritos sobre política, bem como em outros assuntos, baseia-se com fervor nas doutrinas de seu pai (James Mill) e de Jeremy Bentham. Conquanto, mais tarde, realiza uma crítica severa a essas mesmas doutrinas. Assim, forneceu um excelente exemplo das diferenças entre as teorias do governo representativo e das democracias participativas. Porém, jamais rejeitou por completo os primeiros ensinamentos, tanto que no final da vida sua teoria política compunha-se de uma mescla das diversas influências que o afetaram (PATEMAN, 1992).

Para a discussão acerca da democracia no século XX, são evidenciadas as contribuições de Joseph Schumpeter (1883 - 1950), George Douglas Howard Cole (1889 - 1959) e Norberto Bobbio (1909 - 2004) para o pensamento democrático. Schumpeter (1942), no livro *“Capitalismo, Socialismo e Democracia”*⁴, sinaliza a necessidade de uma revisão da teoria democrática “clássica”. Nesta obra, ele fornece uma teoria revisada e coloca em evidência uma definição realista de democracia. Segundo Schumpeter, “a democracia constitui-se como ‘um método político, isto é, um certo tipo de arranjo institucional para chegar as decisões políticas (legislativas e administrativas)”. Logo, é “incapaz de ser um fim em si mesma, independentemente de quais sejam as decisões que ela produzirá sob certas condições históricas. Este deve ser precisamente o ponto de partida para qualquer tentativa de defini-la” (SCHUMPETER; BORON, 1994, p. 93).

Consoante Pateman (1992, p. 13-14), Schumpeter afirma que existem condições necessárias para a operação do método democrático, quais sejam: liberdades civis e tolerância para as opiniões de outros e ‘um certo tipo de caráter e de hábitos nacionais’; todavia, destaca que não se pode confiar que a operação do próprio método democrático forneça tais condições. Outra exigência quanto à operação do método democrático é que ‘todos os interesses envolvidos’ fossem unanimemente leais aos ‘princípios estruturais da sociedade existente’. O autor não considera necessário o sufrágio universal, em sua teoria, os únicos meios de participação que o cidadão tem acesso são o voto para o líder e a discussão.

Cole (1919) é reconhecido como um teórico da democracia participativa e seu trabalho se situa no cenário de uma sociedade moderna industrializada. O autor constrói sua teoria social e política com base no “argumento de Rousseau de que a vontade, e não a força, é a base da organização social e política. Os homens precisam cooperar em associações para satisfazer suas necessidades”. Com base nisto, começa a examinar “os motivos que mantêm os homens em uma associação’ e os “modos pelos quais os homens agem por meio de associações, suplementando e completando suas ações enquanto indivíduos isolados ou privados” (COLE; PATEMAN, 1992, p. 52).

4 Joseph Schumpeter, *“Capitalism, socialism and democracy”*, Londres, Allen & Unwin, 1943.

Na obra cujo título é “*O Futuro da Democracia*”⁵, Bobbio (1986, p. 18) problematiza este tema, considerando suas possibilidades e limites frente à conjuntura política vigente no mundo contemporâneo, mais precisamente na sociedade industrial. O autor, ao construir uma mínima definição de democracia, esclarece de modo preliminar que: “o único modo de se chegar a um acordo quando se fala de democracia, entendida como contraposta a todas as formas de governo autocrática”, é caracterizá-la “como um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado para tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos” (parênteses nosso).

No entanto, mesmo para uma definição mínima de democracia, como é a que o autor aceita,

não bastam nem a atribuição a um elevado número de cidadãos do direito de participar direta ou indiretamente da tomada de decisões coletivas, nem a existência de regras de procedimento como a da maioria (ou, no limite, da unidade). É indispensável uma terceira condição: é preciso que aqueles que são chamados a decidir ou a eleger os que deverão decidir sejam colocados diante de alternativas reais e postos em condição de poder escolher entre uma e outra (idem, 1986, p. 20).

Segundo Bobbio, para que esta condição se realize, é preciso que aos sujeitos chamados a decidir sejam garantidos os nomeados direitos de liberdade, quais sejam: direitos de liberdade, de opinião, de expressão das próprias opiniões, de reunião de associação, etc. Quer dizer, “os direitos à base dos quais nasceu o estado liberal e foi construída a doutrina do estado de direito em sentido forte, isto é, do estado que não apenas exerce o poder “*sub lege*”, mas o exerce dentro de limites derivados do reconhecimento constitucional dos direitos ‘invioláveis’ do sujeito. Seja qual for o fundamento filosófico destes direitos, eles são o pressuposto necessário para o correto funcionamento dos próprios mecanismos predominantemente procedimentais que caracterizam um regime democrático. Complementando seu pensamento, esclarece que as normas constitucionais que atribuem esses direitos não são exatamente regras do jogo: são regras preliminares que permitem o desenrolar do jogo” (ibidem, 1986, p. 20, grifo nosso).

Bobbio (1986, p. 44) assevera que há dois modelos de democracia: a democracia representativa e a democracia direta. A expressão “democracia representativa” dá significado de modo genérico “as deliberações coletivas, isto é, as deliberações que dizem respeito à coletividade inteira, são tomadas não diretamente por aqueles que dela fazem parte, mas por pessoas eleitas para esta finalidade”. Vale esclarecer que na democracia representativa

o estado parlamentar é uma aplicação particular, embora relevante do ponto de vista histórico, do princípio da representação, vale dizer, é aquele estado no qual é representativo o órgão central (ou central ao menos em

5 Norberto Bobbio, “*O futuro da democracia*”, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

nível de princípio, embora nem sempre de fato) ao qual chegam as reivindicações e do qual partem as decisões coletivas fundamentais, sendo este órgão central o parlamento.

Sobre a democracia direta, Bobbio (1986, p. 51) expressa o seguinte:

para que exista democracia direta no sentido próprio da palavra, isto é, no sentido em que direto quer dizer que o indivíduo participa ele mesmo nas deliberações que lhes diz respeito, é preciso que entre os indivíduos deliberantes e a deliberação que lhes diz respeito não exista nenhum intermediário.

Para o autor, isto deixa claro que, mesmo o delegado – que exerce uma função substituível – é considerado um intermediário, porque apesar de estar vinculado à base, ele tem certa liberdade de movimento e, se ocorrer um desentendimento entre ele e todos os que devem chegar a uma deliberação coletiva, qualquer tipo de deliberação se torna impossível.

Apesar das especificidades dos paradigmas da democracia tratadas de maneira sumária, sublinha-se que “os significados históricos de democracia representativa e de democracia direta são tantos e de tal ordem que não se pode pôr os problemas em termos de ou-ou, de escolha forçada entre duas alternativas excludentes, como se existisse apenas uma única democracia representativa possível e apenas uma única democracia direta possível; o problema da passagem de uma a outra somente pode ser posto através de um *continuum* no qual é difícil dizer onde termina a primeira e onde começa a segunda” (BOBBIO, 1986, p. 52).

Boron *et al.* (1999, p. 33) aponta um caminho para o entendimento dos preceitos necessários à democracia ao assinalar que, “[...] um dos requisitos mais importantes da democracia é a existência de um grau bastante avançado de igualdade social”.

Pelas palavras do autor, o aniquilamento da desigualdade e da exclusão social seria essencial no processo de construção de uma sociedade igualitária, na qual a democracia pudesse tornar-se realidade e neste contexto houvesse igualdade de condições e oportunidades.

Observa-se que as abordagens acerca da democracia aqui tratadas foram essenciais no sentido de situar a democracia como um fenômeno que apresenta igualdades e contradições e, que, portanto, exige uma leitura da dinâmica social, na qual ela vem se constituir como um sistema e/ou regime político, considerando-se os dois modelos existentes, democracia representativa e democracia participativa. Esta última, a partir de seus fundamentos, apresenta-se contrária ao pensamento de Schumpeter, no qual advoga que a democracia como método restringe a participação dos sujeitos à escolha de líderes e à discussão – sem poder de deliberação –, ela manifesta-se em favor da ampliação da participação dos sujeitos na tomada de decisão na cena político-social.

1.2. DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO

No contexto evidenciado, o debate sobre o tema em questão se deu em razão de três fatores: primeiro, “um pouco como fruto do ímpeto participacionista que desponta com o espraiamento da força militante dos novos movimentos sociais”; segundo, “um pouco como resultado de uma crítica liberalizante a uma certa concepção clássica de democracia no campo do marxismo” e terceiro, “um pouco como consequência das intensificações criadas pela percepção dos impasses enfrentados pelo Estado liberal-democrático na ‘sociedade de mercado possessivo’ do século XX” (Brandão, 1997, p. 114).

Como modelo contra-hegemônico, a concepção de democracia participativa se apresentava como uma alternativa à democracia liberal, que pode ser concebida como um aspecto que limita a soberania, na medida em que restringe a participação dos cidadãos ao voto. Esta concepção de democracia se desvincula de qualquer finalidade ideal, não passando de um mero arranjo institucional em que líderes rivais disputam a preferência do povo no direito de governar. De modo contrário, a concepção de “democracia participativa” propõe uma participação maior do cidadão nas decisões governamentais. Assim, esses líderes passam a atuar como sujeitos no processo de construção da política, por conseguinte há um envolvimento maior da população nos processos decisórios, como uma maneira de minimizar diferenças da formação de opinião advindas do modelo capitalista, mas sem deixar de lado os instrumentos da democracia representativa existentes.

Em conformidade com tal pressuposto, Poulantzas (2000, p. 139) apresenta um modelo de democracia representativa distinta dos moldes burgueses. Salienta o autor que a democracia representativa com mandatos livres pode ser inspiradora e não representar uma estratégia de domínio da burguesia sobre os demais cidadãos. E faz uma advertência em relação à democracia, ao afirmar que há duas alternativas que devem ser evitadas, a social-democracia⁶ e o socialismo real⁷, pois ambas ‘apresentam uma convivência de base: o estatismo e a profunda desconfiança em relação às iniciativas das massas populares. Defende, ainda, a articulação entre a democracia representativa e a democracia direta. Segundo o autor, “historicamente todas as experiências de democracia direta na base, que não eram articuladas durante certo tempo com certas instituições de democracia representativa, foram

6 Conforme Brandão (1997, p. 115), Poulantzas tinha a compreensão de que a social-democracia caminharia no sentido de acolher apenas a democracia representativa, mesmo com pequenas modificações, o que permitiria a edificação de uma estrutura estatal bastante ampla, convivendo com uma organização parlamentar de estilo liberal, e por isso mesmo, com um profundo receio da participação ativa e direta da cidadania. A apatia das massas seria vista, neste caso, com bastante benevolência.

7 Este se atende a uma organização de democracia direta, definida pela existência de mando imperativo e pela revogação dos mandatos, levaria, dentro de um período de tempo mais ou menos longo, a uma ditadura estatista, que, ao contrário do fascismo, veria com muito maus olhos a participação das massas (idem, 1997, p. 115).

um fracasso”. Com base nessa compreensão, o autor acredita na construção de um modelo socialista democrático, que congrege ao mesmo tempo, a transformação do Estado e uma ampla participação da sociedade. Nesta acepção, Brandão (1997, p. 117) coloca que:

modificar a correlação de forças no interior do Estado significa, na opinião do autor, não apenas conseguir maioria em eleições parlamentares ou eleger a presidência da República, mas também redefinir a relação de forças no interior do próprio exército, da polícia, da burocracia pública, do judiciário etc., tornando todas essas instituições mais democráticas. E mudar a sua “materialidade” é, para além de uma modificação na correlação de forças, uma modificação do modelo mesmo de organização das diversas instituições.

Com base na perspectiva de Brandão aliada à concepção de Poulantzas (2000), a participação dos cidadãos nos processos decisórios da vida social pode contribuir para a redefinição de correlações de força e romper com a ideia da social-democracia de que a apatia social é o ideal de participação nas democracias modernas. Poulantzas defende uma ampla articulação que difunda a democracia em todas as instâncias de poder, de modo a gerar um amplo movimento das massas populares em todos os setores sociais (estudantes, trabalhadores e etc).

Macpherson (1979), que em seus escritos adota como contexto as sociedades liberal-democráticas ocidentais à semelhança de Poulantzas, sustenta que a democracia participativa deve ser ao mesmo tempo direta e representativa. Nesta acepção, os políticos são vitais ao funcionamento da democracia, o problema seria torná-los responsáveis. O autor argumenta que há dois requisitos necessários à democracia participativa, quais sejam: o primeiro é a mudança na consciência do povo, de maneira que este deixe de ver e agir como consumidor e passe a ver e agir como executor e desfrutador da execução e desenvolvimento de sua própria capacidade; e o segundo é que deve haver uma sensível diminuição da atual desigualdade sócio-econômica (BRANDÃO, 1997).

Macpherson citado por Brandão (1997) assinala que não se pode diminuir a desigualdade **sócio-econômica** e mudar a consciência do povo sem uma maior participação da cidadania. Trata-se, portanto, de um ciclo vicioso no qual há alguns elos frágeis. Em primeiro lugar, a consciência do povo como consumidor que teria sofrido uma redução devido aos novos valores. Se por um lado, a produção a todo custo tem permitido o consumo, por outro, tem diminuído a qualidade de vida dos cidadãos que passam a enxergar a relação perversa configurada por uma estrutura direcionada ao consumo a todo custo e a destruição da qualidade de vida; em segundo lugar, haveria uma consciência crescente dos custos da apatia política e certa ampliação da participação não somente no trabalho, mas em outras instâncias da vida social; e, em terceiro lugar, a crescente desconfiança quanto à possibilidade do capitalismo financeiro satisfazer as expectativas do consumidor diminuindo o atual estado de desigualdade.

Dentre suas contribuições à teoria da democracia participativa, Macpherson (1979) circunscreve dois modelos de democracia participativa que são ao mesmo tempo direta e representativa. Um primeiro modelo, mais simples, caracterizado pela existência de ‘um modelo piramidal com democracia direta na base e democracia por delegação em cada nível depois dessa base’. Neste modelo “haveria democracia direta, por exemplo, nas fábricas, na vizinhança e em todos os demais espaços onde fosse possível uma comunicação face a face entre as pessoas”. A partir daí, haveria “um sistema de delegação sequenciada para cima, com a organização de conselhos de bairros, da cidade, da região até o topo da pirâmide, com a organização de um conselho nacional”. O segundo modelo de democracia participativa que o autor julga como apropriado para os países ocidentais deste final de século combinaria a estrutura piramidal com um sistema multipartidário.

Macpherson citado por Brandão (1997, p. 124) sublinha que o modelo de democracia participativa que propõe seria liberal e socialista. “Socialista, diz ele, porque não haverá democracia participativa até que tenhamos grandemente diminuído as atuais desigualdades sociais e econômicas. É certo que isto só será possível na medida em que a relação entre capital e trabalho que prevalece em nossa sociedade tenha sido fundamentalmente mudada, porque as relações capitalistas produzem e reproduzem classes antagônicas”.

Pateman (1992) não tem em suas formulações o propósito de esboçar modelos de democracia participativa. Seu interesse é comprovar a possibilidade de existência deste modelo de democracia nas sociedades modernas. Para tanto, debruça-se sobre a investigação do “lugar da participação em uma teoria da democracia moderna e viável”. Ela justifica sua preocupação pelo fato de que, no final da década de 60, a palavra “participação” passou a integrar o vocabulário político popular. Diante disto, sentiu a necessidade de elaborar um estudo científico que pudesse averiguar as possibilidades da participação ativa da cidadania no contexto das sociedades modernas, particularmente na indústria (idem, 1997).

Nestes termos, ao comparar-se a teoria da democracia representativa, na qual a participação se limita à escolha de representantes no âmbito do governo e à regulação do sistema eleitoral, com a teoria da democracia participativa, é possível inferir que a teoria da democracia participativa possui funções bem mais abrangentes e decisivas no sentido de promover uma educação política com vista à consolidação de processos e/ou mecanismos participativos para o estabelecimento de um Estado democrático.

1.3. PARTICIPAÇÃO EM TEORIA DEMOCRÁTICA

Como categoria analítica, a participação é tratada sob diferentes pontos de vista que estão relacionados à teoria da democracia investigada.

A democracia se configura como um *método* político, ou seja, refere-se a um determinado 'arranjo institucional para se chegar às decisões políticas (legislativas e administrativas), no qual os indivíduos adquirem o poder de decidir utilizando para isso uma luta competitiva pelo voto do povo'. Concomitantemente, a autora reconhece a teoria da democracia clássica e a teoria da democracia contemporânea como teorias do governo representativo. No entanto, adverte que a teoria do governo representativo não representa toda a teoria democrática.

Assevera que a participação na teoria do governo representativo se configura como a participação na seleção daqueles que tomam as decisões. Logo, ela tem função protetora, isto é, proteger os indivíduos contra decisões arbitrárias dos representantes eleitos e os interesses privados. Segundo a autora, seus defensores argumentam que para manter a estabilidade do sistema, o nível de participação da maioria não deve ultrapassar o mínimo necessário a fim de manter o sistema eleitoral ativo e se manifestam em favor de que “embora não haja exigência de um ‘caráter democrático’ definido para todos os cidadãos, o treinamento social ou a socialização necessários ao método democrático podem se dar dentro das estruturas de autoridade existentes, variadas e não governamentais. Contanto que haja algum grau de congruência entre a estrutura de autoridade do governo e as estruturas não governamentais próximas a ele, a estabilidade pode ser mantida”. Sobre a teoria da democracia participativa, a autora assevera que a participação além proteger os interesses privados e assegurar um bom governo, assume a função educativa, que diz respeito à educação política que contempla o desenvolvimento de condições psicológicas, bem como o aprendizado de práticas e procedimentos democráticos. Logo, pode-se compreender que a participação no contexto político assume diferentes significados que são determinados pelas dinâmicas sociais e pelos interesses em disputa entre diferentes atores e se caracterizam como critérios que privilegiam uma menor ou maior participação do cidadão na esfera pública.

Pateman (1992) afirma que não há problema singular no tocante à estabilidade de um sistema participativo, posto que ele se autossustenta por meio do impacto educativo do processo educativo. Neste sentido, argumenta que na teoria da democracia participativa os processos participativos são determinantes para a instauração e manutenção do Estado democrático, que corresponde não apenas ao conjunto de instituições representativas nacionais, mas também ao que nomeia de sociedade participativa – sociedade na qual todos os sistemas políticos passaram pelo processo de democratização e onde a socialização oportunizada pelo ato de participar se dá em todas as instâncias em que as relações sociais se estabelecem.

Nestes termos, percebe-se que a depender da configuração assumida pelo Estado representado pelos governos, demais líderes políticos e administração pública e do paradigma de democracia que defendem, a participação pode ou não ser vista como um mecanismo de ampliação da participação ativa dos cidadãos na esfera pública. Seja no exercício

consciente do voto, seja na prática política cotidiana como protagonista nas diversas instâncias que perpassam sua existência individual e coletiva, seja na luta pela consolidação de um Estado democrático.

Em síntese, pode-se compreender que na seara da democracia existem convergências e divergências entre diferentes teóricos no campo das Ciências Sociais. Por sua vez, esta diversidade de pensamento resulta em pontos de vista diferentes em relação à participação que adquire sentidos e significados específicos. Sob o enfoque da teoria do governo representativo, a participação se limita à escolha dos representantes no cenário político posto que se relaciona à proteção de interesses individuais e coletivos de atores sociais e grupos que se mantêm na liderança nos diversos setores que representam o governo e a manutenção do sistema eleitoral. Enquanto na teoria da democracia participativa, a participação assume - primordialmente - a função educativa vista em seu sentido mais amplo, o qual atinge seu apogeu na prática política. Portanto, pode-se afirmar que esta perspectiva de participação avança na medida em que possibilita ao cidadão atuar como protagonista nos espaços decisórios e na consolidação de ações participativas na esfera do governo e do Estado. Também, reforça-se a importância adquirida pelo Estado no tocante à abertura de canais de participação, nos quais a democracia participativa possa tornar-se real.

1.4. PARTICIPAÇÃO NA CENA SOCIOPOLÍTICA CONTEMPORÂNEA

Ao considerar-se o século XX como marco temporal para a apropriação do significado de participação como uma ação educativa da prática política, pode-se entender o contexto em que diferentes grupos sociais ampliam seus espaços de luta e participação em defesa da materialização dos direitos sociais. Este contexto consistiu na afirmação dos direitos sociais, denotando uma ebulição da sociedade civil, o que coincidiu com um cenário determinado no Estado brasileiro em que há leis e marcos jurídicos, políticos e sociais significativos que desembocaram no Estado democrático. Nesta acepção, ao identificar o panorama histórico de enaltecimento da participação no cenário mundial, remete-se aos últimos anos da década de 60, no qual houve uma onda de reclamações, notadamente por parte de estudantes que almejavam a abertura de novos espaços de participação, também por parte de grupos que queriam a implementação dos direitos sociais declarados como seus na teoria. Conforme Pateman (1992), nos continentes europeus - em países como França e Grã-Bretanha; e americano - nos Estados Unidos; a participação foi uma das últimas palavras de ordem usada pelos governos em campanhas políticas, relatórios e programas de combate à pobreza.

Nogueira (2004, p. 135) enfatiza que ao longo do século XX, as múltiplas combinações de participação colocaram em xeque o ideal de democracia representativa, ao passo

que pressões derivadas de novos arranjos sociais, outras formas de economia, lutas sociais e meios de cultura, comunicação e informação se reconfiguram. Conforme o autor, essa compreensão desemboca na especificidade da democracia participativa, tendo por base quatro aspectos: (i) os interesses particulares se disseminam e os atores sociais passam a questionar os preceitos da democracia participativa; (ii) o alargamento do processo de democratização levará a sociedade a exigir mais participação e presença na tomada de decisões; (iii) há uma complexificação de problemas sociais, o que exige o trato do conhecimento especializado; e (iv) o processo de informatização e a espetacularização dos meios de comunicação de massa afetam os mecanismos e valores da representação, da governabilidade democrática e do Estado. Desta forma, ele afirma que “a política enreda-se em suas próprias contradições, perdendo eficácia”. Com isso, passa-se a adotar um modelo de questionamento da democracia representativa.

Consoante este autor, no mundo moderno há quatro grandes modalidades de participação que integram o cenário pré-política e política. No primeiro, destaca-se: a “participação assistencialista” que é de natureza filantrópica ou solidária e se constitui como uma atividade universal encontrada em todas as épocas, como uma extensão de caráter gregário e associativo do ser humano, particularmente é relevante entre as camadas sociais pobres que vivem à margem ou em períodos históricos em que há crescimento do estado de miséria e falta de proteção, este modelo predominou nas fases que antecederam a afirmação dos direitos de cidadania; e a “participação corporativa” que é utilizada com a finalidade de atender interesses específicos de determinados grupos sociais ou categoria; é fechada em si e tem propósito particular, é excludente por natureza posto que ganha apenas aqueles que pertencem ao grupo ou à associação na arena de disputas. No segundo, a “participação eleitoral” que não defende apenas interesses particulares, todavia interfere de modo direto na governabilidade e possui efeitos que se relacionam à coletividade como um todo. Esta manifesta uma consciência mais transparente do poder político e das possibilidades de guiá-lo ou reorganizá-lo; e a “participação política” que inclui, completa e supera a participação eleitoral e a participação corporativa; orienta-se pelo pressuposto de que o ato de votar é uma forma política de participação, bem como uma ação em defesa de interesses. Estas são encontradas de maneira mais específica no campo político.

A participação assistencialista e a participação corporativa, sob o ponto de vista de Nogueira (2004), integram uma versão pré-política de agregação moderna em que as classes e comunidades reconhecem a necessidade de exercerem a solidariedade, a fim de defender com melhores condições as regras de sua adesão à sociedade moderna. Elas são caracterizadas como práticas bem mais harmonizadas com a classe proletária e as camadas populares do que com a burguesia.

Enquanto a participação propriamente política se realiza tendo em vista à comunidade como um todo e a organização da vida social em seu conjunto, ou seja, o Estado. Ela

propicia a consolidação, proteção e dinamização da cidadania e de todos os variados direitos humanos. E é em razão disso que seus protagonistas principais são os cidadãos, “que se distinguirão entre si não à base das categorias que representam, mas à base das diversas visões globalizantes dos problemas que conseguiram formar, visões globalizantes estas que cada um possui por pertencer não a esta ou àquela categoria, mas a este ou àquele movimento político” (BOBBIO; NOGUEIRA, 2004, p. 133).

Para Texeira (2002), a participação tem suas primeiras manifestações na antiguidade. No ideário liberal, responsável pelo ressurgimento de seu conceito, sua origem remete à *pólis* grega, na qual a participação tem sentido decisório e se restringe ao ato de votar, que, por sua vez, é limitado aos cidadãos que detenham algum patrimônio. Contudo, percebe-se que no contexto histórico atual, a participação política passou a adquirir diferentes configurações que implicaram na tradução de novos conteúdos e sentidos que por vezes podem apresentar-se como contraditórios e múltiplos e, por conseguinte, podem levá-la a um processo de descaracterização. Em vista disto, compreende-se que a fim de não cometer equívocos, é primordial e se faz necessária uma leitura da realidade, na qual a participação é consolidada como prática política. Para isto, convém focar-se no movimento dos atores e na dinâmica social empreendida, a fim de construir uma compreensão acerca do significado e sentido da participação inerente a cada cenário em específico.

O conceito de participação política carrega certo conteúdo ideológico que é utilizado de diferentes formas com vista a disfarçar e legitimar a dominação por meio do uso de subterfúgios de manipulação e também para negar qualquer papel de institucionalidade, portanto cabe a sociedade opor-se ao Estado. Em vista disto, o autor alerta quanto à necessidade de considerar o poder político - que, neste caso, não se confunde com autoridade ou Estado, no entanto supõe uma relação em que atores, com os recursos disponíveis nos espaços públicos, fazem valer seus interesses, aspirações e valores, construindo suas identidades, afirmando-se como sujeitos de direitos e obrigações - no qual o conceito de participação é empregado. Por último, enfatiza que a participação admite uma relação de poder, manifestada não só por meio do Estado que a concretiza, mas entre os próprios atores. Assim exige certas formas de agir e condutas.

Ao discorrer sobre participação política e sociedade civil, Teixeira (2002) distingue dois tipos de participação, quais sejam: a participação orientada para a decisão que se reveste nas práticas de intervenção organizada e não episódica dos atores da sociedade civil, que é reconhecida pelos críticos como fundamental e definidora e, a participação orientada para a expressão que possui caráter simbólico, dirige-se à expressão e se caracteriza pela presença no cenário político ainda que possa causar impacto ou influência no processo de tomada de decisão. Ele elucida que ambas podem fortalecer e aprofundar a democracia, porém suas possibilidades de efetivação são limitadas.

Com base nesta percepção, Texeira (2002, p. 32) defende o conceito de participação cidadã, posto que não faz uso somente de mecanismos institucionais disponíveis ou a serem construídos, mas propicia a articulação destes com outros mecanismos e canais que se legitimam pelo que chama de “processo social”. O autor se apoia em Telles (1994) que, por seu turno, sugere ‘requalificar a participação popular nos termos de uma participação cidadã que interfere, interage e influencia na construção de um senso de ordem pública regido pelos critérios da equidade e da justiça’. Completa com a afirmação de que a participação cidadã não nega o sistema de representação, entretanto busca seu aperfeiçoamento. Desta forma, ela exige a responsabilização política e jurídica dos mandatários, o controle social e a transparência das decisões para tornar mais frequentes e eficazes certos instrumentos de participação semidireta a exemplo do plebiscito, do referendo, da iniciativa popular de projeto de lei, da democratização dos partidos, dentre outros.

Em sua diferenciação em relação às outras formas de participação, Teixeira (2002) aponta que a participação cidadã difere da participação social e comunitária porquanto não objetiva a mera prestação de serviços à comunidade ou a sua organização isolada também por não se tratar de simples participação em grupos ou associações para defesa de interesses específicos ou expressão de identidades. Mesmo sendo essencialmente política, ela se distingue da atividade política, pois se sustenta na sociedade civil e não se reduz aos mecanismos institucionais nem busca o exercício do poder. Também, difere-se da participação popular que costumeiramente é utilizada para nomear a ação dos movimentos tendo em vista o atendimento de carências ou a realização de atos de protesto. Teixeira argumenta que, em geral, a participação popular parte de uma postura de contraposição ao Estado e circunscreve-se apenas aos segmentos sociais mais explorados (trabalhadores, favelados e desempregados) ao mesmo tempo em que exclui outros setores sociais (intelectuais, profissionais, pequenos e médios empresários), os quais também participam do processo de dominação, entretanto são considerados fora do campo popular. Acrescenta que este modelo de participação é utilizado por governos e organismos internacionais com o propósito de envolver segmentos dominados da população em seus projetos políticos, como estratégia de redução de custos e com objetivos de manipulação ideológica, de maneira a conferir legitimidade a governos e a programas de caráter compensatório.

Ao referir-se à participação cidadã, Texeira (2002, p. 32) procura contemplar dois elementos contraditórios presentes na atual dinâmica política:

primeiro, o “fazer ou tomar parte”, no processo político-social, por indivíduos, grupos, organizações que expressam interesses, identidades, valores que poderiam se situar no campo “particular”, mas atuando num espaço de heterogeneidade, diversidade, pluralidade. O segundo, o elemento “cidadania”, no sentido “cívico”, enfatizando as dimensões de universalidade, generalidade, igualdade de direitos, responsabilidades e deveres.

Ou seja, a participação cidadã permite a participação ativa de diferentes segmentos sociais com interesses múltiplos e diversos, que atuam em um espaço comum ampliado e abrangente, no qual cada cidadão poderá exercer, reivindicar e desfrutar de seus direitos, bem como ser protagonista de suas responsabilidades e deveres. Para este autor, a dimensão cívica se vincula a ideia de responsabilidade e deveres, “à propensão ao comportamento solidário, inclusive relativamente àqueles que, pelas condições econômico-sociais, encontram-se excluídos do exercício dos direitos, do direito de ter direito”.

Na dimensão da participação como controle social, a participação monitora a ação do Estado no tocante às questões sociais e políticas, a fim de garantir o cumprimento da agenda dos governos em termos de demandas por direitos. Ou seja, a participação se configura como um instrumento de controle do Estado pela sociedade na esfera social e política, que possibilita aos cidadãos definir critérios e parâmetros de orientação da ação política. Esta compreensão é contrária à encontrada na perspectiva liberal – a chamada liberdade negativa – que objetiva impedir maior ação do Estado em detrimento da garantia de excessiva liberdade aos indivíduos. Conforme o autor, o controle social está alicerçado por duas dimensões básicas: uma equivale à *accountability*, a prestação de contas segundo critérios determinados socialmente em espaços públicos próprios; e a outra, que é decorrente desta última e consiste em responsabilizar os agentes políticos pelos atos praticados em nome da sociedade, consoante os procedimentos prescritos nas leis e nos padrões éticos em vigor. O controle social consiste em uma noção de soberania popular, no sentido não apenas do poder de eleger mandatários, mas também do poder de exercer o controle sobre o mandato de forma permanente e não só por eleições. Há numerosas alternativas institucionais para esse controle: o mandato imperativo e revogável como propõem alguns teóricos e juristas; o *recall* que é utilizado em certos níveis de poder nos Estados Unidos; a figura do “representante substituível”, vinculada à instruções que recebe da base; censura jurídica ou ética e a desconstituição.

O controle social se configura como “um mecanismo de participação dos cidadãos, que, para tornar-se efetivo, precisa ter “como alvos não somente seus centros periféricos, mas, sobretudo, aqueles que se destinam às decisões, às estratégias e ao próprio sistema econômico”. Compreende que no contexto atual em especial, devido à globalização da economia e ao impacto do desenvolvimento tecnológico sobre os recursos naturais e as relações sociais, “este deve estender-se para o sistema econômico, submetido cada vez mais às leis do mercado, apesar de algumas limitações legais existentes, facilmente burladas pelo poder dos *lobbies* e pela influência política dos seus agentes”. Com base em tais dizeres, o conceito de controle social vincula-se

a correção dos desvios e a responsabilização dos agentes políticos e que seu exercício requer a organização da sociedade civil, sua estruturação e capitação para esse fim, de forma permanente, em múltiplos espaços públicos,

antes e durante a implementação das políticas, tendo como parâmetros não apenas variáveis técnicas, mas também exigências de equidade social e aspectos normativos. Requer, por outro lado, uma total transparência e visibilidade do Estado, um trazer de volta a *ágora*, traduzida em amplos espaços públicos autônomos, e que os cidadãos e suas organizações disponham de mecanismos institucionais e garantias legais para exercer o seu papel com um mínimo de eficácia. Aí se destacam as associações voluntárias, organizadas em rede e de forma autônoma e autolimitada, e as novas tecnologias de comunicação e informação, que podem potencializar novos espaços para o exercício do controle, desde que às mesmas seja garantido o amplo e livre acesso dos cidadãos.

No entanto, tal entendimento não contempla a participação vista como um mecanismo de intervenção nas ações estatais, portanto há a necessidade de buscar referenciais analíticos que abordem tal perspectiva, pois se compreende que problematizar a participação à luz da gestão pública como mecanismo de intervenção das políticas de esporte e lazer é lançar mão de seu significado e sentido quando inserida no campo político administrativo.

Nestes termos, Nogueira (2004) afirma que esse novo tempo em que a participação se amplia e se ativa, ela passa a regular a administração pública e os governantes, determinando um novo modelo de administração que obriga a gestão a rearranjar-se em termos de planejamento organizativo e material humano. Ademais, essa nova forma de governar requer uma maior participação ativa da sociedade civil nos espaços decisórios, uma vez que a tendência central é a descentralização das decisões. Por conseguinte, exige-se que o Estado seja uma instituição mais aberta à dinâmica social, mais democrática e tecnicamente preparada para apoiar as comunidades no exercício de autogestão, sendo um recurso ético e político de apoio e organização da sociedade civil.

Conforme o autor, se antes havia a convicção de que os mecanismos participativos⁸ significavam um obstáculo ao ato de governar, posto que poderiam colocar em risco o crescimento econômico na medida em que demandavam processos mais demorados de tomada de decisão, resultando em um maior tempo de construção e materialização das políticas; hoje, a opinião de maior visibilidade é a de que a participação seria particularmente relevante no sentido de dar maior sustentabilidade às políticas públicas. Este raciocínio remete à noção de que os processos participativos são recursos estratégicos para a formulação de políticas públicas, de modo particular na área social.

Registra-se que este novo modelo de gestão pública "busca modificar a articulação entre governantes e governados. O gestor governamental se relaciona com o cidadão de modo não

8 *Tem-se como exemplo o orçamento participativo que entendido à esquerda como um procedimento destinado a elevar as comunidades à condição de sujeitos das operações governamentais, uma espécie de instrumento de emancipação, e à direita como um dispositivo de transferência de responsabilidades e impulsionamento do 'bom governo' (NOGUEIRA, 2004, p. 118).*

só ‘amigável’ mas também ‘interativo’, superando distâncias, atritos e unilateralidade”. Nesta perspectiva, a função do gestor é trazer o cidadão para o governo a partir da comunidade, de modo que este passe a envolver-se em assuntos pertinentes à esfera governamental. A gestão participativa é colocada como uma resposta à crise do Estado e à necessidade de sua reforma, a fim de se promover um novo encontro entre Estado e sociedade. Ela opera para além da forma e do burocrático, pois busca ter iniciativa e criatividade para produzir resultados efetivos, ou seja, resultados que não se limitem ao administrativo e que estejam, portanto, abertos à transformação social. Todavia, chama-se a atenção para o fato de que “o novo *status* adquirido pela participação no campo da gestão pública corresponde não apenas, nem principalmente, a uma mudança política e teórico-ideológica, mas antes de tudo “às exigências da modernidade radicalizada e da globalização capitalista” (NOGUEIRA, 2004, p. 148 e 121).

Portanto, deve-se atentar para os sentidos, os significados e as ideologias subjacentes à participação quando utilizada como mecanismo de intervenção das políticas públicas, em específico no contexto das políticas públicas de esporte e lazer. Esta necessidade também foi sublinhada anteriormente por Teixeira (2002), ao tratar do conceito de participação considerando o contexto sociopolítico.

É possível perceber que a participação incorporada à gestão pública é projetada para a agenda política de cada governo consoante o desenho político-ideológico que pretende desenvolver, e que pode desembocar no favorecimento dos cidadãos e das suas demandas históricas e sociais ou no favorecimento das exigências da modernidade e do capitalismo materializado nas relações sociais e econômicas.

Com a possibilidade de ampliação dos canais de participação na esfera dos governos por meio dos mecanismos de legitimação da democracia participativa, concorda-se com Teixeira (2002, p. 21) quando afirma que “o poder local – sempre visto como centro de atraso e mandonismo – aparece, hoje, em alguns municípios, como cenário de inovações, seja como novos agentes políticos seja como movimentos e organizações da sociedade civil. Este movimento pode ser visto a partir de perspectivas e impactos diferenciados nos governos democráticos e populares e aqui será tomado a partir da realidade do município de Fortaleza/CE, na gestão (2005-2008) e no capítulo subsequente.

Segundo Lião Jr. (2003), o movimento de ampliação da participação no cenário político brasileiro foi marcado por conquistas históricas, a exemplo da abertura política que contribuiu para que o Partido dos Trabalhadores (PT) passasse a conquistar espaços nas administrações públicas - municipais e estaduais. Quanto a isto, exprime-se que o restabelecimento democrático no país favoreceu a ocupação de cargos estratégicos na gestão pública por parte de partidos do campo popular, apoiados pelo sufrágio universal. No cenário do governo federal, Suassuna *et al.* (2007) também sublinha que na nova conjuntura política sob a liderança do Governo Lula da Silva, o esporte e o lazer passam a compor a agenda política governamental à semelhança da saúde, da educação, do meio ambiente, dentre outros.

Reconhece-se, com base em suas diretrizes, que as políticas de esporte e lazer do campo popular carregam a marca da legitimidade do esporte e do lazer como direitos sociais e são norteadas pela democratização de tais práticas. Sendo assim, convém elucidar que tais políticas têm como um de seus princípios buscar formas concretas, a fim de democratizar os espaços e equipamentos de esporte e lazer, de maneira a ampliar e melhorar o nível de participação popular nas manifestações culturais - corporais e esportivas - e apropriação de seus significados com vistas ao desenvolvimento humano.

Sugere-se, portanto, pelas palavras de Lião Jr., de Suassuna *et al.* e das diretrizes norteadoras da política de orientação petista, que a participação é vista como um mecanismo de intervenção das políticas governamentais que visa à mobilização da sociedade civil no tocante à materialização de direitos, atendimento de demandas cotidianas da população e protagonismo dos atores sociais nos espaços decisórios alusivos à gestão (orçamento participativo, assembléias participativas, comissões comunitários, dentre outros). Este raciocínio possibilita construir-se à ideia de que a participação se configura como um recurso estratégico para a formulação de políticas públicas, de modo particular na área social.

No contexto das políticas (programas e ações) no setor vigente no país, alude-se à experiência de Política de Esporte e Lazer sob a égide do Partido dos Trabalhadores a Política de Esporte e Lazer de Fortaleza/CE do Governo Luizianne Lins (2005-2008). Esta gestão se define como um governo popular que tem como prioridade o cuidado com as pessoas. Neste contexto, o Programa Esporte na Comunidade à época de sua implementação se vinculava à extinção Célula de Esporte e Lazer⁹ e, atualmente, é parte do conjunto de ações da Secretaria de Esporte e Lazer de Fortaleza¹⁰. Destaca-se a institucionalização destas pastas para tratar do esporte, pois são pioneiras no contexto político do município de Fortaleza/CE e acenam para a garantia de acesso e democratização do esporte e lazer como direitos sociais da população fortalezense (Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2005, 2008).

Ressalta-se, ainda, que o programa consiste na ação de maior relevância na esfera do Governo Luizianne Lins (2005-2008), também no principal projeto da campanha de reeleição da então candidata ao governo da capital cearense na pasta de esporte e lazer. Segundo Sousa Sobrinho *et al.* (2006), o programa tem como propósito a democratização do esporte e lazer em uma perspectiva de participação que propicia a organização das comunidades de modo autônomo e democrático. Portanto, entende-se que esta ação se aplica ao aporte teórico evidenciado e as diretrizes do campo democrático popular.

Em suma, conclui-se que as proposições colocadas acerca da participação na cena sociopolí-

9 Carta de Princípios de uma administração Democrática e Popular para o Esporte e Lazer. Documento produzido coletivamente por militantes do PT. Ver Lião Jr. (2003).

10 A Célula de Esporte e Lazer de Fortaleza foi criada em 2005, primeiro ano de gestão do governo Luizianne Lins, vinculava-se à Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE. Esta pasta foi extinta em 2008.

tica contemporânea, a partir do aporte teórico enfocado, permitem formular uma compreensão da participação política em sua interlocução com a sociedade civil a ser empregada no estudo, qual seja:

(a) configura-se como uma prática social visto que seus fundamentos são inerentes ao ato educativo, participação como prática política;

(b) atua como mecanismo de materialização da ação da sociedade civil no contexto societário local e global, a partir do conceito de participação cidadã;

(c) constitui-se como um mecanismo de intervenção das políticas públicas de esporte e lazer de viés democrático e popular;

Dito isto, dá-se início a descrição do percurso metodológico do estudo.

CAPÍTULO II

2. O PERCURSO METODOLÓGICO DO ESTUDO

“Não tenho um caminho novo. O que eu tenho de novo é um jeito de caminhar”.
(Thiago Melo)

Investigar os princípios “acesso”, “democratização” e “participação política” nas intervenções governamentais de esporte e lazer, notadamente no Governo de Fortaleza/CE, referenciada pelo Programa Esporte na Comunidade é lançar um olhar à política deste setor em desenvolvimento no país na esfera federal e municipal, na perspectiva de evidenciar suas especificidades e interlocuções. Certo disto, apresenta-se os procedimentos da pesquisa e o município *lócus* da investigação e o quadro numérico do Programa Esporte na Comunidade. Ao optar por este percurso, pretende-se, parafraseando Bourdieu (1999), possibilitar ao leitor identificar o “lugar de onde se fala o autor”.

Mais detalhadamente, descrevem-se os procedimentos de pesquisas, com destaque para a abordagem quantitativa e qualitativa, as categorias analítica e o delineamento da pesquisa. O Programa Esporte na Comunidade em números, o *lócus* da pesquisa, a definição e os critérios de seleção dos sujeitos, os cuidados éticos da pesquisa e os procedimentos para análise dos dados coletados.

2.1. PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

É tarefa primordial do pesquisador, construir um percurso metodológico de pesquisa em conformidade com o objeto de análise e a realidade investigada, uma vez que ambos se relacionam dialeticamente posto que o conhecimento científico se dá em um processo de articulação entre a teoria e a realidade empírica (MINAYO *et al.*, 1993). Compreende-se que na investigação em Ciências Sociais, a teoria proporciona a definição de categorias de modo a possibilitar o estabelecimento de sistemas conceituais e, ao mesmo tempo, indica lacunas no conhecimento e auxilia na construção de hipótese/pressuposto de pesquisa. Ela explica, generaliza e sistematiza os conhecimentos e aponta a metodologia apropriada à investigação.

O conhecimento científico deriva da investigação metódica e sistemática da realidade social, transcende os fatos e os fenômenos em si mesmos, interpretando-os. Em suma, o conhecimento científico resulta de um exercício denso e fatigante de apropriação e interpretação, permitindo ao pesquisador construir uma teoria, um pressuposto, um modelo ou uma hipó-

tese. Neste sentido, entende-se que em Ciências Sociais, o processo de produção do conhecimento é fundamentado na relação entre dois sujeitos: o pesquisador e o sujeito investigado. Tal afirmação se opõe à perspectiva positivista que preconiza uma relação de distanciamento entre sujeito e objeto, partindo do conhecimento nomológico cuja base se encontra na observação, experimentação e comprovação dos fatos – em uma perspectiva empírico-analítica.

Com base no entendimento de que o conhecimento científico é proveniente do exercício da pesquisa, torna-se essencial destacar algumas exigências deste ato, a saber: a investigação profunda e sistemática do objeto de estudo pelo pesquisador que, após realizar sucessivas observações e procedimentos, consegue desvendar níveis da realidade do objeto que antes eram desconhecidos; e o rigor metodológico. Com efeito, Minayo *et al.* (1993) asseveram que a metodologia é o fio condutor da pesquisa e precisa estar adequada ao objeto de estudo (sujeito investigado, na forma que se compreende aqui) da investigação. Portanto, é oportuno enfatizar os elementos basilares de uma metodologia de pesquisa em Ciências Sociais, quais sejam: a teoria ou o paradigma norteador do estudo, o método de investigativo do objeto, os procedimentos e as técnicas utilizadas na investigação. Tais elementos, descritos de modo preciso e detalhado, são essenciais no sentido de assegurar, como afirma Bourdieu *et al.* (1999), a vigilância epistemológica.

2.1.1. NOTAS INICIAIS: ABORDAGEM QUANTITATIVA E QUALITATIVA

Sabe-se que as pesquisas científicas são orientadas por dois tipos de abordagem, quais sejam: a quantitativa e a qualitativa. Estas atuam de modo complementar e se constituem como instrumentos com os quais se serve o pesquisador para estabelecer uma relação (de proximidade) com o objeto e a realidade investigada, sendo, portanto, elementos essenciais na construção do percurso metodológico dos trabalhos qualitativos. Para Minayo & Sanches (1993, p. 245), o trabalho qualitativo caminha sempre em duas direções: em uma, “elabora teorias, seus métodos, seus princípios e estabelece seus resultados; na outra, “inventa, ratifica seu caminho, abandona certas vias e toma direções privilegiadas”. Neste sentido, a autora compartilha a ideia de ‘devir’ no conceito de cientificidade.

A compreensão das relações e atividades humanas com os significados que animam é radicalmente diferente do agrupamento dos fenômenos sob conceitos e/ou categorias genéricas dadas pelas observações e experimentações e pela descoberta de leis que ordenariam o social (MINAYO *et al.*, 1993, p. 244). Mas, ainda que sejam evidentes as diferenças em relação à natureza das abordagens qualitativa e quantitativa destacadas pelos autores citados, é provável que a depender do objeto de análise (sujeito investigado), essas diferenças sejam instrumentos de um mesmo estudo científico, posto que o uso da abordagem qualitativa não

exclui a possibilidade de emprego de dados numéricos, como forma de complementação de informações. Ao contrário, parte-se aqui do pressuposto de que os dados numéricos (quantitativos) podem ajudar na compreensão da realidade a ser estudada, ao passo que o diálogo entre eles é estabelecido.

Conforme Minayo *et al.* (1993, p. 241), “no âmbito das *soft sciences* (Psicologia, Sociologia), tem surgido a oportunidade de se usar a linguagem matemática para descrever, representar ou interpretar a multidiversidade de formas vivas e suas possíveis inter-relações”. No entanto, o uso da linguagem matemática implica na descrição de modelo idealizado, este por sua vez pode induzir o pesquisador a um entendimento parcial da realidade observada. Ciente disto, esclarece-se que o uso dos dados numéricos será necessário no estudo porquanto possibilitará caracterizar o perfil da população atendida pelo Programa Esporte na Comunidade, do ponto de vista socioeconômico, o que favorecerá um processo de interpretação e análise do objeto deste estudo.

Sabe-se que as investigações elaboradas com base em uma análise qualitativa têm como objeto situações complexas ou estritamente particulares. Por outro lado, estudos que fazem uso da abordagem qualitativa são capazes de descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certos elementos, compreendendo os processos dinâmicos vividos por grupos sociais. Com efeito, essa abordagem possibilita maior nível de profundidade, bem como o entendimento de particularidades que se apresentam à realidade estudada. Esta perspectiva metodológica difere, em princípio, do quantitativo à medida que não emprega um instrumento estatístico como base do processo de análise de um problema (RICHARDSON, 1999). Diante das considerações acerca da abordagem qualitativa, compreende-se que esta metodologia é a que mais se aproxima do objeto - a democracia participativa - da investigação proposta, por tratar-se de um fenômeno social.

Ressalta-se que a utilização de aspectos numéricos na análise em pauta ocorrerá de modo complementar à abordagem qualitativa, pois se entende que os dados levantados por meio do questionário permitiram ao investigador uma maior apropriação da caracterização da população, conforme: 1. perfil da população atendida; 2. tipo de trabalho e renda dos pais, e renda familiar; e, 3. participação no programa: (a) conhecimento, tempo e frequência nas atividades; (b) prática esporte e suas dimensões e (c) participação da comunidade, visando à compreensão do objeto do estudo - a democracia participativa - em sua interconexão com as políticas de esporte e lazer, notadamente, no cenário do Programa Esporte na Comunidade no município de Fortaleza/CE.

2.1.2. CATEGORIAS ANALÍTICAS

Construir teoria implica em construir conceitos ou categorias de análise. E cada conceito é resultado de estudos do abstrato ao concreto dialeticamente, é a representação mais

simplificada do significado, a natureza das coisas. Nesta acepção,

a construção da categoria é, a meu ver, um desfecho, é uma síntese da proposta de Marx, a saber: como se explica cientificamente um acontecimento, como se constrói a explicação. Na medida em que a explicação se sintetiza na categoria que poderíamos traduzir em conceito, em lei, então a construção da categoria é por assim dizer, o núcleo, o desfecho da reflexão dialética (IANNI, 1986, p. 1).

O autor coloca que explicar dialeticamente é construir as categorias que resultam da reflexão sobre o objeto (fato, acontecimento) que se está investigando, logo, a categoria que se constrói é o resultado de uma reflexão obstinada, que interroga o real reiteradamente e que desvenda do real aquilo que não está dado, não é imediatamente verificado. Nesta direção, faz-se necessário, portanto, que o pesquisador se coloque diante do fato, a fim de interrogá-lo sob todos os aspectos e perspectivas, partindo do reconhecimento de que o fato não se dá a conhecer de modo imediato (idem, 1986), mas que é algo a ser construído com base no exercício metódico.

Com base na compreensão de Ianni (1986), pressupõe-se que estudar a democracia participativa nas políticas públicas de Esporte e Lazer subsidiadas pelos princípios de “acesso”, de “democratização” e de “participação política”, com base nos determinantes históricos e estruturais presentes no contexto do Programa Esporte na Comunidade, é investigar a realidade em uma perspectiva dialética, admitindo-se que a construção do objeto se dá conforme o exercício metódico que vai se desenhando no curso da pesquisa.

2.1.3. PESQUISA SOCIAL EM FOCO

Pressupondo-se a construção do objeto de estudo conforme o exercício metódico, tendo-se em conta o processo dialético de compreensão do fenômeno na realidade social, esta pesquisa utilizou diferentes técnicas de investigação, tendo-se como delineamento o estudo de caso.

O estudo de caso como delineamento de pesquisa investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência (YIN, 2005). E ainda,

os estudos de caso visam explorar, deste modo, um caso particular, situado na vida real contemporânea, bem delimitado e contextualizado em tempo e lugar para realizar uma busca circunstanciada de informações sobre um caso específico (CHIZZOTTI, 2006, p. 136).

Considera-se que o estudo de caso conduz a uma investigação minuciosa de um ou poucos objetos, de modo a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado em um determinado contex-

to limitado pelo espaço-tempo histórico. Neste enfoque, o contexto de estudo foi o do Programa Esporte na Comunidade, tendo-se como técnicas: questionário, entrevista e observação.

Foi utilizado na investigação um questionário composto de questões fechadas, abertas e dependentes no qual se abordava aspectos relacionados ao perfil socioeconômico, caracterização da população atendida e participação no programa (ver apêndice 1).

Ainda é oportuno mencionar dois aspectos que se consideram pertinentes:

- a) para a realização das entrevistas (estruturada e semiestruturada), foram elaborados roteiros distintos conforme cada grupo de entrevistado, a fim de atender ao nível de compreensão e entendimento dos diferentes sujeitos da pesquisa, bem como apreender de modo mais fidedigno o conteúdo das falas apresentadas.
- b) a opção por essas duas modalidades de entrevista deu-se com a finalidade de confrontar os dados da realidade do programa com as informações colhidas com base nos documentos oficiais, cruzando-se com os dados obtidos por meio dos questionários e das informações coletadas por meio da observação, que foram analisadas à luz da literatura definida. A análise relativa às entrevistas será apresentada no capítulo IV.

Na observação direta, foi utilizado como instrumento o diário de campo. Percebeu-se que a observação consistiu em um elemento fundamental em todas as etapas do processo investigativo, a saber: na formulação do problema, na construção de hipóteses e na coleta, análise e interpretação dos dados. Todavia, é na etapa do trabalho de campo propriamente dito (coleta de dados) que sua importância apareceu com maior veemência. Ressalta-se que a “observação nada mais é que o uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano”. Porém, ela pode ser utilizada como procedimento científico, ao passo que: “(a) serve a um objetivo formulado de pesquisa; (b) é sistematicamente planejada; (c) é submetida à verificação e controles de validade e precisão. Por meio da observação, almejou-se obter informações sobre as dinâmicas sociais, bem como sobre a ação dos sujeitos na realidade observada” (GIL, 2007, p. 110).

Como toda construção do procedimento de pesquisa supõe, utilizaram-se como fontes complementares às informações obtidas em campo (trabalho de campo) os levantamentos bibliográfico e documental. O levantamento bibliográfico possibilitou à pesquisadora apropriar-se das contribuições dos diversos autores acerca do tema, enquanto o uso de fontes documentais propiciou a melhor compreensão do discurso oficial presente nos documentos que deram origem e nortearam o programa.

2.1.4. O PROGRAMA ESPORTE NA COMUNIDADE EM NÚMEROS

O programa, como parte do quadro das políticas do governo municipal de Fortaleza/CE atua em comunidades de baixa renda no atendimento de aproximadamente 3.644 sujeitos de seg-

mentos de etários distintos - crianças, adolescentes e adultos (cf. dados coletados em campo, 2008).

No quadro 3, é apresentada a distribuição do número de sujeitos envolvidos no programa, conforme divisão por secretarias executivas regionais.

QUADRO 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DO PENC EM 2008

SER	NÚCLEOS	NÚMERO DE ALUNOS	NÚMERO DE ALUNAS	TOTAL DE ALUNOS	PROFESSORES E/OU ESTAGIÁRIO DE EDUCAÇÃO FÍSICA	LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS
1	8	577	137	714	8	8
2	8	314	244	558	8	8
3	10	590	149	739	10	10
4	4	324	15	339	4	4
5	9	405	185	590	9	9
6	10	539	162	701	10	10
Total	49	2748	891	3.644	49	49

Fonte: Oliveira, Ana Amélia (2008), com base em dados do trabalho de campo.

No tocante à gestão, há quatro técnicos vinculados à Secretaria de Esporte e Lazer que atuam diretamente no programa, sendo um coordenador e três supervisores. Em cada núcleo do programa, atua um professor de educação física e/ou estagiário e, pelo menos, um agente social e/ou comunitário (cf. dados coletados em campo, 2008).

Em relação aos critérios de seleção da amostra, na primeira fase da investigação (dezembro de 2008 a março de 2009), foi realizado um levantamento de informações referentes aos núcleos junto à Secretaria de Esporte e Lazer de Fortaleza que possibilitou perceber que para atingir os objetivos do trabalho com mais clareza, seria apropriado realizar uma visita aos núcleos ativos desde 2005, ano de implantação do programa nas comunidades.

Outras questões relevantes foram: a identificação dos núcleos que ainda não tinham passado pelo processo de mudança de professor, pois se entendia que nestes, o programa não tinha sofrido nenhum tipo de interrupção no que concerne ao desenvolvimento das atividades; a relação professor e comunidade e a apropriação da sua proposta por parte da comunidade. Ou seja, entendia-se que tais determinantes em conjunto ou de maneira isolada poderiam prejudicar a materialização e as consequentes repercussões dos princípios norteadores da democracia participativa presente nesta política. Também, optou-se por visitar os núcleos apontados pela coordenação do programa como locais potencialmente propensos à materialização da democracia participativa no cenário do programa. Tal afirmação se pautava na organização social, na participação popular e na intervenção político-pedagógica do professor.

Resguardado de tais ideias, adotou-se como critérios para a seleção da amostra dos

núcleos do programa, conforme descrito:

- (1) núcleo ativo desde implementação do programa (2005);
- (2) núcleo que não havia passado por processo de transição de professor;
- (3) núcleo com histórico de participação popular;

Como base no exposto acima e segundo a realidade apresentada por cada núcleo no período da investigação, são estes: núcleo ativo ou inativo, núcleo em processo de extinção e inaccessibilidade de aproximação do professor. O número de visitas era determinado pelas condições de acesso à comunidade; na maioria delas, só era possível chegar ao núcleo acompanhado pelo professor.

O quadro 4 retrata os núcleos selecionados conforme critérios estabelecidos, situação na época da investigação e números de visitas realizadas. Observar em destaque os núcleos apontados pela coordenação do programa.

QUADRO 2 - SITUAÇÃO CONFORME CRITÉRIOS ESTABELECIDOS E NÚCLEOS VISITADOS

Nº	NÚCLEO	SITUAÇÃO NA ÉPOCA DA INVESTIGAÇÃO	NÚMERO DE VISITAS
01	Bela Vista	Ativo	01
02	Conjunto Palmeiras	Ativo	01
03	<i>Guajeru</i>	Em processo de extinção	01
04	<i>João Paulo</i>	Ativo	01
05	José Walter	Ativo	01
06	<i>Novo Perimetral</i>	Ativo	01
07	Padre Andrade	Inativo	-
08	Parque Genibaú	Não houve contato com o professor	-
09	Pio Saraiva	Inativo	-
10	Pirambu	Inativo	-
11	<i>Planalté Universo</i>	Ativo	06
12	<i>Presidente Kennedy</i>	Ativo	02
13	<i>Rosalina</i>	Ativo	01
14	Serrinha	Ativo	05
15	Vila Nova	Não houve contato com o professor	-
16	Vila Velha	Inativo	-

17	<i>Vila União</i>	Em processo de extinção	02
Total de visita			22

Fonte: Oliveira, Ana Amélia (2008), com base em dados do trabalho de campo.

Evidencia-se que na primeira fase da investigação, as visitas tinham caráter diagnóstico, isto é, pretendia-se estabelecer uma primeira aproximação com o lócus da pesquisa, o núcleo (local, atores sociais envolvidos direta e diretamente nas ações) e a comunidade (com ênfase na problemática social e condições infraestruturais).

Pôde-se identificar que os núcleos: José Walter, Bela Vista e Conjunto Palmeiras não mantêm uma interlocução entre comunidade e Secretaria de Esporte e Lazer de Fortaleza no sentido de articulação/diálogo que permitam compreender os princípios da democracia participativa, tomando a comunidade em sua totalidade, porquanto suas atividades acontecem no centro de cidadania dos respectivos bairros, o que em certa medida limitaria o acesso de ampla parcela dos sujeitos nas atividades. Outro fator limitante do acesso seria o fato de as atividades, nesses núcleos, serem incorporadas as demais atividades oferecidas, o que em certa proporção prejudicaria a autonomia da comunidade em relação à seleção dos temas da cultura corporal. Não foi possível visitar os núcleos que se encontravam temporariamente inativos ou em que não houve uma aproximação com o professor.

Após análise das condições de viabilização da investigação junto aos núcleos, optou-se por investigar os núcleos: Planalto Universo e Rosalina. Neles, observou-se a existência de uma articulação entre os movimentos sociais que os representam (associações, cooperativas comunitárias e organizações não governamentais) e a Secretaria de Esporte e Lazer de Fortaleza.

Contudo, ao retornar-se ao campo, para a execução da segunda fase da investigação (agosto a dezembro de 2009), isto é, a aplicação dos instrumentos de pesquisa, o programa passava por um momento de interrupção de suas atividades, porquanto os professores estavam sem receber seus vencimentos. Concomitantemente, a maioria dos núcleos passava por um processo de retomada das atividades e, por isso, a quantidade de alunos por núcleo tinha sofrido uma redução. Além do mais, alguns núcleos estavam sem funcionar por falta de espaço adequado para a realização das atividades e, ao mesmo tempo, a Secretaria de Esporte e Lazer de Fortaleza passava por um momento de transição de secretário que implicava em certa instabilidade no programa.

Diante do contexto evidenciado, optou-se pela realização da investigação em mais três núcleos: Serrinha, Presidente Kennedy e João Paulo II. Tendo em vista atender aos critérios de validade e representatividade da amostra de sujeitos atendidos pelo programa.

Com base no universo dos núcleos do programa, que perfaziam um total de 42 na época da primeira fase do trabalho de campo e feita à análise do contexto social e estrutural dos núcleos, foram selecionados cinco comunidades, quais sejam: Planalto Universo, Rosalina, Serrinha, Presidente Kennedy e João Paulo II. Optou-se por investigar os núcleos Planalto Universo, Rosalina, Presidente Kennedy e João Paulo II, porquanto neles, ao que parece, há uma articulação entre a comunidade e a Secretaria de Esporte e Lazer de Fortaleza, visto que nestes núcleos, os professores - além de realizarem uma intervenção político-pedagógica como agentes de esporte e lazer - atuam como agentes sociais e/ou comunitários, interagindo com a comunidade e sendo sensível à problemática social vivenciada pelas famílias e, ao mesmo tempo, conseguem mobilizar as lideranças comunitárias. A opção pelo núcleo Serrinha é justificada pelo fato de estar em funcionamento desde 2005, ano de implantação do programa nas comunidades.

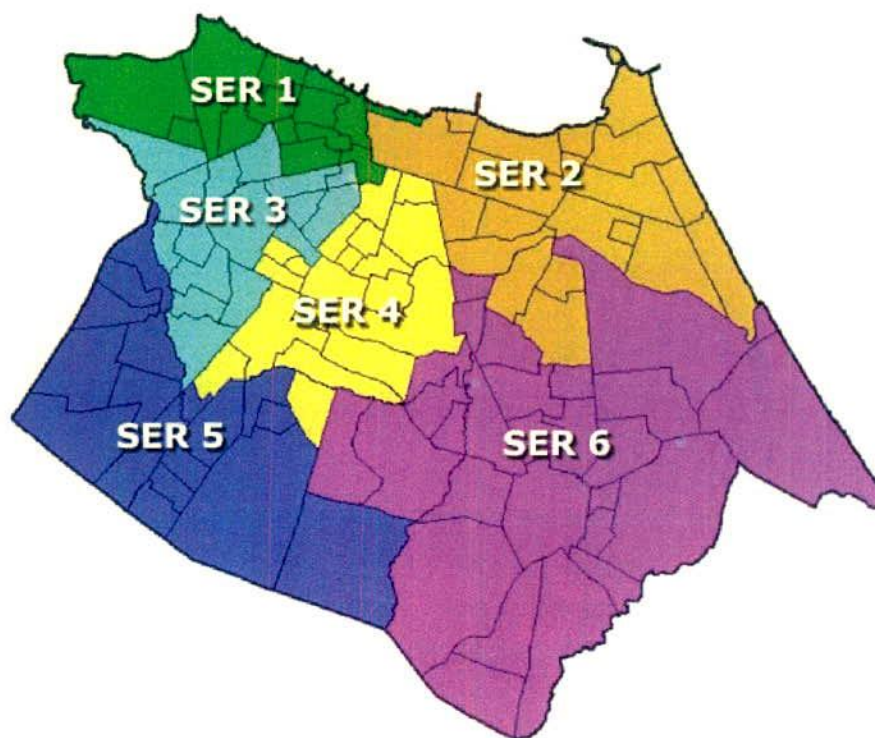
Neste âmbito, tais núcleos podem ser reveladores da existência ou não de diálogo e interlocução entre a Secretaria de Esporte e Lazer de Fortaleza e a comunidade atendida pelo programa, particularmente, no sentido de compreender o significado atribuído nesta relação à noção de democracia participativa. Vale ressaltar que parte das ações desenvolvidas pelo programa passou a ser apropriada pela comunidade como algo que compõem o cotidiano não somente de quem o pratica - o que pode representar do ponto de vista simbólico a cristalização das demandas sociais, ao passo que houve tal apropriação - mais também ser um indicador de que as estratégias dialógicas e a comunhão de interesses entre governo e sociedade civil são fundamentais para a realização/concretização de programas sociais no contexto de políticas públicas em diferentes instâncias, particularmente, na instância municipal.

2.1.5. FORTALEZA: O LÓCUS DO ESTUDO

O estudo de caso foi aplicado junto ao Programa Esporte na Comunidade cuja localização se encontra no município de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, situado na região nordeste do Brasil. Fortaleza é a quinta capital do país no que diz respeito ao indicador população, sendo superada em ordem crescente pelas cidades de Belo Horizonte, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Possui uma população que corresponde a 2.505.552 habitantes e uma área de unidade territorial equivalente a 313 Km². O município possui cinco distritos, estes são: Fortaleza, Antônio Bezerra, Messejana, Mondubim e Parangaba (cf. dados IBGE - cidades@, 2009). Em sua estrutura administrativa, o município é subdividido em seis subprefeituras denominadas de secretarias executivas regionais que englobam todos os bairros de Fortaleza (cf. Plano Plurianual 2006-2009, 2005).

A seguir é apresentado o mapa de Fortaleza demarcado pelas seis secretarias regionais.

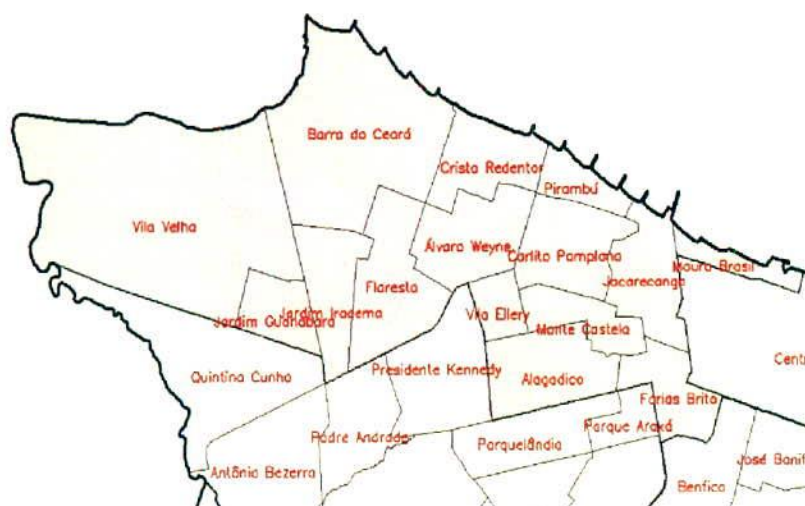
FIGURA 1 – MAPA DE FORTALEZA - POR SECRETARIA EXECUTIVA REGIONAL



Fonte: Plano Plurianual do Município 2006-2009, 2005.

A figura 2 descreve a Secretaria Regional I com destaque para os bairros que a representam.

FIGURA 2 – MAPA DA SECRETARIA EXECUTIVA REGIONAL I



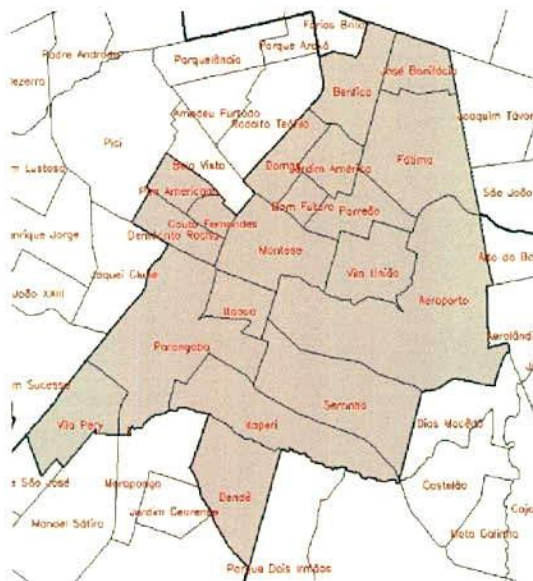
Fonte: Plano Plurianual do Município 2006-2009, 2005.

Esta Secretaria Executiva Regional perfaz um total de 15 bairros, ocupando a última

posição no tocante ao número de bairros.

A figura 5 descreve a Secretaria Regional IV com destaque para os bairros que a representam.

FIGURA 5 – MAPA DA SECRETARIA EXECUTIVA REGIONAL IV

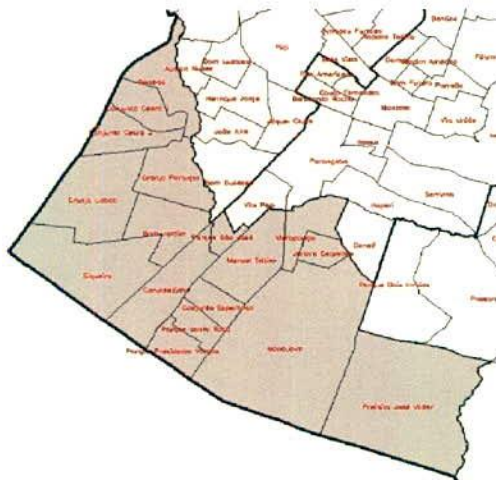


Fonte: Plano Plurianual do Município 2006-2009, 2005.

A Secretaria Executiva Regional IV é a terceira maior em quantidade de bairro, apresentando 19 bairros em sua totalidade. Nela se localizam os núcleos Planalto Universo e Serrinha.

A figura 6 descreve a Secretaria Regional V com destaque para os bairros que a representam.

FIGURA 6 – MAPA DA SECRETARIA EXECUTIVA REGIONAL V



Fonte: Plano Plurianual do Município 2006-2009, 2005.

A Secretaria Executiva Regional V ocupa a quarta posição no que tange ao número de bairros. Estes correspondem a um total de 17.

A figura 7 descreve a Secretaria Regional VI com destaque para os bairros que a representam.

2.1.6. DEFINIÇÃO E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS SUJEITOS

A seleção dos sujeitos investigados constitui um momento crucial da metodologia da pesquisa social, posto que visa reunir um grupo de informantes-chave que possam apresentar informações coerentes sobre o tema investigado. A diversidade de pessoas e visões é importante para que a entrevista não se limite apenas a contar opiniões ou pessoas, mas a explorar o espectro de opiniões e as diferentes representações sobre o tema abordado (GASKEL, 2002).

Para representar os sujeitos da pesquisa, foram escolhidos todos os participantes (alunos cadastrados no programa), ou seja, crianças, adolescentes e adultos (conforme o número de alunos atendidos pelos núcleos selecionados para aplicação do estudo de caso); os responsáveis (pais dos alunos); as lideranças comunitárias; os professores e o grupo gestor do programa (coordenador de políticas públicas, coordenador geral de programas, coordenador e ex-coordenador pedagógico e supervisor).

A amostra aleatória simples foi composta de 140 sujeitos (participantes – alunos do programa), tendo seu tamanho mínimo calculado para uma variável que, quando medida dicotomicamente, tem distribuição com variância máxima, confiança de 95% e erro amostral de 9%. Obteve-se um tamanho mínimo de amostra igual a 119 sujeitos. Foram tomados aleatoriamente na população investigada 140 sujeitos. Além destes, foram sujeitos da investigação 05 sujeitos representantes do grupo gestor, 05 sujeitos professores e 09 sujeitos responsáveis (pais de alunos) e/ou lideranças comunitárias.

O quadro 5 demonstra, de forma detalhada, os sujeitos e respectivas técnicas de investigação utilizadas.

QUADRO 3 - SUJEITOS DA PESQUISA E TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO APRESENTADAS

Participante (alunos)	- Questionário: * Caracterização da população atendida e participação no PENC	- Questões abertas, fechadas e dependentes - Estruturada
Responsáveis (pais dos alunos) e lideranças comunitárias	- Entrevista	- Estruturada
Professores	- Entrevista	- Estruturada
Grupo gestor	- Entrevista	- Estruturada e semi-estruturada

Fonte: Oliveira, Ana Amélia (2008/2009), com base em dados do trabalho de campo.

As entrevistas foram realizadas no período de 01/08/2009 a 06/11/2009. Foram selecionados três grupos de informantes-chave: o primeiro grupo é representado por alunos

que participam diretamente e acompanham as atividades do programa nos núcleos; o segundo grupo é composto por lideranças comunitárias e responsáveis (pais dos alunos) que acompanham diretamente o programa nos núcleos; o terceiro é formado pelo professor que possui relação direta com a execução do programa; e o quarto grupo envolve coordenadores do programa, coordenador de políticas públicas e assistentes técnicos, que detém a compreensão política e pedagógica do programa e que foi responsável pela idealização e pela concepção do programa.

O quadro 6 mostra, de maneira minuciosa, a identificação dos grupos de informantes-chave.

QUADRO 4 - GRUPOS DE INFORMANTES-CHAVE

FORMAÇÃO DOS GRUPOS	Nº. DE SUJEITOS	IDENTIFICAÇÃO
Grupo 1 - Grupo gestor	05	Entrevista 1 a 5
Grupo 2 - Professores	05	Entrevista 6 a 10
Grupo 3 - Responsáveis (pais dos alunos) e lideranças comunitárias	09	Entrevista 11 a 19
Grupo 4 - Participantes (alunos)	04	Entrevista 20 a 24
Total	24	-

Fonte: Oliveira, Ana Amélia (2008/2009), com base em dados do trabalho de campo.

No caso da entrevista, a escolha dos informantes-chave foi feita a partir de critérios pré-definidos:

- (i) relação dos respondentes com o programa;
- (ii) experiência no programa;
- (iii) compreensão política da proposta do programa;

2.1.7. CUIDADOS ÉTICOS DA PESQUISA

Para que a pesquisa fosse realizada junto ao Programa Esporte na Comunidade, a Secretaria de Esporte e Lazer de Fortaleza por meio da coordenação do programa citado foi comunicada em documento oficialmente emitido pelo Núcleo de Estudos do Corpo e Natureza / FEF-UnB, coordenado pela Prof^á. Dra. Dulce Suassuna (ver apêndice 5). Por sua vez, a referida coordenação se manifestou favorável à realização da investigação junto aos núcleos selecionados.

Os sujeitos da pesquisa assinaram um termo de livre consentimento para participação na pesquisa. Os documentos do programa cedidos pela Secretaria de Esporte e Lazer de Fortaleza

foram guardados com sigilo e usados somente para os fins deste trabalho (ver apêndices 6 a 9).

Os dados obtidos junto aos sujeitos da investigação foram tratados e guardados com sigilo. Eles foram utilizados somente para os fins do trabalho.

O projeto de pesquisa foi submetido à aprovação junto ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (UnB) e recebeu parecer favorável em dezembro de 2009.

2.1.8. PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DE DADOS

Posteriormente à coleta, a análise foi realizada com base em dados obtidos por meio dos questionários, entrevistas e registros em diário de campo.

Na investigação, os dados obtidos por meio do questionário foram tratados e analisados tendo como suporte a estatística descritiva por meio do Programa Computacional *SPSS (Statistical Package for the Social Sciences)* versão 15.0 para *windows*. Estes possibilitaram a compreensão do perfil socioeconômico, nível de renda da população atendida e relação entre as demandas sociais e as ações desenvolvidas por este programa, com base em diferentes perspectivas.

As entrevistas subsidiaram a análise à medida que possibilitaram a compreensão do sentido de “democracia participativa” no quadro das políticas sociais de Esporte e Lazer, particularmente, no caso do programa. Desta forma, a fala dos participantes, lideranças comunitárias e responsáveis (pais dos alunos), professores e gestores foram compreendidos como “discursos” produtores de significado.

Os registros das observações serviram para conhecer a dinâmica social característica dos núcleos investigados e a problemática vivenciada pela comunidade, suas demandas sociais e também para compreender a inserção do programa na comunidade.

Por último, sublinha-se que em seguida será abordado o cenário político de constituição das políticas públicas de esporte e lazer, tomando-se como referência o Governo Lula da Silva (2003-2007) e a Política Municipal de Esporte e Lazer de Fortaleza/CE no Governo Luizianne Lins (2005-2008), contexto de criação do Programa Esporte na Comunidade. Também será feita uma descrição do programa com o propósito de evidenciar as repercussões dos princípios da democracia participativa nesta política.

CAPÍTULO III

3. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: IDENTIDADE LOCAL E O CENÁRIO BRASILEIRO

“Na atualidade, não basta criticar a política social; é fundamental realizar a crítica da sua crítica, que quase sempre despreza a realidade e até legitima-a pelo avesso, quer dizer, ao desconhecer a realidade, confirma-a.”
(Evaldo A. Vieira, 1997).

O capítulo em questão faz alusão às políticas públicas de esporte e lazer no país - esfera federal e estadual - com destaque para o cenário de constituição delas que é delineado pelo significado de cidadania, direito social, Estado, política social/pública. Especificamente, a discussão tem como pano de fundo a cidadania e a garantia do direito social ao esporte e ao lazer na conjuntura histórica em que a democracia participativa norteia o ideário dos governos democráticos e populares, haja vista as diretrizes da Política Nacional do Esporte criada no Governo Lula da Silva em que a descentralização da gestão das políticas de esporte e lazer se faz presente (ME, 2005), de modo particular na Política Municipal de Esporte e Lazer de Fortaleza/CE.

No primeiro momento, versa-se sobre as políticas de esporte e lazer no país. A trama é tecida pela discussão das categorias analíticas de cidadania (SANTOS, 1987; DEMO, 1995), Estado (POULANTZAS, 2000; JACOBI citado por SUASSUNA *et al.* 2007; PEREIRA, 2008), Estado democrático (BORON, 1999), direito social (TELLES, 1999), política social (VIEIRA, 1992; PEREIRA, 2008), política pública (SOUSA, 2003; REIS, 2003) e é permeada pelo reconhecimento do esporte e do lazer como direito social (cf. art. 6º, inciso III da CF de 1988). Ao final, discorre-se sobre a conjuntura política que possibilitou a criação da pasta de esporte no Governo Federal, com destaque para as contribuições de Lião Jr. (2003) e de Suassuna *et al.* (2007). Em seguida, elenca-se as ações que em certa medida propiciaram a ampliação dos espaços de debate sobre a temática do esporte e do lazer nesta esfera em consonância com a democracia participativa, com foco na “democratização e universalização do acesso ao esporte e ao lazer” e na “descentralização da gestão das políticas de esporte e lazer” presentes na Política Nacional do Esporte (ME, 2005).

No segundo momento, parte-se para a descrição e análise do Programa Esporte na Comunidade na perspectiva de compreender e interpretar suas singularidades no que concerne à formulação, implementação e execução. Para tanto, utiliza-se os documentos,

“Projeto Esporte na Comunidade” (2007) e “Para Celebrar a Utopia: avaliação do Programa Esporte na Comunidade”¹¹ (SOUSA *et. al.*, 2006), também o registro das falas do grupo gestor e professores em que o perfil dos primeiros é demarcado por serem fundadores/idealizadores/executores da política; e dos segundos pela apropriação da proposta pedagógica, do conhecimento e da interlocução com as comunidades atendidas.

3.1. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO PAÍS

Analisar as repercussões dos princípios norteadores da democracia participativa que se fazem presentes no Programa Esporte na Comunidade (2005-2008), ao passo que são revertidos à autonomia e à auto-organização social, implica em compreender a configuração assumida pelas políticas públicas de esporte e lazer no país. Neste percurso, compreende-se que a institucionalização do esporte e do lazer como direitos sociais ocupa papel central na consolidação deste modelo de intervenção governamental que tem o cidadão como sujeito das ações e das decisões pertinentes à coletividade.

“Há cidadãos neste país?”, é um questionamento que faz Santos (1987, p. 7) ao lembrar que o Brasil é um país onde a figura do cidadão é esquecida. Diante desta situação, o autor esclarece que o “simples nascer investe o sujeito de uma soma inalienável de direitos, apenas pelo fato de ingressar na sociedade humana” e que a “cidadania, sem dúvida, se aprende” e, ao ser aprendida, “se torna um estado de espírito, enraizado na cultura”. Com isto, Santos revela um problema inerente à sociedade brasileira, qual seja, o não reconhecimento do ser cidadão, e, ao mesmo tempo, aponta um caminho à reversão desta situação, o qual consiste no aprendizado da cidadania de modo a torná-la um conhecimento/prática inerente à cultura. Demo (1995, p. 1), por seu turno, compreende a cidadania como a “competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada”. Assim, ela tem seu cerne na ação humana, na capacidade de o sujeito constituir-se como um ser social e histórico. Conforme o pensamento destes autores foi possível apreender que quanto maior o grau de desenvolvimento da cidadania, maior a possibilidade de expansão dos canais de participação ativa do cidadão e garantia dos direitos sociais.

Em vista disto, vê-se que a cidadania constitui o cerne dos direitos humanos uma vez que estes só podem manifestar-se onde a sociedade se comporta como sujeito histórico, capaz de discernir e efetivar seu plano de desenvolvimento (DEMO, 1995).

Reconhecendo a importância da cidadania para os direitos humanos, afirma-se que “uma sociedade deveras cidadã atina para a necessidade de constituir uma instância pública

11 O texto foi construído durante o I Seminário de Avaliação do Programa Esporte na Comunidade, realizado em Fortaleza/CE, em 24 de junho de 2006.

comum, à qual delega uma série de serviços e funções, que somente têm razão de ser frente aos desafios do bem-estar comum”. Nesta acepção, o “[...] desafio descomunal do Estado é de que seja público (sirva aos interesses comuns) e de serviço (promova o bem comum), para que seja, então legítimo, ou, de direito” (Demo, 1995, p. 3, parênteses do autor). Isso posto, entende-se que a cidadania perpassa a dinâmica social - suas relações e contradições - e se manifesta na ação dos sujeitos em seu cotidiano e em sua prática política. Deste modo, a participação dos atores sociais com vistas ao atendimento de suas necessidades e de seus interesses individuais e coletivos é essencial para a existência da cidadania e para o estabelecimento de um Estado democrático.

O Estado “não é mais do que uma condensação de uma correlação de forças entre as classes”. Por sua vez, Pereira (2008, p. 26) esclarece que “o Estado não é um fenômeno dado, anistórico, neutro e pacífico, mas um conjunto de relações criado e recriado num processo histórico tenso e conflituos, em que grupos, classes ou frações de classe se confrontam e se digladiam em defesa de seus interesses particulares, por isso “é uma arena de conflitos de interesses” (POULANTZAS; BRANDÃO, 1997, p.119). Ainda em relação ao Estado, a referida autora coloca que no alicerce de sua construção e desenvolvimento “estão presentes determinações e processos associados aos diferentes modos de produção dos quais o Estado foi e é parte integrante, os quais, por sua vez, foram e são determinados por mudanças na estrutura da sociedade e nas relações sociais correspondentes”.

Conforme as discussões que perpassam o significado de Estado, percebe-se que este é mutável, posto que é permeado por relações sociais nas quais circulam conflitos e interesses de classe.

No período contemporâneo - pós-segunda guerra mundial - viu-se a eclosão, em seguida a generalização do Estado-providência, cujas missões de proteção social e de redistribuição dos ganhos parecem mesmo inaugurar uma nova forma de cidadania. Neste contexto, as políticas sociais como ação do Estado, além de garantir os direitos sociais, tornaram-se possibilidades concretas de exercício da cidadania, a qual é constituída de direitos e instituições. Além de ser, também, produto de histórias sociais diferenciadas protagonizadas por grupos sociais diferentes. Por outro lado, o triunfo do neoliberalismo trouxe uma avassaladora tendência à mercantilização de direitos conquistados pelas classes populares, ao longo de mais de um século de luta, convertidos agora em “bens” ou “serviços” adquiridos no mercado (BORON, 1994).

Segundo a Constituição de 1988, art. 6º: “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição”. Esta também estabelece em seu art. 217 que “é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um [...]”. Guiado pelo referido documento, pode-se afirmar que o esporte e o lazer são direitos sociais, com garantia efetivada no plano jurídico-formal.

No entanto, é sabido que estes precisam estar pautados na dinâmica social como demanda de cidadania e, ao mesmo tempo, serem um vínculo social.

Neste sentido, Telles (1999), ao analisar as possibilidades, no Brasil atual, de a cidadania se enraizar nas práticas sociais – análise que supõe discutir as possibilidades, impasses e dilemas da cidadania, pautada na dinâmica social –, assinala que tal discussão não pode ocorrer sem uma prévia problematização dos direitos – que são percebidos como práticas, discursos e valores que afetam a maneira como as desigualdades e diferenças são demonstradas na esfera pública, como os interesses se apresentam e como os conflitos se concretizam. Salienta, também, que os direitos inseridos no ponto de vista da sociedade não se relacionam apenas com as garantias formais inscritas nas leis e instituições. Contudo, não se desconsidera a importância da ordem legal e do aparato institucional que são asseguradores da cidadania e da democracia.

Segundo essa autora, pela visão da dinâmica societária, os direitos se referem, antes de qualquer coisa, à maneira como as relações sociais são estruturadas. Desse modo, os direitos estabelecem um modo de sociabilidade no qual o sujeito reconhece seus pares como sujeitos de interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas.

Os direitos sociais no contexto societário, além do sentido utilitário de satisfação das necessidades humanas, neste caso por esporte e lazer, norteiam as práticas sociais e favorecem a construção de canais de diálogo que poderiam impulsionar o desenvolvimento da autonomia e da auto-organização social. Mas isso tudo só é possível por meio de uma “cultura pública democrática que se abra ao reconhecimento da legitimidade dos conflitos e dos direitos demandados como exigência da cidadania” (Teles, 1999, p. 139).

Não obstante, torna-se essencial refletir sobre o significado atribuído à política social posto que métodos distintos implicam em diferentes compreensões do significado desta. É o caso daqueles que a interpretam sob a ótica do liberalismo ou do materialismo. Certo disto, Vieira (1992, p. 31) defende o método materialismo histórico e dialético, porém adverte que este só tem razão de ser quando as proposições alusivas à política social não são inertes, “muito menos figuram jargão amolante”. Acrescenta que estas proposições necessitam “proceder de apreciação consequente e apoiada no materialismo histórico e dialético, atendendo a determinado Estado, a determinada classe social, a determinada ação política, a alternativas histórias sem equivalência”.

Para Vieira (1992, p. 22), a política social consiste em uma estratégia de governo que, normalmente, apresenta-se sob a forma de relações jurídicas e políticas, não contendo em si uma definição, bem como não resulta apenas do “despertar do espírito humano”. Ela é uma forma de expressão das relações sociais cujas raízes se situam no mundo da produção. Desta forma, como coloca o autor, os projetos, os programas e outros documentos referentes em certo momento a uma política - setorial ou social/econômica - não se colocam como totalidade absoluta.

Sob outro ângulo, Sousa (2003, p. 3-4) sublinha que política pública consiste em um “campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação e quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações”. No entanto, considera-se a noção de Estado em ação limitada, uma vez que não permite diferenciar política de Estado de política de governo, logo se define de modo focal e não contempla a necessidade de continuidade das políticas. A política de Estado assume um caráter de continuidade, assim não pertence a nenhum governo, mas ao Estado. Nesta configuração, ela incorpora uma dimensão mais ampla que se vincula aos interesses sociais gerais. Convém acrescentar que, para o desenvolvimento de políticas (ações e programas) que tenham a continuidade como característica, torna-se necessário estabelecer políticas de Estado (SUASSUNA *et al.*, 2007).

Outro aspecto interessante destacado por Reis (2003) diz respeito ao fato de que a formulação, implementação ou os resultados da ação política devem contemplar a análise de situações concretas, com fundamento em problemas empíricos para possível (des) legitimação da escolha definida. As considerações da autora contribuem no sentido de permitir a compreensão da realidade, na qual a intervenção ocorrerá que pode servir de subsídio para a definição da ação política. Isto pode vir a indicar, no texto das políticas voltadas para o setor do esporte e lazer, a necessidade de apropriação da cultura e das práticas sociais presentes em cada comunidade, município, estado ou região para a qual a *policies* incidirá. Com o sentido de apropriação da cultura, sugere-se aqui a necessária interpretação da cultura corporal¹² local, a fim de entender o “cenário” para a construção da ação política.

Sob o pano de fundo da cidadania e garantia dos direitos sociais ao esporte e ao lazer, no momento histórico no qual a democracia norteia o ideário dos governos democráticos e populares, faz-se alusão à política do Governo Lula da Silva na qual foi instituída a Política Nacional do Esporte (ME, 2005), que possibilitou uma renovação no pensamento e na prática política no setor de esporte e lazer em âmbito nacional.

Sabe-se que o acontecimento supracitado não se efetivou de modo isolado, isto é, desvinculado das discussões e intervenções políticas vigente no país, conforme enfatiza Vieira (1992) ao referir-se a constituição da política social. Desta maneira, Lião Jr. (2003, p. 45) salienta que “o restabelecimento democrático no Brasil propiciou condições para que os partidos que compõem o campo popular passassem a ocupar funções estratégicas de gestão do poder público, respaldadas pelo sufrágio universal”.

Na esfera federal, chama-se a atenção também para instituição do Ministério do Esporte¹² que tem como propósito “formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano” (doc. final da I Conferência Nacional do Esporte, 2004,

12 Conceito tratado no Capítulo IV. Coletivo de autores, 2009.

p.7). Nesta pasta, foram criadas a Secretaria Nacional de Esporte Educacional, a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer e a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento. Como afirma Suassuna *et al.* (2007, p. 29), “[...] a criação de uma pasta ministerial para tratar do esporte propiciaria a ampliação do debate sobre esse tema contribuindo para legitimar a discussão e conferindo ao esporte, bem como ao lazer, um redimensionamento”. Isso quer dizer que esta pasta se propõe a potencializar as possibilidades de ampliação dos mecanismos de materialização da democracia participativa, ao passo que dá materialidade à Política Nacional do Esporte.

Outra ação significativa no âmbito do Governo Federal sob a égide do Ministério do Esporte e articulada aos diferentes segmentos sociais e políticos que atuam no cenário esportivo brasileiro diz respeito às conferências nacionais do esporte¹³ (2004 e 2006). Por meio delas, objetivava-se tornar o espaço de debate acerca do esporte e do lazer mais democrático. Essas iniciativas também se consolidaram como espaços de materialização das demandas dos segmentos sociais envolvidos com o esporte e lazer no país, o que pode vir a representar um exercício de democracia participativa no âmbito da participação política neste setor.

Conforme observa Suassuna *et al.* (2007), as conferências disponibilizaram subsídios que orientaram a construção das diretrizes e definições da Política Nacional do Esporte. Por sua vez, esta política poderá vir a repercutir, por meio do princípio da descentralização da gestão das ações federais, no estabelecimento de programas e ações nos níveis estadual e/ou distrital, municipal, a exemplo do Programa Esporte na Comunidade, os quais podem ser compreendidos como importantes espaços para a ampliação da participação da sociedade civil.

No âmbito desse governo, evidencia-se a criação do Programa Segundo Tempo¹³ e do Programa Esporte e Lazer da Cidade¹⁴. Estes têm como uma de suas diretrizes a auto-organização social em conciliação com o princípio da democratização da gestão e da participação, sinalizando para a consubstanciação dos princípios “acesso”, “democratização” e “participação política” no centro de suas ações. Os programas em questão são vistos como possibilidades para a efetivação do esporte e do lazer como um direito social e como espaços de construção democrática por meio dos princípios acesso e democratização, que são materializados na participação política.

No entanto, é conhecido que a possibilidade de concretização da democracia participativa nos governos democráticos e populares, dos quais o Governo Lula da Silva (2003-

13 *I Conferência Nacional de Esporte (2004) que discutiu o tema “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano” e a II Conferência Nacional de Esporte (2006) que problematizou o tema “Construindo um Sistema Nacional de Esporte Lazer”.*

14 *O programa “volta-se para a consolidação do esporte e lazer como direitos sociais, e, portanto, como política pública de governo que viabilize e garanta o acesso da população às ações do esporte e lazer em todos os segmentos – criança, adolescentes, jovem, adulto, idoso, bem como pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais, numa perspectiva intergeracional” (idem, 2005, p. 29).*

2007) é a principal referência, é limitada quando se tem como referências o governo em sua totalidade e o Estado materializado no aparato legal, bem como nos serviços públicos garantidores dos direitos sociais, dentre eles: o direito ao esporte e ao lazer. Neste raciocínio, evidencia-se, nos limites da Política Nacional do Esporte, na “democratização e universalização do acesso ao esporte e ao lazer” e na “descentralização da gestão das políticas públicas de esporte e lazer”, a inserção de mecanismos que permitem a legitimação da democracia participativa nas diferentes instâncias de consulta e deliberação popular sobre as ações na área do esporte e lazer.

Com fundamento na ideia de descentralização da gestão presente na política supracitada, os estados, o Distrito Federal e os municípios passam a ter autonomia frente às políticas de esporte e lazer, determinando os nortes dos programas e ações a serem desenvolvidas no âmbito do governo local. Nisto reside a importância de se estudar as ações de esporte e lazer nos municípios brasileiros, caso específico de Fortaleza/CE, por se tratar de uma política local e por ter como modelo de administração pública a gestão participativa na qual se observa como elemento central o Programa Esporte na Comunidade, cabendo neste contexto duas observações/registros:

- a) o Programa Esporte na Comunidade segue as diretrizes da Política Nacional do Esporte (ME, 2005), podendo representar um respaldo das políticas federais para o setor;
- b) o Programa Esporte na Comunidade se pauta na descentralização da gestão das políticas públicas de esporte e lazer;

Dito isto, parte-se para a descrição e análise do Programa Esporte na Comunidade do município de Fortaleza/CE.

3.2. O PROGRAMA ESPORTE NA COMUNIDADE

Compreender as repercussões dos princípios “acesso”, “democratização” e “participação política”, no quadro das políticas públicas de esporte e lazer, suscita conhecer os determinantes e aspectos centrais que serviram de subsídios para sua institucionalização. Nisto consiste a relevância de descrever e analisar o Programa Esporte na Comunidade¹⁵. Para tanto, buscou-se, além da consulta aos documentos “Projeto Esporte na Comunidade” (doc. Projeto Esporte na Comunidade), formulado em 2007, e “Para Celebrar a Utopia: avaliação

15 Evidencia-se que não foram encontrados registros jurídico-formais (lei, decretos, portarias e outros) de criação do programa. Documentos consultados: Lei Orgânica Municipal, Plano Plurianual 2006-2009 – este apenas menciona uma demanda denominada “esporte comunitário”. O orçamento inicial do programa era de 700 mil reais, em 2006 (cf. entrevista 5).

do Programa Esporte na Comunidade”¹⁶ (SOUSA SOBRINHO *et al.*, 2006), também o registro das falas do grupo gestor e do grupo dos professores em que o perfil do primeiro é demarcado por ser fundador/idealizador/executor da política e dos segundos pela apropriação da proposta pedagógica, conhecimento e interlocução com as comunidades. Os trechos das falas transcritas serão identificados por entrevista 1 a 10. Ao todo, foram realizadas 10 entrevistas. Estas serão exploradas para análise em função do interesse sobre o objeto do estudo e a relação com a temática em desenvolvimento.

O Programa Esporte na Comunidade apresentou dois modelos institucionais. O primeiro se tratava de um modelo pautado em princípios e práticas voltados ao esporte de rendimento, que perdurou até 2006. Ao passo que as disputas partidárias internas se consolidavam e o Partido dos Trabalhadores conquistava a liderança da Célula de Esporte e Lazer, houve um rearranjo (2006-2007) na concepção do programa que culminou na formulação de um segundo modelo institucional. Neste, o esporte e o lazer foram tratados como demandas sociais que foram respaldadas pelos princípios de uma gestão democrática e popular.

A pasta de esporte e lazer desde sua criação como Célula de Esporte e Lazer, em 2005, até Secretaria de Esporte e Lazer, em 2008, passou por momentos de instabilidade e tensão no tocante à concepção de esporte e lazer. Como se pode evidenciar na fala descrita,

Na realidade, de 2005 a 2008, nós vivenciamos um período extremamente complexo, até mesmo de entendimento do que era esporte e lazer. Pois, as pessoas que compunham a gestão da prefeitura, da prefeita até os assessores mais próximos não tinham muito conhecimento da importância de uma política de esporte, posto que não havia nenhum quadro político ligado ao esporte que desse esse embasamento a eles. Então, nós vivemos dentro da prefeitura um processo bem contraditório. Desde políticas antagônicas, uma que visava à questão do esporte participação, uma coisa bem mais elevada conceitualmente, e outra que se limitava a distribuir bolas. Mas nesse processo que foi construído, chegou em 2008 como um processo consolidado realmente de participação com a criação da secretaria [SECEL]. Então, o nome Secretaria de Esporte e Lazer já deu o impacto de que seria uma gestão que estaria mais relacionada à participação e democratização do esporte e lazer. Então, nesse processo interno de disputada e de vários tencionamentos com relação ao próprio esporte, com a criação da secretaria quem ficou com ela venceu - vamos dizer assim -, porque centralizou a política, centralizou a gestão e a política foi centralizada nessa questão do esporte e lazer. (Entrevista 5)

Além da contradição em relação às finalidades das políticas em desenvolvimento, existia um processo de disputa interna pelo controle da pasta de esporte e lazer. Somente após a definição da gerência da Célula de Esporte e Lazer se deu início ao processo de formulação do segundo

16 O texto foi construído durante o I Seminário de Avaliação do Programa Esporte na Comunidade, realizado em Fortaleza/CE, em 24 de junho de 2006.

modelo institucional do programa a partir da realização do I Seminário de Esporte e Lazer.

Nós tivemos o impacto violento justamente no primeiro momento quando [...] assume a gerencia da Célula de Esporte e Lazer e no mesmo o [...] assume a coordenação da Célula de Esporte e Lazer que é ligada a Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Então, essas duas políticas se divergem. [...] quando o [...] veio e me convidou a vir com ele nós começamos a fazer essas coisas que nós víamos na academia como a questão da formulação, as experiências de outras gestões no campo democrático popular. Então, nós pegamos algumas experiências e começamos a elaborar um planejamento em cima dessas políticas. No I Seminário de esporte e lazer que nós estruturamos convidamos a Prefeitura de Recife, a Prefeitura de Caxias do Sul e chamamos pessoas que eram da Prefeitura de Belém – da gestão anterior – e a Celi Taffarel. Nós também chamamos pessoas tanto da universidade com de gestões para dar um suporte para nós começarmos nosso processo. Então, nós viemos do embasamento tanto das pessoas daqui como das experiências desses outros locais (Entrevista 5).

No começo foi muito difícil. Pois, ninguém tinha falado antes em uma perspectiva destas. Tinha uma experiência em Recife, em Pernambuco, que nós usamos como modelo. Afinal de contas, nós não vamos reinventar a roda. Mesmo porque a possibilidade de estudo era muito pífia [...]. E aí eu me baseie no pessoal de Recife com os Círculos Populares [...]. A ideia era levar uma consciência crítica à população, ou seja, aos participantes e chegar à comunidade adulta através dos pais, da participação popular mesmo envolvendo os pais, e tentar levar uma contradição cada vez maior dos limites do setor público, dos limites do Estado [...] (Entrevista 1).

O segundo modelo institucional foi construído com base nas experiências da gestão petista, na setorial de esporte e lazer - nome atribuído à pasta no quadro do Partido dos Trabalhadores - citadas, notadamente, no Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer¹⁷, assim como no ideário político e no comprometimento com a perspectiva crítica da Educação Física dos atores sociais que conduziam a política em foco na época, no âmbito da Célula de Esporte e Lazer.

Nós já vínhamos no processo de construção, o seminário foi o ápice, porque foi lá que nós ouvimos também a comunidade que estava com algumas proposta, chamamos os professores e a partir desse seminário – que ocorre em abril –, em julho, teve o seminário interno do Esporte na Comunidade onde ele mudou os seus elementos conceituais, exatamente porque se via que

17 *É o programa âncora da política de esporte e lazer da cidade do Recife e tem como objetivo principal implantar nas comunidades de baixa renda da cidade círculos de convivência social que possibilitem o desenvolvimento de aprendizagens significativas relacionadas à cultura corporal, ao esporte e às artes como forma de Educação para o tempo livre (Extraído do documento Contribuição do setorial de esporte e lazer do PT-PE para o plano de governo da frente do Recife. Recife-PE, 2008).*

uma política democrática e popular. Como se propõe a gestão e uma gestão como nós estávamos nos propondo a fazer de esporte e lazer não poderia vir com base só na formação de atletas. Isso foi um processo que nós fizemos junto com os professores, que veio com esse processo do seminário. E nós conseguimos a partir daí começar a mudar os conceitos. Eu lembro que o tema, as diretrizes foram montadas a partir daí junto com os professores nessa relação de coordenação do programa, da própria gestão conosco e os professores. A partir daí houve essa mudança conceitual. Então, foi assim: a secretaria começou realmente a mudar quando nós mudamos o Esporte na Comunidade que ainda era o único programa desta pasta [...] (entrevista 5).

O Programa Esporte na Comunidade, como base em seu segundo modelo institucional, é orientado pelo questionamento das condições estruturais da sociedade e pelo papel do Estado frente ao modelo societário vigente e, ao mesmo tempo, constitui-se como um meio para a materialização da soberania popular na construção e/ou prática do esporte e lazer a partir do acesso aos conhecimentos relativos à cultura corporal (doc. Projeto Esporte na Comunidade, 2007).

A Célula de Esporte e Lazer de Fortaleza almejava “desenvolver uma política de esporte e lazer direcionada à classe trabalhadora a partir de práticas participativas e democráticas que apontassem a transformação social”. Esta classe social é vista como a mais prejudicada em relação à inacessibilidade aos espaços e às práticas de esporte e de lazer. Em razão disto, ressalta-se a necessidade de “garantir o acesso às práticas e ao conhecimento do acervo da cultura corporal à classe trabalhadora, historicamente expropriada dos direitos sociais”. O público-alvo do programa consiste em crianças, adolescentes, jovens e adultos (idem, 2007, s/n). Nota-se um comprometimento do programa em relação ao atendimento das demandas por esporte e lazer dos diferentes atores, em uma perspectiva de intergeracionalidade, na qual se prioriza os atores sociais provenientes da classe trabalhadora.

Os núcleos¹⁸ do programa estão distribuídos conforme seis Secretarias Executivas Regionais que representam a estrutura geográfica e administrativa do município de Fortaleza/CE. É importante salientar que no primeiro modelo institucional do programa, a seleção dos núcleos acontecia com base em acordos/indicação que eram influenciados por políticos e atores sociais que tinham algum prestígio perante a gestão da Célula de Esporte e Lazer, como mostra o gestor ao relatar a situação, qual seja,

[...] acontecia das pessoas chegarem à Célula dizendo que queriam um programa para determinado bairro. Nisso, era vereador exigindo, era fulano exigindo, ou seja, era uma loucura dentro da gestão. E existia uma pressão sobre a coordenação para que ela acatasse aquilo de maneira que muitas vezes nós ficávamos sem poder fazer nada, isto é, de mãos atadas. Era pressão sobre nós (Entrevista 1).

18 Quantitativo encontrado no Projeto Esporte na Comunidade, agosto/2007.

No entanto, ao passo que o grupo gestor responsável pelo segundo modelo institucional do programa identificou a necessidade de definição de critérios para a escolha dos núcleos, a realidade descrita foi modificada. De maneira que a solução encontrada

foi a criação de critérios bem claros para que os programas fossem alocados em cada bairro, em cada local, de modo que se resolvesse o problema de cada um exigindo o seu, cada um no seu bairro, na sua esquina. Foi deste modo que resolvi a situação, até mesmo com a gestão da Célula. Fizemos pressão e nós dissemos: não! Tem critérios. Os critérios eram o IDH¹⁹, o OP²⁰ e o Habitafor²¹ e por último eram as demandas das comunidades, elas vinham solicitar, mas era por questão de prioridade (Entrevista 1).

Pelo relato, a implementação dos critérios supracitados não aconteceu de modo passivo, houve um confronto entre o grupo gestor do programa e a gestão da Célula de Esporte e Lazer.

As atividades do programa acontecem em espaços públicos (campos, quadras e praças) existentes na comunidade. Por isso, há uma diversidade no tocante ao espaço de funcionamento do núcleo conforme a localidade, como expressam os professores:

estou em um local que é chamado de quadra, mas, não é, é um campo de areia. [...] quando chove alaga, aí quando acontece isto você não consegue fazer as atividades, aí você tem que criar outra situação na calçada onde o pedestre passa [...] (Entrevista 6).

O nosso espaço de funcionamento é o campo do palito, que fica na parte inferior da comunidade e o campo da associação que fica na parte alta. Também tem a sala da ginástica que funcionava na antiga cooperativa e agora mudou para o centro comunitário. E agora nós vamos mudar para o campo novo da Rosalina (Entrevista 7).

Nas calçadas, nas residências - para os meninos terem acesso a água. Na pizzaria, padaria, onde dá a gente senta, faz uma roda e planeja (Entrevista 8).

Só temos o Campo do Ceará Mirim, mesmo porque não tem outro espaço [...]. Das escolas, para não dizer que nós nunca usufruímos tem a Escola Prof. Joaquim Francisco onde nós já fizemos vários eventos lá (Entrevista 9).

19 *Índice de Desenvolvimento Humano da comunidade a ser contemplada com o programa.*

20 *Demandas do orçamento participativo.*

21 *Órgão vinculado à Prefeitura de Fortaleza responsável pela concessão de benefícios domiciliares às comunidades em situação de vulnerabilidade social que residem em locais de invasão ou áreas de risco.*

Nós temos o campo *society* e a quadra. [...] para formação e capacitação, e alguma outra atividade dentro da comunidade, nós usamos a creche, a igreja e a escola (Entrevista 10).

Pelo que foi relatado pelos professores, pode-se perceber que as atividades do programa acontecem em campos e outros locais, tais como: calçadas, na sede da cooperativa, na igreja, em escolas e creches. O espaço da quadra é utilizado em apenas um núcleo investigado.

O acompanhamento das atividades é feito por um (01) supervisor e quatro (04) auxiliares técnicos que são responsáveis pela orientação pedagógica dos professores e pela interlocução com as comunidades. Estes recebem auxílio dos regionais, que atuam nas secretarias executivas regionais, realizando visitas de reconhecimento dos bairros e construindo uma relação de aproximação com as lideranças comunitárias. E dos agentes comunitários que atuam junto com o professor na mobilização e articulação da comunidade.

Consoante o documento Projeto Esporte na Comunidade (2007), o programa tem como finalidades primordiais:

(a) garantir e democratizar o acesso ao esporte e ao lazer como direito social por meio do conhecimento de temas da cultura corporal, através de uma práxis pedagógica contextualizada de modo que a comunidade possa ter novos elementos para a compreensão e reflexão da realidade social.

(b) potencializar a construção participativa das ações do programa em conjunto com a comunidade, entendendo-a enquanto soberana na determinação das formas de instalação dos instrumentos de lazer e no acompanhamento das atividades desenvolvidas.

Logo, admite-se que o programa contempla em seus aspectos centrais a questão da garantia e democratização do acesso ao esporte e ao lazer. Para isto, faz-se uso do acervo de conhecimentos da cultura corporal que, atrelado a uma *práxis* pedagógica, permite a leitura da dimensão social da realidade pelos atores sociais das comunidades. Além disto, compreende a construção participativa como elemento integrador Secretaria de Esporte e Lazer-comunidade, respeitando a soberania popular nas decisões pertinentes à construção dos espaços e equipamentos de lazer, assim como na supervisão das ações realizadas.

Ao levar em consideração a concepção da política em foco, traçada pela gestão, lança-se mão da compreensão de esporte e lazer construída pelos professores, quais sejam:

Eu vejo o esporte e lazer dentro da comunidade com uma força para a libertação do conhecimento. Por quê? Porque na realidade se entende o esporte somente no jogo da competição – no jogo da individualidade – e o esporte e o

lazer estão fundamentados em uma vertente crítico-superada, fazendo com que o aluno se identifique não somente com o programa, mas também com a realidade cultural dele, com o que ele vivencia no dia a dia (Entrevista 6).

Entendo como um benefício que é dado por direito à comunidade, que é cedido pela SECEL neste caso. E que é um direito das pessoas daquele local [...]. Então eu compreendo toda essa parte de esporte e lazer como um benefício de direito do cidadão [...] (Entrevista 7).

[...] é a questão da participação do povo no espaço do lazer, a participação das camadas populares, como no lazer à noite, com o objetivo de sair do ócio quando eles estão sem fazer nada. Então, um dos princípios é tentar levar o povo para esse momento de lazer no tempo livre e à noite (Entrevista 8).

No programa, o esporte e o lazer aqui na comunidade são muito determinantes. [...] a concepção de esporte e lazer do programa é que o menino tenha acesso, já que o esporte e o lazer são direitos e que são fatores determinantes para o próprio desenvolvimento da criança. E no nosso caso em que há questões políticas envolvidas, como na questão do campo onde nem todo mundo tem acesso ao espaço, também trabalhar mais a democratização dos espaços públicos, o direito da população de usufruir do espaço público [...] (Entrevista 9).

Eu compreendo o esporte como uma forma de se trabalhar em grupo, uma forma de união. E o lazer é aquela coisa “irresponsável”, sem muito compromisso, sem muita cobrança. Esse é o lazer que para mim deve acontecer, você participasse sem compromisso, sem responsabilidade (Entrevista 10).

Percebe-se que a compreensão de esporte e lazer, apontada pelos professores, fundamenta-se na oportunidade de construção/ampliação de conhecimento, na noção de direito social e na ocupação do tempo livre. O professor (entrevista 10) percebe o esporte como um meio para o desenvolvimento do trabalho em grupo, culminando com a união do mesmo, ao passo que vê o lazer como um momento de diversão/descontração. Tal apreensão do esporte e do lazer sugere que haveria um momento na aula destinado ao desenvolvimento do esporte e outro ao lazer.

Em seguida, destaca-se a relação entre esporte, lazer e direito social também com base na percepção dos professores:

No momento que falo que compreendo como um direito do cidadão, eu compreendo que esse direito é comum, então tanto as camadas inferiores como as

mais abastadas da sociedade têm direito a ele. Mas, você não vai ver na pracinha do Conjunto Esperança ou da Rosalina um rico fazendo *cooper* ou qualquer esporte. Nesta linha de raciocínio, ele é mais direcionado para as comunidades que não tem tanta estrutura, que não tem tanto conhecimento, é algo que permeia todo o desenvolvimento mesmo dessas camadas sociais [...]. Então, eu compreendo com um benefício que deve ser tratado com forma de luta de cada um, cada um tem que reivindicar esse direito (Entrevista 7).

Diverge um pouco esporte, lazer e direito social. Porque é muito simples você sentado contratar vários professores para trabalhar lazer, trabalhar esporte, trabalhar a questão da inclusão, mas, ao mesmo tempo, não oferecer os recursos. Diante do contexto, não se tem estrutura, a fundamentação deixa a desejar [...] (Entrevista 8).

[...] essa relação do esporte e do lazer com o direito social quer dizer que estes têm que ser direito de todos independente do menino ser o que for. [...] a minha concepção de esporte e lazer é de que eles são direitos. E por meio desses direitos, pode-se ir atrás de outros direitos com o direito a educação, o direito a saúde, tudo isso (Entrevista 9).

Eu compreendo com uma forma de oportunizar as pessoas da comunidade a terem lazer, é fazer com que esse direito chegue até elas (Entrevista 10).

O direito social ao esporte e ao lazer é tratado como um benefício vinculado, prioritariamente, às camadas menos abastadas da população, no caso as comunidades beneficiadas pelo programa. Diz-se ainda que esse direito precisa ser reconhecido e reivindicado pelos participantes de maneira direta. Afora isto, o esporte e o lazer são percebidos como direito de todos, sem restrições definidas pelas condições sócio-econômicas dos participantes, podendo também ser um meio para a obtenção de outros direitos, dentre eles: educação e saúde. O professor (entrevista 8) tece uma crítica a estrutura e aos recursos oferecidos pela gestão do programa, os quais seriam um obstáculo à consolidação do direito social ao esporte e ao lazer.

Haja vista a importância da apreensão da proposta da intervenção governamental em foco, por parte da comunidade atendida, questionou-se o grupo gestor sobre como a comunidade compreende a proposta do programa e obteve-se como resposta isto:

[...] quando nós chegamos lá, eles querem que ajeitemos a quadra, querem que disponibilizemos 50 bolas, 50 coletes e criemos uma escolinha. O que eles querem é isso [...]. Quando eles entendem essa proposta [a do programa], nós temos algumas experiências interessantes de visualizar que é possível o esporte e lazer na praça [...] então nós temos algumas

coisas no sentido da comunidade perceber que a proposta não é uma “coisa de outro mundo”, é uma proposta pedagógica, os professores elevam essa fala e aí levam a questão do termo educação. O professor diz: oh aqui também tem uma relação com a educação [...]. E os pais, quando ouvem isso, de certa forma dão credibilidade, principalmente quando se trata de crianças e jovens. Eles dizem: não, o professor aí não dá só a bola não, ele traz temas, ele conversa com os meninos [...] (Entrevista 2).

Nesta exposição, é possível identificar que há uma apropriação da proposta do programa por parte de algumas comunidades que no início o percebiam como uma escolhinha de esporte. Suscita-se que isto poderá ter ocorrido em razão do primeiro modelo institucional do programa estar voltado ao esporte de rendimento.

Em concordância com o exposto anteriormente no tocante às finalidades primordiais do programa, ratifica-se que este prima pelo acesso ao esporte e ao lazer. Além de incorporar a questão da apropriação do conhecimento da cultura corporal, tendo em vista a interpretação da realidade social. Concomitantemente, adota a construção participativa como estratégia para o desenvolvimento de ações, por meio do diálogo entre gestão e comunidade atendida, compreendendo esta como soberana em seu tempo/espaço de lazer. Ademais, este documento estabelece que o programa pretende:

- I. Oferecer novos elementos para a compreensão e reflexão social em que se insere a comunidade através da prática contextualizada da cultura corporal.
- II. Problematizar a prática pedagógica do esporte na comunidade junto às comunidades com temas que elucidem “conceitos-chave” da cultura corporal e da sociedade;
- III. Problematizar os valores do esporte de competição, pretendendo construir outras possibilidades de abordar o esporte, pautados na participação, criatividade, autonomia e cooperação.
- IV. Construir com a comunidade espaços de conscientização política e deliberativos sobre as ações dos programas como assembleias e conselhos comunitários.
- V. Mobilizar as representatividades comunitárias para o acompanhamento e construção dos espaços de construção coletiva.

Segundo os itens I e II, a cultura corporal é colocada como conhecimento a ser tratado pedagogicamente com base na leitura e interpretação da realidade social. No item III, destaca-se a ênfase nas reflexões acerca dos valores do esporte de rendimento e das alternativas de abordagem e superação da perspectiva hegemônica. No item IV, a possibilidade de construção de espaços e/ou ações participativas protagonizadas pela comunidade. No item

V, o estímulo à mobilização comunitária com vista à realização de ações coletivas. Registra-se, portanto, uma preocupação com o conhecimento inerente à área da Educação Física, focalizada na cultura corporal e na interconexão deste com questões/demandas sociais que perpassam o tempo/espaço cotidiano das atividades do programa, mas que podem ser problematizadas, articuladas e ressignificadas nele.

Neste, o esporte, por seu turno, é tratado como um fenômeno universal e hegemônico da humanidade que se apresenta como manifestação da cultura corporal construída historicamente por homens e mulheres, os quais o consolidaram como direito social (idem, 2007). Segundo o Coletivo de Autores (2009, p. 39), na perspectiva de reflexão sobre a cultura corporal, busca-se:

desenvolver uma reflexão pedagógica sobre o acervo de formas de representação do mundo que o homem tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal: jogo, danças, lutas, exercícios ginásticos esporte, malabarismo, contorcionismo, mímica e outros, que podem ser identificados como formas de representação simbólica de realidade vividas pelo homem, historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas.

Consoante os autores, o esporte pode ser utilizado como um mecanismo de leitura e interpretação da realidade social conforme o contexto e a percepção dos atores sociais envolvidos em sua prática. Neste sentido, o homem se apropria da cultura corporal com intenção lúdica, agonística, estética ou outras, que se configuram como representações, ideias e conceitos elaborados pelas 'significações objetivas'. E, a partir delas, ele desenvolve um 'sentido pessoal' que expressa sua subjetividade e vincula as significações objetivas com seu contexto de vida, com seu mundo e com suas motivações (idem, 2009).

Desta maneira, destaca-se que o esporte participação no programa é tratado como proposta chave das ações. Por meio dele, visa-se tematizar o esporte voltado às camadas populares como prática inclusiva no sentido de que qualquer sujeito possa estar inserido nas atividades, independentemente de suas capacidades para realização de determinada prática esportiva (doc. Projeto Esporte na Comunidade, 2007).

O esporte participação/comunitário ou de lazer foi instituído no Governo José Sarney (1985) e é amplamente aceito no cenário esportivo e nos documentos oficiais referentes ao esporte brasileiro, a exemplo da Constituição Federal de 1988. Ele é vivenciado de modo voluntário e compreende as modalidades desenvolvidas com o propósito de contribuir para a integração dos participantes na totalidade da vida social, na promoção da saúde e da educação e na preservação do meio ambiente (Lei Zico, Lei 8.672/1993, Cap. III, art. 3°).

De fato, como observa Bracht (2005, p. 15), "o conceito de esporte parece precisar dar conta de atividades que, pelo seu grau de diferenciação, estão a exigir adjetivações do

tipo: esporte de alto rendimento ou de rendimento, esporte de lazer, esporte educativo [...]”. Levando-se em consideração as palavras deste autor, pode-se compreender que tais adjetivações parecem dar legitimidade ao objetivo pretendido no uso do esporte. Consoante tal premissa, é possível proferir que, no âmbito do Programa Esporte na Comunidade, o esporte é tomado por um conjunto de interesses característicos do Governo Municipal de Fortaleza/CE representado pelos atores sociais que detêm o domínio das ações no quadro da Secretaria de Esporte e Lazer.

Logo, presume-se que a atenção atribuída ao esporte se deve ao fato de que ele “é em praticamente todas as sociedades uma das práticas sociais que reúne a unanimidade quanto a sua legitimidade social”. Daí a razão de também ser tratado como um campo de disputa política e ideológica no âmbito do governo mencionado (idem, 2005, p. 10).

Como se pôde observar, a perspectiva de esporte contemplada pelo programa é estruturada no tempo/espaço do lazer. Todavia, o documento orientador do mesmo não propõe de maneira categórica uma concepção de lazer que norteia suas ações. Contudo, os relatos apontam para uma concepção de lazer defendida pelo grupo gestor envolvido diretamente com o programa, como se pode observar:

[...] em relação ao lazer, penso que é mesmo o Marcelino, posto que é o autor que as pessoas daqui de certa forma se aproximam mais [...]. No caso do Marcelino, foi por afinidade de algumas pessoas que o trouxeram, ou seja, algumas pessoas que tinham afinidade apresentaram, da mesma forma como, por exemplo, o referencial, que diz tudo aqui em questão de estudo que eram os encontros intersetoriais, em que nós em alguns momentos fazíamos estudo de textos, apresentávamos textos [...]. Mas, já estudamos também o Dumazedier, que também foi apresentado, alguns falaram que já tinha estudado na Educação Física e quiseram apresentá-lo ressaltando que ele traz uma concepção de lazer que extrapola a relação tempo/trabalho, não sei [...]. Mas, de adotar o referencial para lazer, eu desconheço assim de adotar como referência (Entrevista 2).

Essa fala evidencia as contribuições de Marcelino e de Dumazedier para a discussão acerca do lazer nos encontros intersetoriais que ocorriam no contexto da Secretaria de Esporte e Lazer de Fortaleza. Todavia, como ressalta o gestor, não havia um referencial de lazer para o programa.

Quanto às contribuições dos teóricos do lazer, diz-se que para Dumazedier (2000, p. 34)

o lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Vê-se que esta construção teórica não contempla a dimensão do lazer problematizado/contextualizado no sentido de possibilitar o desenvolvimento de uma consciência crítica por parte dos atores sociais das comunidades em relação à reflexão e à compreensão de sua realidade social como determina a proposta do programa. Além disto, norteado pela autonomia e auto-organização social, o conceito tratado não contempla a soberania popular na construção e na prática do esporte e do lazer, posto que a participação, caracterizada como participação social, tem cunho livre e pertence à vontade de cada um. Logo, não há uma vontade geral, como também não existe um espaço comum no qual conflitos e consensos são apresentados por meio da interlocução entre os atores sociais envolvidos.

Por seu turno, Marcelino (2004, p. 27) compreende o lazer como

um conjunto de atividades gratuitas, prazerosas, voluntárias e liberatórias, centradas em interesses culturais, físicos, manuais, intelectuais, artísticos e associativos, realizado num tempo livre roubado ou conquistado historicamente sobre a jornada de trabalho profissional e doméstico e que interferem no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos.

Observa-se que, em Marcelino, também não está posta a dimensão da problematizadora/contextualizadora do lazer no sentido de elevar o nível crítico dos atores sociais das comunidades em relação à reflexão e à compreensão de sua realidade, considerando seus determinantes históricos e sociais.

Diante da situação de indefinição acerca da concepção de lazer do programa, questiona-se: como garantir o acesso ao lazer como direito social sem ter uma definição precisa sobre este “fenômeno”? Deste modo, conjectura-se a necessidade de definição de uma concepção de lazer que dialogue com a proposta que fundamenta o programa e que, concomitantemente, dialogue com a concepção de esporte adotada. Ou seja, uma concepção de lazer que permita a apreensão da realidade social a partir de uma prática contextualizada.

Nesta acepção, faz referência a Mascarenhas (2005) que defende o lazer como um fenômeno articulado com participação, cidadania e transformação social e o conceitua como:

fenômeno tipicamente moderno resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia.

Com base neste conceito, observa-se que o autor dialoga com Castellani Filho (2007, p. 9) ao expressar que: “quando digo que o esporte e o lazer são entendidos como práticas sociais quero dizer que eles se traduzem como atividades humanas construídas historicamente com a intenção de dar respostas às necessidades sociais, identificadas pelos que fazem a história do seu tempo a partir das múltiplas determinações das condições neles presentes”.

Então, pode-se afirmar que a partir de tais autores, o esporte e o lazer, singulares em cada momento histórico, configuram-se como práticas sociais atentas às mudanças e contradições presentes na sociedade e, ao mesmo tempo, articulam-se com as diferentes instituições, movimentos e atores existentes na dinâmica social.

É importante esclarecer que a problemática pautada na questão do esporte e do lazer, inseridos no programa, não consiste no eixo central da discussão que se estabelece. Todavia, sabe-se que a apropriação do caráter teórico-conceitual destes é necessária no estudo para a compreensão da participação popular como prática que tem suas primeiras manifestações nas ações/intervenções educativas.

A proposta pedagógica do programa é traçada na leitura e interpretação da realidade social das comunidades, com vistas à apreensão dos determinantes estruturais e históricos de formação da sociedade, a partir de práticas problematizadoras orientadas pela pedagogia crítico-superadora (doc. Projeto Esporte na Comunidade, 2007). Sobre isto, Sousa Sobrinho *et al.* (2006, p. 4) discorre que “[...] a prática pedagógica do Programa Esporte na Comunidade se define ao lado da classe trabalhadora. Aponta para uma ação educativa na área de esporte e lazer comprometida com o projeto histórico da classe trabalhadora, que corresponde à conquista de uma sociedade sem classes sociais”. Para tanto, a pedagogia da Educação Física que contemplaria a proposta aludida seria a crítico-superadora construída pelo Coletivo de Autores (2003). Neste sentido, o grupo gestor assevera que:

crítico-superadora com certeza, a histórico-crítico, a ideia era essa [...], a ideia era a cultura corporal, trabalhar com o conceito de cultura corporal, nosso objeto não é o esporte, nosso objeto era a cultura corporal (Entrevista 1).

[...] a referência que eu tenho de metodologia da Educação Física é o Metodologia do Ensino da Educação Física - Coletivo de Autores. E na hora que eu disse isso, ele já fez assim [...], porque até então era essa a proposta que se tinha como referencial de ensino da Educação Física [...] (Entrevista 2).

[...] cultura corporal - que é a abordagem pedagógica a ser adotada na comunidade. E a questão da implementação da política pública com base na participação popular, a questão da democratização, a questão do acesso ao direito de fazer/realizar atividades de lazer e esportivas nos equipamentos públicos. Na perspectiva de que seja um processo em que a comunidade possa construir junto com a política pública. (Entrevista 3).

[...] então o que guia realmente é a cultura corporal, nessa perspectiva - vamos dizer - um pouco mais radical do esporte e lazer [...]. Nós pensamos

assim: vamos democratizar e dar o acesso garantindo um direito que está na constituição, mas para isto temos que levar o mínimo de conhecimento, para que essas pessoas possam se apropriar realmente do que seja esse esporte e lazer. Caso contrário, seria mais um esporte e lazer como todos os acessos têm, mas que não teria a questão mesmo do conhecimento [...] Então, está relacionado mesmo a cultura corporal, levar o conhecimento da cultura corporal onde eles [a comunidade] possam trabalhar a cultura corporal enquanto elemento de conhecimento, enquanto elemento que nós possamos está trabalhando em relação ao esporte e lazer [...] (Entrevista 4).

Visto isto, a pedagogia crítico-superadora da Educação Física é por definição o eixo orientador das ações no programa. Esta pedagogia tem como objeto de conhecimento a cultura corporal. Com efeito, nota-se nas duas últimas falas a presença da participação popular como mecanismo que possibilitaria uma aproximação entre governo e comunidade na perspectiva de construção de espaços democrático-participativos nos quais a cultura corporal pudesse ser apropriada.

Neste modelo de intervenção pedagógica, a metodologia e os conteúdos são organizados de modo a promover a compreensão do caráter histórico da sociedade, contextualizando-se os temas da cultura corporal no processo educativo. Logo, evidencia-se o papel essencial do professor em relação ao tratamento atribuído aos conteúdos de ensino e as suas abordagens didático-metodológicas inerentes à *praxis* pedagógica. Busca-se nas aulas dar significado à prática em uma relação constante de troca desenvolvida nas atividades, de maneira que o conteúdo seja assimilado e ressignificado (doc. Projeto Esporte na Comunidade, 2007).

O programa propõe uma reflexão crítica que possibilite ao ator social questionar a sua prática e elevar o seu nível de consciência para legitimar uma perspectiva de esporte e lazer que prime pela participação de todos de forma igualitária. Neste ideário, o jogo e a competição são vistos apenas como mais um conteúdo do esporte e não como o principal objetivo da aula. O diálogo se configura como elemento fundamental no processo ensino-aprendizagem. Parte-se do pressuposto de que a prática pedagógica é um ato político. Desta forma, faz-se necessária a formação de instâncias de participação popular por meio de assembleias e comissões comunitárias de esporte e lazer, em que a comunidade possa expor suas demandas em esporte e lazer e decidir questões relativas ao núcleo do programa (idem, 2007).

Segundo o Projeto Esporte na Comunidade (2007), sob a lógica do direito, o Estado tem o dever de garantir à população o acesso às manifestações esportivas. Desse modo, entende-se que há um compromisso por parte do programa com a garantia do direito social ao esporte e lazer às comunidades atendidas. Conquanto, reafirma-se que esta garantia não está respaldada por uma política maior que contemple as ações do setor no município, ou seja, não há um determinante em termos jurídico-legal que assegure que este preceito se materialize no cotidiano do programa.

Mediante o marco teórico e a proposta do programa, perguntou-se : como se consolidam as intervenções nas comunidades? O grupo gestor declarou que

é a partir da participação popular [...] Nós começamos em 2006 com umas 10 e, em 2007, quase todos os núcleos fizeram assembleia. Então, era uma estratégia que nós sempre pensávamos para a implantação de núcleo. Primeiro, para a comunidade saber: o que é, por que é, para que veio?; e, segundo, para nós sabermos se eles queriam o programa [...]. Primeiro entramos em contato com o líder comunitário [...] nós entramos em contato com essa pessoa referência, que então chama uma reunião com a comunidade ou nós participamos da reunião da associação, daí explicamos o que é o programa, o que é a secretaria, o que viemos fazer [...] (Entrevista 4).

Nota-se que as intervenções nas localidades aconteciam inicialmente por meio de assembleias e reuniões comunitárias que se configuravam como estratégias para a implementação dos núcleos. Nelas, era estabelecida uma interlocução com a comunidade pautada em assuntos referentes à infraestrutura e ao funcionamento do núcleo, aos eixos norteadores, aos conceitos e à concepção do programa. Também, era realizada uma consulta à comunidade no que tange à aceitação ou não da política. A mobilização da comunidade era feita a partir do contato com a liderança comunitária.

Quanto à interlocução do programa com outra política municipal, os professores assinalam o seguinte:

[...] o que eu conheço de ação da prefeitura é o Habitafor, que é responsável pela construção das casas do Conjunto Habitacional da Rosalina, isso tem um lado positivo que a construção da casa daquele povo e também a questão de empregar pessoas da comunidade como pedreiro, auxiliar de pedreiro, que eu acho isso uma coisa boa. E também tem o Projeto Rua da Criança²² [projeto de lazer da SECEL] que nós já levamos para lá duas vezes. Enfim, tem esse tipo de apoio, mas outras intervenções grandes não (Entrevista 6).

Nós estamos atuando no CRAS [Centro de Referência da Assistência Social] que é uma ação social voltada para o público com necessidade, ele serve mais como apoio de cesta básica. Também estamos atuando com os recicladores. Além disto, nós acompanhamos as ações relacionadas à cultura. Quer dizer, nós conseguimos expandir na questão social, cultural e artística (Entrevista 7).

22 *O Projeto Rua da Criança leva lazer às ruas da cidade, através de brincadeiras, palhaços, oficinas, pintura de rosto e apresentações teatrais. É voltada para crianças e adolescentes de bairros da periferia que apresentam um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Todo sábado o programa visita uma comunidade de Fortaleza. (Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2010).*

o único programa que tem além do Esporte na Comunidade é o Programa Academia na Comunidade. Mas, os nossos horários não coincidiam [dos professores]. Teve uma época em que o Academia na Comunidade estava com um número não muito bom de pessoas freqüentando, então nos fizemos uma parceria para fazer uma caminhada para chamar as pessoas a participar e para divulgar o programa, mas não houve mais nada além disso (Entrevista 9).

torno a dizer que isso aí depende muito da gente, do professor [...]. A área de atuação mesmo do núcleo da Serrinha é muito pouca. Eu penso que esse projeto ainda está existindo devido aos atores pais, professora e alunos, porque em relação a apoio [...] (Entrevista 8).

Enquanto se evidencia em um núcleo a existência de uma política habitacional que propiciaria um emprego para as pessoas da comunidade e de uma política de lazer itinerante; em outro, a atuação em conjunto com o CRAS e o grupo de recicladores, bem como a proximidade com as ações realizadas no âmbito da cultura e, no outro, a realização de uma ação conjunta com outro programa da SECEL, no caso o Programa Academia na Comunidade. Na última fala, verifica-se que não existe uma interlocução entre o Programa Esporte na Comunidade e outra política municipal. Pelo exposto, pode-se perceber que fica a critério do professor optar ou não pela atuação e proximidade com outra intervenção municipal.

Em síntese, o Programa Esporte na Comunidade (segundo modelo institucional) contempla, em seus aspectos centrais, a questão da garantia e democratização do acesso ao esporte e ao lazer, por meio do acervo de conhecimento da cultura corporal que, atrelado a uma *práxis* pedagógica crítica, permita a leitura da dimensão social da realidade pelos atores sociais e compreenda a construção participativa como elemento integrador governo-comunidade, respeitando a soberania popular nas decisões pertinentes ao esporte e ao lazer nas comunidades. As assembleias comunitárias são utilizadas como estratégia para aproximação, reconhecimento e identificação das lideranças locais, nestas o grupo gestor do programa discute com a comunidade questões que se remetem à infraestrutura do programa e ao funcionamento dos núcleos e também aos aspectos relacionados aos eixos norteadores, aos conceitos e às concepções da intervenção governamental em foco. Quanto à interlocução do programa com outras políticas, esta fica a critério dos professores responsáveis pelos núcleos.

Em seguida, apresenta-se o quadro analítico-descritivo da população investigada e a análise das repercussões da democracia participativa considerando-se os princípios “acesso”, “democratização” e “participação política”.

CAPÍTULO IV

4. NORDESTINO SIM, NORDESTINADO NÃO!

*“Nunca diga nordestino que Deus lhe deu o destino
causador do padecer nunca diga que
é o pecado que lhe deixa fracassado
sem condição de viver.
Não guarde no pensamento
que estamos no sofrimento
é pagando o que devemos
A Providência Divina
não nos deu a triste sina
de sofrer o que sofremos.
Deus, o autor da criação
nos dotou com a razão
bem livres de preconceitos
mas os ingratos da terra
com opressão e com guerra
negam os nossos direitos.
Não é Deus que nos castiga
nem a seca que obriga
sofrermos dura sentença
não somos nordestinados
nós somos injustiçados
tratados com indiferença.
Sofremos em nossa vida
uma batalha renhida
do irmão contra o irmão
nós somos injustiçados nordestinos explorados,
nordestinados, não”.*
(Patativa do Assaré, 2001)

Em alusão ao poeta cearense Patativa do Assaré, diz-se: “nordestino sim, nordestinado não”. O poeta, por meio de sua arte, retrata a condição do povo nordestino diante da desigualdade social imanente no país a qual foi evidenciada também por Pochmann *et al.* (2003) ao fazer uso da expressão “abaixo e acima do trópico”. Justifica-se o enredo por compreender-se que para analisar uma política pública de esporte e lazer, é necessário identificar as marcas que ela carrega, ou seja, o país, o lugar e o povo que a faz-desfaz. Neste exercício e, ao mesmo tempo, aprendizado, inicia-se com a apresentação do quadro analítico-descrito dos atores sociais atendidos pelo Programa Esporte na Comunidade e se conclui com uma discussão sobre a democracia participativa e suas repercussões na intervenção governamental em questão, com destaque para os princípios “acesso”, “democratização” e “participação política”.

Mais especificamente, reporta-se ao quadro analítico-descritivo da população inves-

tigada com o intuito de caracterizá-la. Inicialmente, é feita uma descrição das cinco comunidades investigadas, quais sejam: Planalto Universo, Rosalina, Serrinha, Presidente Kennedy e João Paulo II; considerando a dinâmica social e sua singularidade em cada núcleo. Posteriormente, evidencia-se o perfil dos participantes do programa, levando-se em consideração a amostra da população por sexo e por idade, o estado civil, a situação em relação ao estudo e a condição de moradia; o tipo de trabalho dos pais, e renda; com destaque para ocupação do pai e da mãe, tipo de moradia, renda mensal da família, número de pessoas que moram nas residências dos sujeitos e número de pessoas que trabalham por residência; bem como, a participação da comunidade. Os aspectos levados em conta foram: (a) conhecimento, tempo e frequência nas atividades, (b) esporte e/ou prática corporal e suas dimensões - motivos que justificam a participação no esporte e/ou prática corporal e os objetivos da participação no programa - e (c) participação da comunidade - indicador de pessoas na família envolvidas no programa, participação em outras atividades do programa e participação em outras políticas de esporte e lazer. Finaliza-se com uma síntese do quadro analítico-descritivo construído com base nos resultados obtidos com a aplicação da estatística descritiva que teve como suporte o Programa Computacional SPSS versão 15.0 para o *windows*.

Na sequência, apresenta-se a discussão sobre a repercussão dos princípios “acesso”, “democratização” e “participação política” no Programa Esporte na Comunidade. Na elaboração deste, fez-se uso dos documentos “Projeto Esporte na Comunidade” (2007), “Para Celebrar a Utopia: avaliação do Programa Esporte na Comunidade (SOUSA SOBRI-NHO *et al.*, 2006)” e “Programa Esporte na Comunidade: participação popular e análise do diagnóstico dos núcleos” (CUNHA *et al.*, 2009), além do quadro teórico construído e dos registros das falas dos atores sociais e institucionais.

4.1. QUADRO ANALÍTICO-DESCRITIVO DA POPULAÇÃO INVESTIGADA

Neste quadro, pretende-se apresentar as comunidades investigadas e caracterizar a população atendida pelo programa - descrição dos sujeitos e do perfil socioeconômico, e da participação da comunidade. Para tanto, fez-se uso da obra “*Atlas da Exclusão social no Brasil*”, de Pochmann *et. al.* (2003). Buscou-se articular os resultados da estatística descritiva com os indicadores sociais no contexto brasileiro apresentado pelo autor. Por sua vez, na discussão acerca das dimensões do esporte presente no programa, é estabelecido um diálogo com Bracht (2005), Castellani Filho (2007) e Mascarenhas (2003).

Os resultados foram elaborados com base nos dados obtidos por meio da aplicação do questionário: (1) perfil socioeconômico, caracterização da população atendida e participação no programa (ver apêndice 1), o qual foi aplicado com os participantes (um dos grupos

envolvidos na pesquisa). Evidencia-se, ainda, que os resultados são apresentados conforme indicação dos questionamentos abordados e das representações gráficas.

4.1.1. COMUNIDADES INVESTIGADAS

Neste momento é feita uma descrição das cinco comunidades investigadas com base nas informações obtidas no documento “Fortaleza em Números 2004”, no “*site* da Prefeitura Municipal de Fortaleza” e nos “diários de campo”. É oportuno salientar que em cada núcleo as informações pertinentes às observações são tomadas de modo diferente, porquanto não se pretendeu homogeneizá-las posto que se tinha como finalidade observar a dinâmica social em sua singularidade, tomando-se por base aquilo que caracterizava a comunidade. Ou seja, o modo de vida dos atores sociais, a percepção deles sobre a comunidade e sua problemática, as relações sociais, para compreender como isso tudo se refletia no programa – compreensão, apropriação, repercussão. Nesta abordagem, as falas dos professores aparecem como informações verbais, obtidas nos diálogos com eles, nas visitas aos núcleos.

COMUNIDADE PLANALTO UNIVERSO

Formada há seis anos, a comunidade Planalto Universo se configura como um conjunto habitacional popular construído pela Prefeitura de Fortaleza para beneficiar famílias que residiam em áreas de risco às margens da Lagoa do Opaia, no bairro Vila União e outras que moravam na comunidade Maravilha, zona de ocupação próxima ao bairro São João do Tauape (Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2008).

Ela é composta por um total de 644 famílias aproximadamente. Muitas delas obtêm sua renda de ocupações informais, dentre elas, a coleta de material reciclável. Por isso, é comum o relato de pessoas que dividem o local em que vivem com o material coletado por elas.

Não foram encontrados registros em relação ao IDH da comunidade. Entretanto, tem-se como parâmetro deste indicador social o bairro Vila União, no qual está localizado o Conjunto Habitacional Planalto Universo, que corresponde a 0,556 - é reconhecido com um IDH médio (cf. Fortaleza em Números, 2004).

Na comunidade, o programa oferece aulas de futebol para ambos os sexos, como também atividades assistemáticas, tais como: passeios e festivais esportivos aos finais de semana.

Em relação à auto-organização social, existe a Associação de Moradores do Conjunto Planalto Universo que mantém uma interlocução com a Secretaria de Esporte e Lazer mediada pelo professor. Por ter sido formada recentemente, a comunidade dispõe apenas

de uma associação que a representa, porém poucos membros desta exercem ativamente suas funções, o que compromete o trabalho realizado no local por parte das lideranças comunitárias. O representante do esporte no âmbito da associação acompanha cotidianamente as atividades do programa e atua nelas auxiliando o trabalho desenvolvido pelo professor (cf. registros em diário de campo, 2008/2009).

COMUNIDADE ROSALINA

Rosalina consiste em uma área de ocupação de terras públicas, situadas no bairro Serinha. Nela vivem 1.831 famílias, em um cenário de precariedade no concerne à moradia, ao saneamento básico, à infraestrutura urbana, aos espaços e aos equipamentos públicos. Perfaz um total de 1.831 famílias que vivem no local há mais de 10 anos, estas correspondem a aproximadamente 9,2 mil pessoas (Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2008). Na comunidade, existe uma grande incidência de violência, de tráfico de drogas e de prostituição (cf. registros diários de campo, 2008/2009).

Não foram encontrados registros em relação ao índice de desenvolvimento humano da comunidade, porém, tem-se como referência deste indicador social o IDH do bairro Parque Dois Irmãos, no qual se situa a comunidade Rosalina, o qual corresponde a 0,577 - é considerado um IDH médio (cf. Fortaleza em Números, 2004).

No tocante às condições de vida das famílias que residem na comunidade, a Prefeitura de Fortaleza viabilizou a construção do Conjunto Habitacional da Rosalina. Esta ação também foi impulsionada pela mobilização dos moradores articulados com lideranças comunitárias vinculadas à Associação dos Moradores da Comunidade Rosalina (cf. registros diários de campo, 2008/2009).

O programa é apoiado pela associação e pela cooperativa que contribuem na articulação e na mobilização dos moradores para o desenvolvimento das diversas atividades do núcleo. A cooperativa cede o espaço físico que comumente é utilizado pelas costureiras para a realização das aulas de ginástica, como se percebe na foto abaixo exposta, cuja maioria dos participantes é mulher em idade adulta.

O professor do programa que atua na Rosalina é uma pessoa envolvida com a comunidade, dialoga com os moradores e articula com as lideranças locais, tanto na cooperativa das costureiras como na associação dos moradores, compreende a problemática social local, conhece as famílias e o histórico de vida delas. Ele conseguiu desenvolver um sentido de pertencimento em relação à comunidade da Rosalina, por isso é reconhecido como uma liderança local (cf. registros em diário de campo, 2008/2009).

Em destaque, a fala de três alunas do núcleo Rosalina, de distintos segmentos etários em visita às suas residências. Estas narram um pouco de como se constitui suas vidas - ocupações, família, condições socioeconômicas - percepção em relação à comunidade e às perspectivas sobre o programa.

[...] fomos à casa da F., 48 anos, ela é uma mulher caseira, como ela mesma falou: “gosto de ficar em casa, aproveito minha vida assim e acho bom”. Sua casa é bastante organizada, ficamos impressionados com a linda TV que ela tem em sua sala, ela até ligou-a para assistirmos ao programa ‘Hoje em Dia’ enquanto estávamos lá. Percebi que ela não gostava muito de sair de casa pelo próprio local onde mora. F. é dona de casa. Ela tem uma filha chamada Débora, 26 anos, casada, não tem filhos, ela é artesã, trabalha com confecção de sandálias com bijuterias e de acessórios como brincos e enfeitas para cabelo. D. ressaltou que não vende muito porque as pessoas acham suas peças caras. Falou que vive mais da renda do marido e que perdeu o benefício do Programa Bolsa Família. Ela não tem filho.

Posteriormente fomos a à casa da M., 34 anos. Ela é artesã, seu trabalho é confeccionar brincos, colares e bolsas de tecido. Ela é casada e tem dois filhos homens, frutos do primeiro casamento. Casou-se aos 13 anos de idade, porque sua mãe só lhe deu duas opções de futuro: trabalhar em uma casa de família ou conseguir um marido para sustentá-la. Daí, ela preferiu a segunda opção. Ressaltou, ainda, que sua mãe falava que “estudar não era importante porque ela nunca tinha estudado e isso não tinha atrapalhado em nada sua vida”. E, enfatizou que apesar de não ter tido uma mãe que a incentivasse a estudar, não desejava o mesmo para os filhos e por isso fala todos os dias para o filho mais velho estudar, salientando que ele está no 9º ano, mais que já era para ter terminado se não tivesse repetido dois anos. Disse também que lamenta pelo filho não ter nenhuma opção de lazer na comunidade e que pela ociosidade, ele pode ser influenciado pelos traficantes e enveredar pelo caminho do tráfico de drogas, podendo ser um avião ou qualquer outra coisa. [...]. M. contou que recebe 50,00 reais ou pouco mais por mês pelo seu trabalho de artesã, uma vez que é muito difícil vender suas peças, às vezes vende R\$ 30,00 para receber dois ou três meses depois. Sua família não é beneficiada pelo Programa Bolsa Família, entretanto já foi cadastrada pela regional IV [Secretaria Executiva Regional IV] e está esperando ser contemplada com o benefício. Mesmo não trabalhando diretamente na cooperativa, ela borda para a mesma e sempre que possível faz alguma atividade lá. Relatou que não frequenta muito a cooperativa, porque precisa cuidar da casa e dos filhos. Mesmo com as atividades de dona de casa, consegue um tempo para trabalhar como artesã. Sua casa não é muito organizada, há muitas coisas fora do lugar, fica visível que ela prioriza os filhos e o seu trabalho. Mostrou-nos a geladeira nova que tinha comprado com o dinheiro que o marido tinha recebido no trabalho, falou que tinha comprado a vista, pois ela e o marido não possuíam cartão de crédito, disse que é muito difícil viver sem geladeira por causa dos filhos. Em sua casa, tinha um cachorro muito barulhento [informação verbal]²³.

Estes relatos revelam um pouco do cotidiano das alunas. Estas evidenciaram a falta de um local adequado para a prática da ginástica, sendo este um dos principais motivos de abandono/

23 Notícias fornecidas pelas alunas da ginástica do programa em visita às suas residências, na comunidade Rosalina, em Fortaleza-CE, em 2009.

evasão das aulas. Elas salientam que a população de Fortaleza tem uma visão negativa acerca da comunidade Rosalina e afirmam que esta é noticiada constantemente em jornais e programas policiais. É visível na comunidade a separação entre os moradores que praticam atividades ilícitas e aqueles que têm ocupação formal e/ou informal lícita - estes são reconhecidos pela comunidade como “cidadãos de bem” -, os últimos procuram manter boas relações com os primeiros, porém, sem qualquer tipo de envolvimento, para que sua conduta perante a sociedade não seja prejudicada. Observou-se que a maioria das famílias que foram visitadas) não é beneficiada pelo Programa Bolsa Família do Governo Federal (cf. registros em diário de campo, 2008/2009).

Quanto à auto-organização social, a comunidade é representada pela associação supracitada e pela Cooperativa das Costureiras. Ambas desenvolvem atividades em parceria com a Prefeitura Municipal de Fortaleza, com as ONG's, a exemplo da ONG Terra Azul, cujo trabalho consiste em desenvolver atividades na área do meio ambiente, e com a Companhia Elétrica do Ceará (Coelce), que apoia diversas atividades da Cooperativa das Costureiras (cf. registros em diário de campo, 2008/2009).

COMUNIDADE SERRINHA

Serrinha é um bairro antigo da cidade de Fortaleza, delimitado por uma grande área territorial que apresenta contrastes em termos de condições de moradia, de infraestrutura urbana e de equipamentos e serviços públicos. Por ser formado por um conjunto de comunidades, o bairro apresenta um quadro de desigualdade social acentuado que pode ser comprovado pelo tipo de moradia, por exemplo, enquanto uma família reside em uma casa com um ou dois cômodos; outra mora em uma residência ampla (cf. registros em diário de campo 2008/2009).

O bairro possui uma população de 25.682 habitantes e IDH de 0,444, índice considerado baixo (cf. Fortaleza em Números, 2004). Além disso, observou-se que existe um descaso por parte da prefeitura em relação ao entorno do campo onde ocorrem as atividades do programa, o qual resulta no constante acúmulo de lixo próximo ao local.

Uma moradora alerta que a própria comunidade joga lixo no campo próximo ao local onde moram muitas famílias. Também, declarou que o campo fica em uma antiga área militar cedida à comunidade pela aeronáutica (cf. registros em diário de campo 2008/2009).

É notório, no entorno do campo sede do núcleo, construções habitacionais que aparentemente atendem às necessidades de famílias de estrato social médio, ao mesmo tempo, o espaço do campo é ocupado por crianças e adolescentes que moram em locais mais distantes dentro da própria comunidade onde as habitações são precárias (cf. registros em diário de campo, 2008/2009).

Outro contraste evidente é o fato de que, ao lado do campo onde acontecem as atividades do programa, existe outro campo no qual funciona uma escolhinha de futebol particular, administrada por uma liga esportiva do bairro. Nela, as crianças e adolescentes

são obrigados a pagar uma taxa mensal para participarem das atividades. Observou-se que o campo possui uma boa infraestrutura e iluminação, terreno uniforme, área ao redor sem mato e sem lixo. O que não acontece com o campo sede do programa. É oportuno frisar que ambos os campos ocupam áreas públicas (cf. registros em diário de campo, 2008/2009).

Na comunidade em questão, não foi verificada a existência de organização social institucionalizada que mantivesse interlocução com o programa, o que existe é a mobilização de famílias que residem próximo ao núcleo em algumas ações no sentido de solucionar demanda concernentes à infraestrutura das ruas e à realização de festividades comemorativas.

COMUNIDADE PRESIDENTE KENNEDY

O Presidente Kennedy é um bairro que apresenta razoáveis condições de infraestrutura urbana. Nele, há asfalto nas ruas, iluminação pública, rede de esgoto e posto de saúde. O IDH do bairro é 0,531 - índice considerado médio (cf. Fortaleza em Números, 2004). O programa atua em uma zona de fronteira, entre os bairros Presidente Kennedy e Álvaro Weyne, onde há grande incidência de assalto e tráfico de drogas.

O campo onde acontecem as atividades do programa apresenta uma infraestrutura boa, é cercado por alambrados e tem dimensões suficientes para a realização de várias atividades. Entretanto, necessita de manutenção, sobretudo, no gramado, pois a grama foi transformada em mato seco, além disto há buracos em vários locais. O núcleo oferece aulas de futebol e de recreação.

Conforme relatos da professora responsável pelo núcleo, a liga esportiva que monitora as atividades no campo não trata de sua manutenção. Segundo ela, no início do programa, as condições de infraestrutura do local eram melhores. Explicou também que há um demanda do Orçamento Participativo para a reforma do campo, porém a liga dificulta a viabilização desta reforma, uma vez que tem interesse em responsabilizar-se por esta ação. Por último, enfatizou que os alunos do programa e os demais moradores do bairro não têm livre acesso ao campo, porque ele permanece fechado e só é aberto com autorização da liga esportiva (cf. registros em diário de campo, 2008/2009).

No que concerne à auto-organização social, a professora informou que são poucas as pessoas da comunidade que apresentam interesse em participar de alguma atividade comunitária. Quando há participação, esta se restringe às reuniões do Orçamento Participativo para eleger um morador como representante do bairro. Advertiu que a comunidade é atendida por uma ONG vinculada ao Fundo Cristão para Crianças, esta atua na promoção de cursos profissionalizantes para jovens do bairro. Não foi identificada a presença de agente social e/ou comunitário atuando nas atividades do núcleo. Entretanto, percebeu-se a existência de uma liderança comunitária que cuida do material utilizado nas atividades (cf. registros em diário de campo, 2008/2009).

COMUNIDADE JOÃO PAULO II

João Paulo II é uma comunidade formada em um local de ocupação localizado na área urbana correspondente ao Grande Jangurussu, terceiro bairro mais populoso de Fortaleza com uma população de 63.401 habitantes. A comunidade é afetada pela carência em relação à infraestrutura urbana, porquanto foi edificada em área inadequada para habitação (cf. registros em diário de campo, 2008/2009).

Na comunidade do João Paulo II, há uma grande concentração de famílias de baixa renda e uma alta incidência de tráfico de drogas em meio a uma realidade de desemprego entre jovens e adultos (cf. registro diários de campos 2008/2009).

Não foram encontrados registros sobre o índice de desenvolvimento humano da comunidade, todavia tem-se como parâmetro o IDH do bairro Jangurussu, que corresponde a 0,421 – este é considerado baixo (cf. Fortaleza em Números, 2004).

O programa oferece aulas de futsal e futebol, como também atividades assistemáticas, tais como: passeios e festivais esportivos aos finais de semana. Os participantes são do sexo masculino (crianças, jovens e adultos). Chama a atenção a grande quantidade de meninos participando das atividades e a organização deles na realização das atividades, mesmo nos momentos de ausência do professor (cf. registros em diário de campo, 2008/2009).

As aulas acontecem na quadra e no campo de areia. Em relação às condições de infraestrutura da quadra, os alambrados estão enferrujados e furados, as redes de proteção furadas, não há rede nas traves e existe lixo no entorno (cf. registros em diário de campo, 2008/2009).

O futebol parece fazer parte do cenário da comunidade. Isto ficou evidente na fala dos participantes. Pôde-se verificar que muitas crianças e adolescente frequentam os espaços de lazer no horário das atividades do programa (cf. registros em diário de campo, 2008/2009).

Em relação à atuação do professor, verificou-se que não se limitam aos espaços de desenvolvimento das atividades do programa. Ele conhece a história de vida dos participantes, acompanha o cotidiano deles, realiza visitas às famílias, mobiliza moradores, dialoga com as lideranças das ligas esportivas, com outras políticas de governo e com ONG's que desenvolvem trabalhos na comunidade em parceria com o Governo do Estado do Ceará e a Prefeitura Municipal de Fortaleza. É notória na fala do professor a preocupação em relação ao futuro dos participantes (a maioria adolescentes e jovens), ao estudo e à ocupação deles (cf. registros em diário de campo, 2008/2009).

Em relação à auto-organização social, foi constatada a existência de associação comunitária no bairro e também de ligas esportivas que atuam no espaço do núcleo, todavia não foi percebida uma relação de proximidade entre os representantes das ligas e o programa.

4.1.2. PERFIL DOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA

No tocante ao perfil pessoal dos sujeitos investigados, observa-se que a amostra foi constituída por 102 (72,9%) participantes do sexo masculino e 38 (27,1%) participantes do sexo feminino, perfazendo um total de 140 sujeitos.

Pelos resultados, pode-se observar que há uma alta concentração de sujeitos do sexo masculino participando do programa.

No que diz respeito à idade dos participantes que se distribui no intervalo de 7 a 63 anos, fica evidente que existe uma concentração de participantes no segmento etário de 9 a 15 anos, perfazendo um total 117 que corresponde a 83,6% do número de sujeitos da amostra. A distribuição da idade apresenta uma concentração em valores abaixo da média, que é de 12 anos de idade.

No que concerne ao estado civil, 133 (95%) sujeitos são solteiros, 4 (2,9%) sujeitos são casados, 2 (1,4%) são separados e 1 (0,7%) sujeito é viúvo.

Em relação à escolaridade dos sujeitos investigados, 128 (91,4%) participantes ainda estudam, 11 (7,9%) já estudaram e 1 (0,7%) nunca estudou. Entre os participantes que já estudaram, 4 deles tem 14 anos ou menos, os demais têm idade igual ou maior que 17 anos; e o participante que nunca estudou tem 9 anos. Entre os 128 participantes que estudam, 125 (97,7%) têm idade variando de 7 a 18 anos e 3 (2,3%) têm idade igual ou superior a 34 anos; sendo que a pessoa mais idosa da amostra – que tem 63 anos – está estudando.

Entre os participantes que estudam, 117 (91,4%) participantes são matriculados no Ensino Fundamental, 4 (3,1%) no Ensino Médio e 7 (5,5%) no Ensino Fundamental - modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). Entre os 11 participantes que já estudaram, 5 cursaram pelo menos até o 5º ano do Ensino Fundamental, 4 cursaram até o 1º ano do Ensino Médio e 2 não declararam até que ano estudaram. Entre os participantes, 14 (10%) frequentam cursos de formação para o trabalho; dentre eles apontaram corte e costura, cabelereiro, enfermagem, operador de telemarketing e informática e/ou computação e outros.

Conforme os dados obtidos, considerando a predominância de crianças e adolescentes, 118 (84,3%) dos participantes moram com os pais, 13 (9,3%) com parentes, 6 (4,2%) com esposo (a) e filhos, 2 (1,4%) com filhos e 1 (0,8%) sozinho.

Pelos resultados descritos em relação ao perfil pessoal, pode-se afirmar que a maioria da população atendida pelo programa é composta de crianças e adolescentes do sexo masculino, com idades variando entre 9 e 15 anos. Por conseguinte, são sujeitos de estado civil solteiro. Nota-se também que quase 100% dos participantes do programa estão inclusos no segmento etário entre 7 e 18 anos de idade, a maioria deles moram com os pais e cursam o Ensino Fundamental. Pode-se afirmar, portanto, que embora o programa permita o acesso

de sujeitos de diferentes segmentos etários às suas atividades, a maioria dos que participam são crianças e adolescentes.

Por outro lado, chama-se a atenção para o fato de que somente cerca de 2% dos participantes têm idade superior a 34 anos. Isto implica dizer que somente uma reduzida parcela de trabalhadores está envolvida diretamente nas atividades dos núcleos. Assim, o programa que a princípio se volta às camadas populares, particularmente à classe trabalhadora, como prática inclusiva, no sentido de qualquer sujeito poder estar inserido nele independentemente de suas capacidades para realização de determinada prática esportiva e/ou corporal, não conseguiu promover a inserção de todos, em especial dos adultos em suas ações - aqui compreendidas como as atividades realizadas de modo sistemático no cotidiano dos núcleos.

Pode-se inferir também que existe uma participação acentuada de sujeitos do sexo masculino no programa quando comparado a participação dos sujeitos do sexo feminino. Isto pode ser explicado pelo fato de a modalidade futebol - *a priori* praticado com mais frequência pelos sujeitos do sexo masculino - ser ofertada nos cinco núcleos investigados, sendo que em um núcleo João Paulo II só há participação de sujeitos do sexo masculino - neste é ofertado o futsal e o futebol *society*. No Planalto Universo, Serrinha e João Paulo II, o futebol é ofertado como atividade principal; já no Planalto Universo, existe uma turma de futebol feminino. Pode-se apontar, em certa medida, que tais considerações explicariam a significativa participação dos sujeitos do sexo masculino no programa.

Outra questão a ser destacada, e de certo modo determinante, refere-se ao fato de a comunidade possuir autonomia sobre as atividades a serem ofertadas no núcleo. Logo, o futebol como tema da cultura corporal (no programa, é tratado como conteúdo) seria uma prática social comum ao cotidiano das comunidades. Sobre este aspecto, importa ressaltar, também, o papel da mídia, sobretudo, televisiva no enaltecimento do futebol espetáculo. Conforme Bracht (2005), o “esporte espetáculo” possui uma massa consumidora responsável pelo seu financiamento e os meios de comunicação de massa são coorganizadores dela. O que poderia justificar a adesão quase unânime ao futebol como principal atividade nos núcleos do programa, partindo do pressuposto de que a mídia exerce grande influência nas escolhas pessoais de grande parcela da sociedade.

Além dos aspectos citados, outro fator merece registro, qual seja, a seleção das atividades está sujeita às condições infraestruturais da comunidade beneficiada pelo programa. Ocorre, na maioria das vezes, que os espaços de lazer existentes na comunidade se resumem ao lugar no qual as comunidades jogam futebol, costumeiramente um campo construído em uma várzea, realidade dos núcleos Rosalina e Serrinha. Nos núcleos Planalto Universo e João Paulo II, o futebol é praticado em um campo de areia. Somente o núcleo Presidente Kennedy possui um local apropriado à prática do futebol.

No tocante à reduzida participação do sexo feminino (crianças, adolescentes, adul-

tos) no programa, a qual também é expressa nos quadros de distribuição dos envolvidos no Programa Esporte na Comunidade em 2008/2009 exposto no capítulo 3, que em 2008, de um total de 2.493 alunos, 2.166 são do sexo masculino e apenas 777 do sexo feminino; e em 2009, de 2.718 alunos, 2.749 são do sexo masculino e 892 do sexo feminino. Tal acontecimento poderia ser explicado pela pouca adesão do sexo feminino às práticas de futebol e, concomitantemente, a carência do programa em relação à oferta de outras modalidades esportivas, bem como práticas corporais, conforme observado nos núcleos investigados.

4.1.3. TIPO DE TRABALHO E RENDA DOS PAIS, E RENDA FAMILIAR

Quanto ao trabalho do pai, dos 118 participantes que moram com os pais, 5 (4,2%) têm o pai trabalhando como funcionário público, 49 (41,5%) têm o pai trabalhando com carteira assinada em empresa privada, 35 (29,7%) têm o pai trabalhando como prestador de serviço ou autônomo sem carteira assinada e 29 (24,6%) não souberam declarar o tipo de trabalho do pai.

O salário do pai variou de R\$ 90,00 a R\$ 3.200,00 com concentração de salários na faixa de R\$ 90,00 a R\$ 800,00.

Quanto ao trabalho da mãe, 73 (que corresponde a 52,1% da amostra) participantes têm a mãe trabalhando, sendo que 15 (20,5% das que trabalham) são funcionárias de empresa privada, ou seja, trabalham com carteira assinada e têm salários variando de R\$ 465,00 (salário mínimo na época da pesquisa) a R\$ 500,00; 14 (19,2% das que trabalham) trabalham como autônoma com renda mensal variando de R\$ 500,00 a R\$ 2.000,00; 29 (39,7% das que trabalham) trabalham em prestação de serviço, em sua grande maioria em serviços domésticos com renda mensal variando de R\$ 40,00 a R\$ 500,00.

Sobre os tipos de moradia, verificou-se que 57 famílias (40,7%) residem em moradia do tipo apartamento em conjuntos populares e 83 famílias (58,3%) residem em moradia do tipo casa, sendo estas habitações precárias em locais de ocupação.

Quanto à renda familiar mensal, esta variou de R\$ 233,50 a R\$ 3.720,00, média R\$ 908,76, desvio padrão R\$ 771,42 e coeficiente de variação 84,9%, indicando alta heterogeneidade na distribuição da renda familiar. Dessas famílias, 66 são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família do Governo Federal, os valores do benefício variam de R\$ 20,00 a R\$ 250,00, média R\$ 99,24, desvio padrão R\$ 42,67 e coeficiente de variação 43%.

Na figura 28, alude-se a representação do número de pessoas por residência dos participantes investigados.

O número de moradores por residência variou de 2 a 10 moradores, com a concentração da distribuição variando de 3 a 7 moradores por residência (118 residências que corresponde a

84,3% do total de residências). Em 115 residências (82,2% do total de residências), o número de pessoas por residência que trabalham varia de 1 a 2 pessoas. Em 54 residências (38,6% do total de residências), somente uma pessoa trabalha e em 61 (43,6% do total de residências), somente duas trabalham. Em 13 residências, o número de moradores varia de 8 a 10 pessoas; em 3, somente uma pessoa trabalha e em 10, somente duas pessoas trabalham. Logo, observa-se que o número de pessoas que trabalham por residência é baixo, posto que em mais de 82% do total de residências, somente 1 ou 2 pessoas trabalham. Nas residências dos 140 participantes, vivem um total de 745 pessoas; entre estas, 248 (33,35%) exercem atividade remunerada.

Com base nos resultados apresentados, pode-se concluir que o percentual (41,5%) de pais que trabalham com carteira assinada – ocupação formal – é duas vezes maior que o percentual (20,5%) de mães trabalhando na mesma condição. Vale ressaltar também que o salário do pai tem uma variação maior que o salário da mãe e que aproximadamente 30% dos pais e 60% das mães - destas a grande maioria trabalha em serviços domésticos - trabalham em condições precárias (como autônomo ou na prestação de serviços). Pochamann *et al.* (2003) sustenta que em relação ao indicador que mensura a participação dos assalariados em ocupações formais no total da população em idade ativa, 36,1% das cidades do Brasil apresentam diminuta participação deste tipo, sendo que a maioria delas está localizada nas áreas acima do Trópico de Capricórnio²⁴, a exemplo da região nordeste.

Pochamann *et al.* (2003) revela que de forma indireta este indicativo aponta para uma das marcas da exclusão social específica dos locais no quais o mercado de trabalho assalariado nunca chegou a estruturar-se minimamente. E lembra que em uma situação inversa, 10,3% dos municípios – estes se localizam nas áreas em torno e abaixo desta linha de referência geográfica – do país contam com uma estrutura ocupacional marcada pelo assalariamento formal.

Constata-se que 60% das famílias residem em moradia do tipo casa e 40% do tipo apartamento. Sabe-se que as casas nas quais os participantes residem se caracterizam como habitações precárias, pois a maioria foi edificada em locais de ocupação. E os apartamentos são habitações construídas em conjunto populares cedidos pela Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Em média, a renda mensal das famílias corresponde a R\$ 908,76, sendo que os resultados mostraram uma distribuição bastante heterogênea. Isto quer dizer que existe uma significativa diferença no que concerne à renda familiar mensal das famílias. Cerca de 50% delas são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família do Governo Federal e recebem em média R\$ 99,24, o que equivale a menos de ¼ do salário mínimo no valor de R\$ 465,00.

Diante dos resultados apresentados, faz sentido a afirmação de Pochmann *et al.* (2003, p. 25), na qual registra que: a “selva” da exclusão mostra-se no contexto investigado

24 Esta linha é chamada pelo autor de Trópico de Capricórnio. O mesmo utiliza o termo acima do trópico para se referir à região norte e nordeste e abaixo do trópico em alusão à região Centro-Sul.

intensa e generalizada, com poucos “acampamentos” de inclusão social, “pontuando uma realidade marcada pela pobreza e pela fome, que atingem famílias extensas, jovens, população pouco instruída e sem experiência assalariada formal”. O autor ressalta que, nesse novo milênio, o país continua a contar com um projeto de nação fragilizado pelas disparidades entre as áreas que o compõem. No cenário das comunidades nas quais o programa atua, isto ocorre em uma mesma área, qual seja, o município de Fortaleza/CE, considerando-se a significativa diferença no tocante ao indicador renda familiar.

Em seguida, abordam-se aspectos referentes à participação no programa, dentre eles: o conhecimento, o tempo e a frequência semanal de envolvimento nas atividades, os motivos de ingresso, os objetivos da prática de esporte com base nas dimensões: educacional, de participação e de rendimento.

4.1.4. PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NO PROGRAMA

A participação no programa foi verificada com base nos seguintes aspectos: (a) conhecimento, tempo e frequência nas atividades; b) prática corporal e/ou esporte e suas dimensões no programa; e (c) participação da comunidade no programa.

Em relação ao item (a), almejou-se obter informações acerca de como os participantes tiveram conhecimento do programa, de sua permanência nele e do nível de envolvimento nas atividades, o que é importante para evidenciar o modo como as informações referentes ao programa circulam na comunidade e quem são os informantes-chave, o nível de apropriação que os participantes têm em relação à proposta do programa e o grau de envolvimento nas atividades.

Quanto ao item (b), procurou-se verificar os motivos da participação no esporte/prática corporal e objetivos da participação no programa de modo a identificar se houve modificação na percepção dos participantes no que concerne à prática de esporte/prática corporal ao ingressarem no programa.

No tocante ao item (c), buscaram-se indicadores de participação da comunidade de modo geral, ou seja, que não se restringisse somente aos participantes (alunos), mas também envolvesse as famílias, que não se limitasse à participação nas atividades sistemáticas, mas também, a organização e a articulação comunitárias nos demais espaços participativos, nem somente a participação no programa, mas também o vínculo com outros programas de esporte e lazer.

(a) Conhecimento, tempo e frequência nas atividades

Sobre como conheceu o programa, os participantes responderam conforme os resultados apresentados.

Dos participantes, 70 (50%) tiveram conhecimento por meio de amigos, 42 (30%) pelo professor do núcleo, 18 (12,9%) por meio de familiares, 5 (3,6%) por meio das lideranças comu-

nitárias, 2 (1,4%) por meio de material de divulgação e 3 (2,1%) por outro tipo de informante.

A figura 31 mostra os resultados encontrados quanto ao tempo de participação no programa.

Dos participantes, 55 (39,3%) têm tempo de participação no programa de “1 a 2 anos”, 26 (18,6%) participam do programa a “mais de 2 anos”, 27 (19,3%) participam do programa a “menos de 3 meses”, 8 (12,9%) participam do programa a “6 meses a 1 anos” e 14 (10%) têm tempo de participação no programa de “3 a 6 meses”.

No tocante ao número de vezes por semana em que ocorre a participação no programa, verificou-se que 46 (32,9%) participantes a fazem de “5 vezes por semana”, 42 (30%) de “3 vezes por semana”, 38 (27,1%) de “2 vezes por semana”, 9 (6,4%) de “4 vezes por semana” e 5 (3,6%) somente “1 vez por semana”.

Em relação ao esporte e/ou prática corporal praticada, evidenciou-se que 131 (93,6%) participantes praticam futebol, 31 (22,1%) praticam futsal, 8 (5,7%) praticam caminhada e 6 (4,3%) praticam ginástica. Declararam já ter participado de festivais esportivos e/ou torneios 66 (47,1%) respondentes.

Dos participantes, 50% tiveram conhecimento do programa por meio de amigos e 30% pelo professor do núcleo e somente cerca de 4% souberam do programa pelo líder comunitário.

Quase 60% dos participantes têm tempo de participação no programa estimado entre 1 e mais de 2 anos, o que se remete à continuidade de participação – em termos de frequência – no programa. É possível constatar também que, pelos demais intervalos apresentados, está havendo um fluxo de ingresso no programa. Por isso, uma possível extinção do programa não poderia ser justificada pela demanda insuficiente de alunos nas atividades. Este resultado mostra ainda que as comunidades atendidas pelo programa demonstram ter uma boa aceitação em relação a ele. Este fato poderia contribuir positivamente no sentido de facilitar o diálogo com a comunidade na perspectiva de garantir a ampliação do acesso e da democratização das práticas de esporte e lazer nos bairros beneficiados.

Constatou-se que mais de 96% do total dos participantes envolvem-se nas atividades do programa pelo menos 2 vezes por semana, o que significa dizer que há uma boa participação nas atividades, principalmente quando se verifica que 69,3% participantes e envolvem em atividades do programa pelo menos “3 vezes por semana”.

Pelos resultados, quanto ao esporte e/ou prática corporal praticada, nota-se uma incidência de prática do futebol seguida pela prática do futsal. Vê-se também que os festivais esportivos e/ou torneios são atividades nas quais os participantes têm um bom envolvimento. As práticas corporais – caminhada e ginástica – são pouco praticadas pelos participantes, portanto ode-se considerar que o número de praticantes nessas atividades é reduzido.

Com isto, percebe-se a popularidade atribuída ao futebol no programa, que suscita o

seguinte questionamento: o que leva a prática massificada do futebol nos núcleos do programa? (i) a popularidade do futebol enquanto elemento da cultura brasileira e neste contexto a influência da mídia na escolha das práticas de esporte e lazer e/ou práticas corporais? (ii) a facilidade de prática do futebol diante da escassez de recurso material apresentada pelo programa em questão? (iii) a ausência de espaços e equipamentos públicos para a realização de outras práticas no âmbito da cultura corporal? ou (iv) a ausência de conhecimento que resultaria na pouca atenção atribuída pelas comunidades aos demais temas da cultura corporal, uma vez que ela tem autonomia na seleção das atividades a serem desenvolvidas no núcleo?

Em resposta a este questionamento, pode-se inferir que o discurso hegemônico do esporte “espetáculo,” pontuado por Bracht (2005), seria um elemento determinante na preferência quase que exclusiva pelo futebol por parte dos alunos do programa. Logo, torna-se claro a influência da mídia na determinação da preferência pelo futebol por parte dos participantes do programa. Por outro lado, a escassez de recursos presente no programa, bem como a ausência de espaços e equipamentos públicos para a realização de atividades que abordem outros temas da cultura corporal contribuem significativamente para a permanência do futebol como principal atividade nos núcleos investigados.

Por último, a ausência de conhecimento que resultaria na pouca atenção atribuída pelas comunidades aos demais temas da cultura corporal, uma vez que esta tem autonomia na seleção das atividades a serem desenvolvidas no núcleo. Quanto a isto, poderíamos registrar que a ausência de conhecimento levaria a uma adaptação dos alunos às condições impostas pela sociedade, alienando-o os de sua condição de sujeito histórico, capaz de intervir na transformação desta (COLETIVO DE AUTORES, 2009), bem como, de decidir sobre suas preferências em relação aos temas da cultura corporal.

(b) Prática corporal, e/ou esporte e suas dimensões no programa

Neste momento, a dimensão do esporte será aqui abordada como um dos aspectos a serem destacados no que se refere à análise do programa, posto que tal dimensão está presente na própria nomenclatura deste. Para tanto, destaca-se os resultados abaixo descritos.

Questionados sobre os motivos que justificam a participação no programa, os 138 participantes declararam desde achar bom, legal e divertido, e por gostar de jogar bola/futebol, treinar e aprender a jogar, e também porque amigos chamaram para participar e ficar perto deles e fazer novos amigos; e para manter/melhorar as condições de saúde, emagrecer e evitar doenças, e o sedentarismo, e, ainda, crescer saudável, exercitar-se e desenvolver o corpo até para prevenir contra drogas, tirar das ruas e para ser um cidadão, e por lazer, ocupação de tempo livre e oportunidade de esporte e lazer.

(1) O primeiro grupo, que corresponde a 62 (44,9%) participantes, afirmou que é por gostar de jogar bola/futebol e para aprender a jogar e treinar. Com

isto, percebe-se como o esporte, e em particular o futebol, posto que se pode compreender o termo “jogar bola” proferido pelos participantes como jogar futebol, é utilizado amplamente nas comunidade periféricas (a exemplo dos núcleos do programa) para denotar o jogar futebol no campo de várzea ou mesmo na rua, dentre os temas/conteúdos da cultura corporal é o mais aceito entre os participantes do programa, bem como seu fim que diz respeito à prática no sentido de apreensão da técnica e para treinamento.

(2) O segundo grupo, 29 (21%) participantes, ressaltou que acha bom, legal e divertido amigos chamarem para participar e para ficar perto dos amigos e fazer novas amizades. Nisto, vê-se a presença do lazer na perspectiva de diversão e socialização.

(3) O terceiro grupo, composto de 20 (14,5%) participantes, disse que é para prevenir contra o uso de drogas, tirar das ruas e ser um cidadão. Neste, nota-se a presença do discurso salvacionista do esporte amplamente difundido nas comunidades que colocam o esporte - com ênfase no futebol - como meio para se atingir melhores condições de vida.

(4) O quarto grupo, formado por 15 (10,9%) participantes, exprime que é para crescer saudável, exercitar/desenvolver o corpo, manter/melhorar as condições de saúde, emagrecer, evitar doenças e o sedentarismo. Aqui se observa a atenção ao esporte como meio que favorece a obtenção de melhor rendimento físico, aquisição de aptidão física e melhoria/manutenção da saúde.

(5) O quinto grupo, composto de 12 (8,7%) participantes, respondeu que está no programa por lazer, por ocupação de tempo livre e por oportunidade de esporte e lazer. O esporte na dimensão do lazer aparece como último elemento de motivação para participação no programa.

Quando questionados acerca dos objetivos que pretendem atingir com a prática de esporte no programa, 135 participantes responderam conforme os resultados apresentados em quatro grupos.

(1) O primeiro grupo, 108 (80%) participantes, sendo que 18 (12,86%) deles pretendem aprender a jogar e continuar jogando e 90 (64,29%) pretendem ser jogador de futebol, conquistar medalhas e melhorar de vida. Nesta acepção, a prática de esporte/prática corporal se relaciona à obtenção de melhores condições socioeconômicas e ao reconhecimento social por meio da ascensão profissional, via de regra, pelo esporte.

(2) O segundo grupo, 10 (7,4%) participantes, sendo que 6 (4,29%) deles almejam manter/melhorar a saúde e 4 (2,86%) exercitar-se/desenvolver o corpo, 6 (4,29%) melhorar a condição física, a força e a inteligência. Neste sentido, a prática vincula-se ao esporte e/ou prática corporal na perspectiva de obtenção de saúde, por meio da preocupação com o corpo e reconhecimento dos benefícios físicos e psicológicos adquiridos com a prática.

(3) O terceiro grupo, 9 (6,7%) participantes, ressaltou que pretendem ter disciplina (respeito e obediência), ser um cidadão, tirar das ruas e ter um futuro melhor. Esta concepção se aproxima do esporte/prática como meio para obtenção de disciplina, de desenvolvimento da cidadania (participação na vida comunitária), de crescimento pessoal (por meio do estudo e do trabalho), e de prevenção de males inerentes ao espaço da rua, na perspectiva de aquisição de um futuro promissor.

(4) O quarto grupo, 8 (5,72%) participantes, sendo que 2 (1,43%) deles participam do programa para se alegrar, conquistar amigos e participar de brincadeiras saudáveis e 6 (4,29%) por lazer. Aqui, reporta-se ao esporte e/ou prática corporal voltado à integração e à sociabilização dos participantes em um ambiente de descontração e contentamento, assim como ao lazer como ocupação de tempo livre.

Conforme os dados obtidos, constata-se que há uma predominância em relação à prática de esporte para fins de rendimento, posto que a maioria dos participantes almeja ser atleta de futebol e com isto ganhar medalhas e conquistar um futuro melhor. Logo, observa-se que o programa se desvirtua em relação à sua concepção de esporte. Posto que, ao contrário do que pressupõe, não desemboca na dimensão do esporte participação.

Apesar disto, pelas respostas dos participantes, observa-se que o esporte educacional e o esporte participação também aparecem como objetivos. Segundo a legislação brasileira, o esporte é tratado sob a forma de três manifestações quais sejam: desporto-performance; desporto-participação e desporto-educação. Isso posto, “o desporto com atividade predominantemente física e intelectual pode ser reconhecido em qualquer das seguintes manifestações”:

I. desporto educacional, através dos sistemas de ensino e formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento (4,29%) integral e a formação para a cidadania e o lazer;

II. desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para

a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e na preservação do meio ambiente;

III. desporto de rendimento, praticado segundo normas e regras nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do país e estas com outras nações (Lei 8.672/1993, capítulo III, art. 3º).

Diante desta evidência, é interessante compreender como essas dimensões do esporte se refletem nos sentidos e significados atribuídos a este fenômeno, a saber:

A. ESPORTE DE RENDIMENTO – BUSCA DA MEDALHA, DA HABILIDADE/APTIDÃO FÍSICA.

Pelas respostas em relação aos motivos que justificam a participação e os objetivos que os participantes pretendem atingir com a prática de esporte no programa, evidenciou-se uma ênfase na dimensão de rendimento. Porquanto este é o principal motivo de ingresso e permanência no programa. Deste modo, tantos os motivos de ingresso como os objetivos da prática de esporte se orientam pela perspectiva de rendimento, ou seja, pela busca de medalha e de reconhecimento profissional. Deve-se enfatizar também que em 45% dos casos, a participação no programa é motivada pelo rendimento no esporte e, após o ingresso e permanência, 80% dos participantes têm isto como propósito.

Tais resultados legitimam o discurso hegemônico do esporte de rendimento. Com isto, diz-se que a concepção do esporte de rendimento é a hegemônica entre os participantes do programa, mesmo não sendo a única. Logo, pode-se inferir que a participação no programa não garante uma mudança de olhar em relação ao sentido e significado hegemônico do esporte.

Portanto, há um paradoxo entre a concepção de esporte apresentada pelo programa que se remete à dimensão da participação, com vista à tematização do esporte voltado às camadas populares, em particular à classe trabalhadora, como prática inclusiva no sentido de que qualquer sujeito pode estar inserido nas atividades, independentemente de suas capacidades para realização de determinada prática esportiva, e o sentido e o significado do esporte apresentado pelos participantes.

B. ESPORTE E SOCIABILIDADE – LAZER

Entre os motivos de participação no programa, o esporte de lazer aparece na segunda posição como prática voltada à diversão, à integração e à socialização. Na última posição, como prática que favorece a participação em atividade de lazer e ocupação de tempo livre. Naquela, o lazer é tratado como atividade que permite o sujeito desvencilhar-se de seus afazeres e ter um momento de distração, sendo vista bem mais como uma necessidade pessoal. É essencial destacar que o esporte na dimensão do lazer como ocupação de tempo livre aparece como último elemento de motivação da participação dos sujeitos no programa.

Quanto aos objetivos da prática de esporte e/ou prática corporal, esta dimensão do esporte aparece em terceira posição, na perspectiva de prazer, contentamento e de sociabilidade. Evidencia-se que o lazer como ocupação de tempo livre não aparece como resposta neste item.

C. DIMENSÃO SALVACIONISTA DO ESPORTE (ESPORTE COMO ELEMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL)

Esta dimensão ocupa a terceira posição em se tratando dos motivos da participação no programa; pelas respostas, está focada na prevenção do uso de drogas e na retirada dos sujeitos das ruas, como também na capacidade de ser um cidadão.

Já nos objetivos da prática de esporte e/ou prática corporal, a referida dimensão aparece em última posição, o esporte aparece como agente disciplinador que possibilita o aprendizado do respeito e da obediência, além de promover a formação para a cidadania. Também é visto como meio de retirar os sujeitos das ruas e como instrumento por meio do qual se pode almejar um futuro próspero.

Repara-se, com isso, que o esporte é entendido como mecanismo/instrumento que pode resolver e/ou amenizar os problemas sociais decorrentes da exclusão social, da qual é vítima a população que vive em condições de vulnerabilidade social e econômica.

Feitas tais considerações acerca das dimensões do esporte, é possível apontar que ele, como conteúdo da cultura corporal, na perspectiva da pedagogia crítico-superada, que tem como referência o documento norteador (segundo modelo institucional do programa) e a fala do grupo gestor, precisa ser reavaliado a fim de que possibilite realmente a leitura e a interpretação da realidade social, a começar pelos sentidos e pelos significados atribuídos a este fenômeno, tendo em vista a apreensão de seus determinantes históricos e sociais, bem como a sua problematização.

D. PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NO PROGRAMA

Sobre o número de pessoas na família que participam do programa, foram encontrados os seguintes indicadores: 63 (45%) participantes responderam que somente ele participa do programa, 38 (27,1%) responderam que ele e mais uma pessoa da família participa, 18 (12,9%) responderam que ele e mais duas pessoas, 11 (7,9%) responderam que ele e mais três pessoas e 10 (7,1%) responderam que ele e mais cinco ou mais pessoas.

Verifica-se, portanto, que em 45% dos casos apenas uma pessoa da família participa do programa e em 27% o respondente e mais uma pessoa da família participam, estes indicadores somados correspondem a 72%. Com isto, conclui-se que o número de participantes do programa por família se concentra no intervalo de uma a duas pessoas.

Quando se relaciona a informação supracitada com as respostas do item como conheceu o programa, observa-se que apenas 13% dos sujeitos obtiveram tal informação por meio de familiares. Isto demonstra que poucas pessoas em uma única família participam do

programa. Na maioria das vezes, são os filhos que participam, posto que, como destacado anteriormente, a maioria dos participantes do programa são crianças e adolescentes.

Sobre a participação em outras atividades do programa, dentre elas: reuniões comunitárias, passeios, assembleias comunitárias, planejamento participativo, torneios ou festivais esportivos: 94 (67,1%) declaram que participam de passeio, 21 (15%) de reuniões comunitárias, 9 (6,4%) de assembleias comunitárias e 6 (4,3%) de planejamento participativo. É possível inferir que a participação expressiva nos passeios, sendo quase 70%, deve-se ao fato de participantes não terem opções de lazer na comunidade, além do interesse por atividades diversificadas das realizadas no cotidiano dos núcleos.

No tocante à participação em outros programas de esporte e lazer, constatou-se que: 16 (11,4%) participantes têm participação no Programa Segundo Tempo do Governo Federal, 10 (10%) no Projeto ABC do Jangurussu mantido pelo Governo do Estado do Ceará, 4 (2,9%) no Projeto Atleta Nota 10 - uma iniciativa do Governo do Estado do Ceará que beneficia crianças e adolescente que apresentam um bom desempenho escolar - e 3 (2,1%) na Escolhinha de Futebol do Serrinha - que se constitui como um projeto atrelado à liga esportiva do bairro da Serrinha.

Salienta-se que das comunidades atendidas pelo programa, apenas uma parcela reduzida, que corresponde a pouco mais de 11% dos participantes, é atendida por programas de esporte e lazer do Governo Federal, com destaque para o Programa Segundo Tempo. Este indicador mostra que as comunidades atendidas pelo Programa Esporte na Comunidade têm pouco acesso ao Programa Segundo Tempo e não têm acesso ao Programa Esporte e Lazer da Cidade - que se configuram como ações do Governo Federal implementadas nos municípios e estados da federação. Com isto, visualiza-se a pouca ou inexpressiva interlocução entre a Prefeitura Municipal de Fortaleza, o Governo do Estado do Ceará e Governo Federal no tocante às políticas desenvolvidas na área do esporte e lazer.

4.1.5. SÍNTESE DOS RESULTADOS APRESENTADOS NO QUADRO

ANALÍTICO-DESCRITIVO

Quanto à caracterização da população e perfil socioeconômico, constatou-se que 72,9% dos participantes são do sexo masculino, 83,6% deles têm idades variando segundo o segmento etário de 9 a 15 anos, 95% têm estado civil solteiro. Destes, 91,4% estudam e estão matriculados no Ensino Fundamental, 84,3% moram com os pais.

Em relação aos pais, 41,5% têm o pai trabalhando em empresa privada com carteira assinada e com concentração de salário variando de R\$ 90,00 a R\$ 800,00 e 20,5% têm a

mãe trabalhando em empresa privada com carteira assinada e com concentração de salário entre R\$ 465,00 e R\$ 500,00. Sobre a renda familiar mensal, esta variou de R\$ 233,50 a R\$ 3.720,00, com média equivalente a R\$ 908,76, foi verificada alta heterogeneidade na distribuição da renda familiar.

Dos participantes, 50% deles tiveram conhecimento sobre o programa por meio de informações oriundas dos amigos. E 62,9% deles têm frequência semanal nas atividades, no intervalo de 3 a 5 vezes por semana. E mais, 57,9% têm tempo de participação no programa, no intervalo de 1 a mais de 2 anos.

Ainda em relação aos participantes, 44,9% deles têm como motivo principal de participação no programa o gosto pelo jogo/futebol, para aprender a jogar e treinar; 80% têm como objetivos da prática de esporte e/ou prática corporal aprender a jogar e continuar jogando, ser jogador de futebol, conquistar medalhas e, com isto, melhorar de vida; 93,6% participam da modalidade futebol.

4.2. DEMOCRACIA PARTICIPATIVA: EIXO CENTRAL DA ANÁLISE

Para análise dos princípios “acesso”, “democratização” e “participação popular” com base na abordagem qualitativa, procurou-se, além da consulta ao documento “Projeto Esporte na Comunidade” (2007) e aos artigos “Para celebrar a utopia” e “Programa Esporte na Comunidade: participação popular e análise do diagnóstico do núcleos”, o quadro teórico construído e os registros das falas dos atores sociais e institucionais, cujo perfil é demarcado por serem gestores da Secretaria de Esporte e Lazer de Fortaleza vinculados direta e indiretamente ao programa, participantes (alunos) e responsáveis (pais dos alunos), e lideranças comunitárias. Os trechos das falas transcritas serão identificados por entrevista 1 a 24. No total, foram realizadas 24 entrevistas, mas apenas 11 serão exploradas para análise, em função do interesse sobre o objeto do estudo e da relação com a temática em desenvolvimento.

A discussão apresentada será construída com base nos princípios “acesso”, “democratização” e “participação política” abordados nas entrevistas em diálogo com a literatura sobre democracia participativa, participação, gestão participativa, cidadania e direito social. Para tanto, têm-se como elemento central para a análise as finalidades precípua do programa conforme Projeto Esporte na Comunidade (2007, s/n), quais sejam:

- (a) garantir e democratizar o acesso ao esporte e lazer como direito social por meio do conhecimento de temas da cultura corporal através de uma práxis pedagógica contextualizada de modo que a comunidade possa ter novos elementos para a compreensão e reflexão da realidade social, e

(b) potencializar a construção participativa das ações do programa em conjunto com a comunidade entendendo-a enquanto soberana na determinação das formas de instalação dos instrumentos de lazer e no acompanhamento das atividades desenvolvidas.

Posto que, tais finalidades se remetem à compreensão de democracia participativa aqui abordada.

A. ACESSO

No processo de constituição de uma política pública de esporte e lazer de viés democrático e participativo, a definição da população a ser atendida e as possibilidades e as condições de acesso se constituem como fatores determinantes para o desenvolvimento das ações que lhe oferecem sustentação, haja vista o atendimento do preceito de garantia deste princípio com base na noção de direito social. Conforme o dizer de Telles (1999), os direitos sociais são percebidos como práticas, discursos e valores que afetam a maneira como as desigualdades e diferenças são demonstradas na esfera pública, como os interesses se apresentam e como os conflitos se concretizam. Logo, elencam-se três questionamentos com o propósito de subsidiar a análise, a saber: para quem é garantido o acesso? Quais as possibilidades de acesso? Quais as condições de acesso?

O primeiro questionamento diz respeito a quem efetivamente tem acesso ao Programa Esporte na Comunidade. No critério de seleção dos núcleos, indica-se que no contexto da extinta Célula de Esporte e Lazer prevalecia o interesse particular de parlamentares. Com isto, percebe-se que o acesso das comunidades ao programa, no início da vigência deste em 2005, era determinado primordialmente por interesses políticos de cunho conservador que dominavam o setor esportivo no município de Fortaleza/CE. Mesmo no contexto de uma gestão democrática e popular, esses grupos controlavam as ações do programa (cf. entrevista 1 e 5, Cap. III).

Tal perspectiva pode encontrar algum sentido em Castellani Filho (2005) ao elaborar um pensamento tomando como elemento central o marco legal do esporte no país, em específico a Lei Zico (Lei n. 8672/93 e decreto n. 2.574/98) e a Lei Pelé (Lei n. 9.615/98 e decreto n. 2.574/98), que colocam em xeque interesses liberalizantes relacionados à autonomia do mercado esportivo e interesses conservadores que entendem a liberalização como uma ameaça ao poder instituído oligarquicamente. Este raciocínio possibilita compreender, notadamente no que tange aos interesses conservadores, como a ação de determinadas forças políticas nos governos fazem prevalecer interesses que são alusivos a determinados grupos em detrimento da maior constituída pela população brasileira que, a priori, deveria ser beneficiada pela política – no caso específico do Programa Esporte na Comunidade. Ainda no embate entre interesses liberalizantes e conservadores, o autor esclarece que embora estes,

em uma situação de embate, tenham impulsionado a autonomia e a pluralidade como fator de mudança, em nenhum deles foram consolidadas alternativas norteadas por uma percepção de esporte como uma necessidade e/ou direito social. Daí, ser necessário um rearranjo na organização dos critérios de seleção dos núcleos (cf. entrevista 1, cap. III).

O segundo questionamento se refere às possibilidades de acesso. O documento balizador do programa não prescreve critérios que limitem a participação de nenhum segmento etário nas atividades do programa. No entanto, o quadro analítico-descritivo pelos resultados do perfil dos sujeitos revela que a maioria dos participantes dos núcleos investigados têm idade entre 9 e 15 anos, isto corresponde aproximadamente 84% deles. Além disto, quase 73% dos participantes são do sexo masculino. Ou seja, a maioria dos participantes do programa são crianças e adolescentes meninos, fato evidenciado no relato descrito:

[...] geralmente no PENC é mais criança. Então, é principalmente esse público que nós estamos atendendo [...]. No programa, geralmente é mais meninos que participam, [...] meninos mais do que meninas, isso é um fato, mas a gente tenta mobilizar as meninas também [...] (Entrevista 3).

E o terceiro questionamento aponta para os recursos orçamentários, estrutura material e estabilidade do programa na comunidade. Quanto à idealização do programa em termos de efetivação das ações, coloca-se que:

o programa foi pensado inicialmente por meio do debate seguinte: nós temos tanto de dinheiro para desenvolver o PENC. Então, a questão é: nós priorizamos mais comunidades terem o programa ou priorizamos uma comunidade ter um recurso bastante amplo e desenvolver? [...]. Passou que nós iríamos oferecer as condições básicas de trabalho e iríamos oferecer a mais comunidades. Essa foi a proposta (Entrevista 2).

Pela fala do entrevistado, observa-se a prioridade definida pelo grupo gestor responsável pela implementação do programa, que se pauta no atendimento ao maior número possível de núcleos, mas que, por outro lado, reduz/limita a oferta de estrutura material aos núcleos, conforme especificação e quantidades descritas:

[...] um professor para cada núcleo inicialmente, com bolas redes e bombas [...]. Bolas daquela modalidade que era possível desenvolver naquele local, ou seja, se era uma quadra era bola de futsal. A quantidade era de três bolas a cada quatro meses, sendo três bolas de cada modalidade no caso do voleibol, basquetebol e handebol, para o futebol eram quatro bolas. Além disto, tinha a rede de vôlei, futebol e futsal e a bomba. Enfim, esta era a estrutura material (Entrevista 2).

Esta foi a estrutura material instituída para subsidiar o funcionamento do programa no que tange às atividades sistemáticas, além da definição de um professor para atuar em cada núcleo. Na realidade em questão, observa-se pelo relato apresentado abaixo o quanto o recurso orçamentário-financeiro era escasso para o atendimento de uma maior quantidade de comunidade, segundo as palavras do entrevistado.

[...] o orçamento era 700 mil, este era praticamente o orçamento da Célula. Depois teve um incremento e este passaria para um valor entorno de 1 milhão ou 1 milhão e 250 [...]. Tinha um orçamento específico do esporte [PENC], só que o nosso orçamento era utilizado em outras coisas da Célula. Na verdade, a Célula trabalhava com um orçamento [...] e a secretaria ainda hoje trabalha com um orçamento [...]. O orçamento do esporte era metade do orçamento da célula. Só orçamento do esporte era metade do orçamento todo da Célula. Quando houve a criação da secretaria, foi do mesmo jeito, foi o mesmo orçamento. Quer dizer, o orçamento para o esporte e lazer era [...], mas para o que a gente se propunha 1 milhão de reais não dava para nada (Entrevista 1).

Com isto, é possível perceber que muito embora a política que subsidia as ações do programa se pautar na garantia do direito social ao esporte e ao lazer, as condições de acesso em termos de recurso orçamentário não contemplam as demandas no que se refere ao custeio da estrutura material. Outra questão que dificultava a viabilização da estrutura material é abordada na fala a seguir:

[...] o programa em si, em seu projeto, não tinha material, porque ele já era vinculado à secretaria. Isso dificultou muito, porque hoje, por exemplo, nós estamos sem material, uma vez que a licitação da secretaria não saiu. Então, o programa ficou sem material. Com o desenvolvimento do programa em 2007, 2008, 2009, foi se agravando essa situação do material, porque a célula passou a ser secretaria e assim as outras secretarias já não ajudavam mais a célula, pois esta tinha passado a ser SECEL e entendia-se que ela deveria “caminhar com as próprias pernas” [...]. Essa é a situação de hoje, setembro de 2009, sendo que desde julho de 2009, nós estamos em uma situação mesmo em que não temos material e o programa está com grandes dificuldades de desenvolver as atividades (Entrevista 2).

Este quadro se vincula à escassez de recurso orçamentário-financeiro no contexto da extinta Célula de Esporte e Lazer que se perpetuou na Secretaria de Esporte e Lazer, como fator agravante se identifica a inexistência de orçamento específico para manutenção das atividades do programa. Ocorre que tal situação impacta diretamente na qualidade do atendimento oferecido às comunidades como destacam os entrevistados ao serem questionados sobre o que poderia ser melhorado/aperfeiçoado em relação ao programa.

A começar pelo espaço, porque a comunidade não tem um espaço adequado para isto. As aulas são dadas no meio da rua com a poeira batida. O professor tem que dá aula muito cedo, porque a partir de 9h não tem mais condições. Não considero adequado o local onde ele desenvolve o esporte com a garotada. É um chão de terra batida [...]. O ideal seria um local apropriado, uma quadra coberta [...], mas isto é uma coisa que vai demorar muito ainda, da comunidade ter um espaço mais saudável para a garotada poder praticar um esporte (Entrevista 16).

[...] melhorar o campo, porque onde a gente joga tem muita pedra. Todo dia que a gente sai do campo, a gente sempre sai com o pé machucado (Entrevista 15).

[...] eu queria mais um professor, mais gente que assumisse as coisas, que se interesse mais para tratar as crianças e ajudar. [...] porque acontece do professor [...] não ter condições de vir e aí tem que ter uma pessoa para lhe substituir e também porque a turma é muito grande [...] (Entrevista 13).

Um lugar fixo, porque o professor mudou muito de local, por conta de não ter um lugar fixo para nós fazermos as atividades e no momento nós permanecemos sem um lugar. E também os equipamentos, porque o professor tem muita boa vontade, mas falta isto. Nós fazíamos os exercícios com cabo de vassoura, com garrafas, nós nunca deixamos de fazer a atividade porque não tínhamos equipamentos. Mas, penso que se tivessem equipamentos, as pessoas se interessariam mais, pois elas diziam assim: “Ah! eu vou só levantar um cabo de vassoura e uma garrafa e vou ficar ‘sarada’”? Elas ficavam pensando que aquilo não ia servir para nada. Mas, para quem quer fazer serve, isto é, se fizer continuamente, porque se for só uma vez não vai servir de nada não (Entrevista 18).

Também é identificada uma deficiência no que concerne ao acompanhamento do programa nas comunidades por parte da Secretaria de Esporte e Lazer. Uma participante também narra acerca das condições do local no qual acontecem as atividades, como exposto:

a prefeitura olhasse mais para cá, porque aqui têm muito jovens. É o trabalho que o professor faz com a gente ele tinha que ter mais apoio e incentivo para fazer com os jovens, porque os jovens daqui são muito carentes. Eu tenho um filho de 15 anos a Educação Física que ele faz é só na escola naqueles dias e acabou. E os outros dias? Ele fica em casa. Era para ter uma atenção para jovens na semana ou no final de semana, porque nessas áreas críticas quem precisa de mais atenção são os jovens. A gente se ocupa com algumas coisas, mas os jovens, eles vão para as esquinas, vão

Nesta, destaca-se os limites no processo de interlocução com as comunidades, tendo em vista o atendimento das demandas por esporte e lazer. Entretanto, esclarece-se que o diálogo com as comunidades ocorre com a finalidade de atender a uma demanda delas e que também impulsionou ações de resistência por parte dos professores, que a princípio pretendiam atuar apenas em uma modalidade esportiva, como visto:

[...] foi um processo que nós fomos amadurecendo. Pois, em 2005 com a implementação do PENC nas comunidades, o antigo gestor achou que estava fazendo um favor mesmo e chegou às comunidades sem estabelecer nenhum diálogo e colocou os programas. Sendo que dos 100% que ele colocou, apenas 5% conseguiram se efetivar de fato. Os outros 95% tiveram problema de rejeição da comunidade ao programa. Nos processos seguintes, nós aprendemos com esse erro. De maneira que três meses depois os processos foram de total diálogo com a comunidade. [...] a nossa grande dificuldade nesse processo foi o próprio professor, posto que ele não compreendia que precisava estar formado para trabalhar com a questão da cultura corporal, ela achava que era professor de modalidade. [...] nós procurávamos o professor de Educação Física [...] (Entrevista 5).

Em vista disto, sublinha-se a importância do protagonismo dos atores sociais (participantes, lideranças comunitárias, pessoas da comunidade) nas ações que afetam diretamente o funcionamento e permanência do programa nas localidades, por meio de sua resistência à implementação dos núcleos sem a construção de um diálogo com as comunidades.

Ademais, reconhece-se como um movimento que sinaliza para a legitimação do princípio democratização no âmbito do programa o fato de tornar o conhecimento pertinente à cultura corporal acessível às comunidades, segundo o relato dos gestores em destaque:

[...] a ideia era a cultura corporal, trabalhar o conceito de cultura corporal, nosso objeto não é o esporte, nosso objeto é a cultura corporal (Entrevista 1).

Então está relacionado mesmo a cultura corporal, levar o conhecimento, enquanto elemento que nós possamos estar trabalhando em relação ao esporte e ao lazer, então isso é o básico (Entrevista 4).

Quanto à ampliação dos espaços de participação dos atores sociais da comunidade no conjunto das ações a serem desenvolvidas, verifica-se que além das reuniões e assembleias comunitárias que propiciavam a mobilização, articulação e organização das comunidades em torno do programa; procurou-se possibilitar ao coletivo local a ocupação dos diferentes espaços de lazer e socialização dos comunitários, sem contudo levar em consideração seu estado de conservação, como ressaltado na fala exposta abaixo:

[...] se tiver um campo batido e não tiver trave estamos lá. Tem algum espaço de lazer onde se possa fazer alguma coisa, então estamos lá. Não necessariamente se precisa da estrutura de uma quadra, de um canto ou outro. Assim, a comunidade teve um espaço onde é possível fazer alguma atividade nós estamos lá [...]. E no espaço com uma infraestrutura mínima já dá para fazer mais de uma modalidade (Entrevista 4).

Há, portanto, uma preocupação por parte do grupo gestor no sentido de garantir a democratização dos espaços nos quais pode ser possível a realização das atividades do programa, o que não implica em uma maior participação do coletivo da comunidade nos núcleos se levando em consideração os resultados obtidos em relação à participação por sexo, em que há uma incidência maior de participantes do sexo masculino e por segmento etário em que a maioria dos participantes se concentra no intervalo de idade de 9 a 15 anos.

Sumariamente, em vista dos movimentos elucidados ao levar-se em consideração a existência da democracia participativa no âmbito do Programa Esporte na Comunidade com base no princípio “democratização”, que foram: (1) garantir a participação do coletivo que compõe a esfera comunitária e (2) ampliação dos espaços de participação de cada ator social no conjunto das ações desenvolvidas, constata-se a construção de canais de diálogo importantes com a comunidade, algo que na política anterior e no início da gestão do governo em xeque não fora identificado. Estes apesar de assumirem uma configuração diminuta e limitada no tocante ao atendimento das demandas de esporte e lazer das comunidades apontam para uma nova perspectiva de configuração das intervenções governamentais no setor do esporte e lazer, de modo determinante no município de Fortaleza/CE. Evidencia-se aqui a importância do protagonismo dos diferentes atores sociais das comunidades nas ações que afetam diretamente o programa em cada localidade, seja com ações de apoio e/ou resistência ao governo. Também se reconhece como relevante o fato do conhecimento inerente à cultura corporal ser garantido às comunidades atendidas.

c. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Ao discutir a democracia participativa nas políticas públicas de esporte e lazer se traz à tona a necessidade de se conhecer os princípios e mecanismos que legitimam esse modelo de democracia que tem como um de seus determinantes a participação. Conjectura-se que esse novo tempo em que a participação se amplia e se ativa passa a regular a administração pública e os governantes, determinando um novo modelo de administração, que obriga a gestão a reorganizar-se em termos de planejamento organizativo e material humano. Entretanto, deve atentar para o fato de que o novo status adquirido pela participação no campo da gestão pública não diz respeito somente a uma mudança política e teórico-ideológica, mas, sobretudo, às determinações da “modernidade radicalizada e da globalização capitalista” (NOGUEIRA, 2004).

Com base nisto, a participação, que no escopo do programa é nomeada participação popular, vincula-se à ideia de que, conforme Souza Sobrinho *et al.* (2006, p. 7),

as práticas de participação popular significam a construção de uma esfera de poder que aponte uma relação entre Estado e sociedade onde a sociedade civil possa pautar a transparência das ações de governo, a inversão de prioridades e a abertura dos canais que viabilizem o controle político da gestão, tendo em vista a conquista da hegemonia na sociedade em torno de um programa socialista.

Para tanto, esse autor ressalta que os atores sociais envolvidos com o programa nas comunidades também precisam compreender as variáveis, as conjunturas e as correlações de força presentes na esfera do governo e do Estado. Pelo exposto, infere-se que a proposta desta política traduz-se em um comprometimento com a participação das comunidades materializada no envolvimento delas nas decisões e no controle social das ações, além de possibilitar a potencialização da comunidade no sentido de organizar-se e planejar, conjuntamente com o Estado, políticas públicas voltadas ao atendimento de suas demandas sociais e também estimular a auto-organização desta em favor do seu direito ao esporte e ao lazer.

Com fundamento em Teixeira (2002), na acepção de participação com controle social na realidade do programa, esta se materializa em um processo no qual os atores e organizações sociais das comunidades monitoram a ação do governo via ação dos gestores no tocante às questões sociais e políticas pertinentes ao programa no contexto dos núcleos, a fim de garantir o cumprimento das ações planejadas e atendimento das demandas por esporte e lazer.

Sob tal orientação, procurou-se construir condições objetivas de participação popular que culminaram com a instituição das assembleias comunitárias de esporte e lazer²⁵, que consistiam em espaços de fortalecimento da comunidade como coletivo, e também de mobilização e participação popular; e as comissões comunitárias de esporte e lazer²⁶, que visavam suprir a exigência de organização da comunidade para uma constante e efetiva participação na construção do núcleo de esporte e lazer. Pretendia-se como isto garantir espaços nos quais as comunidades pudessem expor suas demandas de esporte e lazer, assim como exigir atendimento junto às instituições responsáveis. Além disto, essas instâncias eram utilizadas também com a finalidade de gerar mudanças na organização comunitária. Assim sendo, o debate representava a estratégia de diálogo com os atores sociais nas diferentes instâncias de participação com o propósito de assegurar que as ações pertinentes ao programa sejam decididas coletivamente

25 *No primeiro momento, a intervenção das assembleias é limitada ao programa, de modo que as decisões a serem tomadas pertencem exclusivamente à realidade de cada núcleo.*

26 *Esta deve ser composta por delegados e delegadas eleitos na Assembleia Comunitária de Esporte e Lazer. Cabe a mesma acompanhar e auxiliar o professor/a em sua prática e contribuir para a mobilização da comunidade. Com isto, busca-se “integrar a sistemática de participação popular às práxis pedagógicas do programa” (SOUSA SOBRINHO *et al.*, 2006, p. 8).*

em conformidade com as demandas da comunidade (SOUZA SOBRINHO *et al.*, 2006). Pelo anunciado, é plausível compreender que essas instâncias consistiam em espaços participativos, assim sendo, deveriam ter caráter essencialmente educativo e contribuir no sentido de fortalecer os vínculos comunitários e a tomada de consciência em relação à sua condição de classe, uma vez que, como salienta Sousa Sobrinho *et al.* (2006), o atendimento às demandas das comunidades não pode ser realizado sem a efetiva participação popular.

Diante da configuração assumida pela participação popular, seria essencial que os atores sociais direta e indiretamente envolvidos no programa se apropriassem de conhecimentos/conceito de participação popular, de organização comunitária e dos mecanismos de participação popular. E paralelo, anterior ou depois da apropriação de tais conhecimentos, seria necessário que participassem de vivências, ações práticas, pois se entendia que o conceito surgiria destas intervenções, ou seja, da ação (doc. Projeto Esporte na Comunidade, 2007, s/n).

Cunha *et al.* (2009, p. 5), ao abordar a participação popular a partir de um diagnóstico dos núcleos (ver anexo 2) obtido por meio do uso das técnicas de investigação observação direta e participante, questionários, entrevista com grupo focal e entrevistas diretas que foram sistematizadas em um documento síntese, identificou nove núcleos do programa com expressivo potencial de/para a participação popular, a saber: Vila Manoel Sátiro, Parque Santana, Grande Jangurussu, Presidente Kennedy, Bairro Hellery, Pan Americano, Vila União/Planalto Universo, Parque Manicura e Rosalina.

É importante evidenciar que a investigação supracitada foi orientada por um documento que permitia a identificação no que concerne à participação popular:

(a) as ferramentas de participação popular: reuniões, comissões, assembleias, planejamento participativo, participação no orçamento participativo; b) mobilização: se ocorrem as mobilizações dentro da comunidade, quem realiza tais mobilizações e com se realiza; c) parcerias e organização comunitária: se existem parcerias com as entidades comunitárias, como quem são as parcerias e como se processam;

(b) impacto social: como o programa é visto pela comunidade (lideranças formais, lideranças naturais, pais de alunos, alunos e comunidade em geral).

Outro aspecto considerado diz respeito à infraestrutura dos núcleos: recursos materiais (quantidade, qualidade, estado de conservação, tempo de duração) e espaço físico (onde ocorrem as atividades, o estado de conservação do espaço, a iluminação e o acesso - físico e simbólico). Salienta-se que o estudo ora exposto não traz uma descrição da participação popular nos núcleos que possa ser observada por meio de ações/situações concretamente vivenciadas pelas comunidades que tenham impulsionado em mudanças em termos de infra-

estrutura, orçamento e outros, ele apenas apresenta sumariamente o modo como elas estão se organizando, a partir do potencial de cada uma, em torno do programa.

Após caracterizar a participação popular com base no documento projeto norteador do programa, em Sousa Sobrinho *et al.* (2006) e em Cunha *et al.* (2009), passa-se a evidenciar a maneira como a participação popular se consolidava no cotidiano das comunidades a partir da percepção do grupo gestor, dos participantes, das lideranças comunitárias e demais pessoas da comunidade.

É interesse esclarecer, segundo o entrevistado, que:

a participação popular era uma proposta pedagógica. Nós não tínhamos nenhuma crença de que o caminho era a participação popular. Nem muito menos de que o caminho era a ampliação da democracia, posto que esta não se ampliou na verdade, se ampliou a possibilidade do debate. Entendido como algo que tem a possibilidade de acumular conhecimento. Mas, em termos de democracia, eles não decidiam nada na verdade. Se a comunidade falasse: nós queremos uma quadra! Nós não tínhamos condições de fazer uma quadra. Se a comunidade dissesse: nós queremos uma reforma aqui! Nós não tínhamos condições de fazer isso. Então, na verdade nós tentávamos mostrar a eles que nós não podíamos fazer isso, que quem faz isso é [...] (Entrevista 1).

E reforça a partir de sua compreensão acerca da participação popular no programa que o propósito último seria a organização comunitária, para tanto os atores sociais deveriam perceber-se como sujeito histórico no processo de construção do conhecimento que era permeado pelo diálogo,

[...] era um momento pedagógico para eles [a comunidade] se entenderem como sujeitos históricos. Mas, o objetivo final era que eles como sujeitos históricos se organizassem. Porque, a organização não pode ser algo simplesmente abstrato. Ah! vamos nos organiza para fazer isso! Isso tem que ser feito a partir de um diálogo e a ideia era se organizar em torno do programa e do núcleo que era algo real e viabilizar a estrutura, intervir no processo pedagógico, debater e acumular conhecimento e se preparar para algo maior (Entrevista 1).

Existe, portanto, uma ação pedagógica que orienta a ação dos atores sociais – participantes. Esta é mediada pelo professor em sua ação político-pedagógica de mobilização e articulação da comunidade com base nos mecanismos de participação popular. Sendo assim, é “extremamente fundamental que o professor contribua na consolidação de rotinas com a comunidade em espaços que a comunidade fale, reflita e construa algo para ela relacionado ao esporte e ao lazer” (doc. Projeto Esporte na Comunidade, 2007, s/n). Sabe-se que a referência de organização comunitária aludida pressupõe o reconhecimento do ser cidadão, ou

seja, é necessário conforme os dizeres de Santos (1987) aprender a cidadania e, ao mesmo tempo, desenvolver a competência humana de fazer-se sujeito, para construir a história do esporte e lazer na comunidade de maneira coletiva e organizada (DEMO, 1995).

Porém, devido aos impasses na gestão da Célula de Esporte e Lazer, o sentido de organização comunitária proposto foi utilizado para justificar inoperância dos órgãos responsáveis pela manutenção dos equipamentos de esporte e lazer e a escassez de estrutura material como se verifica:

só que se tornou um processo que essa organização foi de certa forma assimilada pela gestão [...]. Assim, nós não tínhamos orçamento para nada e então nós fomos “tapar os buracos” que a gestão não conseguia resolver. Então, resulta no que se propõe a participação popular agora, é a comunidade ajeitando a quadra, conseguindo a bola do próprio bolso, a comunidade bancando eventos [...] Quer dizer, isso não é um trabalho [...] No meu entendimento, isso é militância, mas essa militância não chega ao objetivo que era posto inicialmente, porque ela não avançava na perspectiva de classe, é uma militância meio ativista, ela não tem clareza das contradições [...] ela reduziu o papel do Estado, ela está dando conta do Estado. Se ela fizesse o debate da contradição e fosse “para cima” do Estado, beleza, era o que nós queríamos mesmo, trabalhar a soberania da comunidade. Nesse caso, não é soberania da comunidade, é substituir o Estado mesmo. Então, eu tentava toda hora desmistificar o debate da participação popular e da democracia e chegou a ponto de uma contradição mesmo dentro da própria gestão, dentro da própria coordenação (Entrevista 1).

Pode-se reportar a Teixeira (2002) ao discorrer sobre a participação orientada à expressão que possui um caráter simbólico e se limita apenas à intervenção por meio das ideias, ainda que cause algum impacto ou influencie no processo de tomada de decisão.

A ausência de manutenção dos espaços de realização das aulas levou a comunidade a organizar em torno do programa em substituição ao Estado como destacada na fala anterior e que é retratado na fala do líder comunitário:

[...] pintamos os campos, pintamos os alambrados, colocamos as redes, limpamos os campos, então quem mantém tudo isso somos nós. Eu até entendo e reconheço que é direito da comunidade, é direito dos moradores zelar pelo patrimônio, mas infelizmente nem todos pensam assim, que tem que zelar para poder preservar [...] (Entrevista 11).

Compreende-se este modelo de participação como sendo orientado para a decisão, posto que se reveste em práticas de intervenção organizada e não episódicas dos atores da sociedade civil, esta é reconhecida como fundamental e definidora. Entretanto, Teixeira (2002) adverte que a participação orientada para a decisão e a participação orientada para a

expressão têm possibilidades de efetivação limitadas. O contexto descrito acima sobre a participação popular é visto sob o enfoque do autor, no qual esta é utilizada pelos governantes com o propósito de envolver segmentos dominados da população em seus projetos políticos, como estratégia de redução de custos e com objetivos de controle ideológico, com vista a legitimar o governo e os programas de cunho compensatório.

Ao focar a participação como um mecanismo de intervenção/aproximação da gestão com a comunidade, que foi impulsionado pelos novos arranjos societais, os quais passaram a questionar a democracia representativa, conforme Nogueira (2004), é válido evidenciar o modo como ocorre o diálogo entre a Secretaria de Esporte e lazer e as comunidades atendidas identificadas pela lideranças comunitárias e pelos participantes do programa.

A comunidade da Rosalina está de parabéns e a prefeita está de parabéns, porque a nossa comunidade apesar de alguns moradores não reconhecerem. Mas, o momento em que a comunidade foi mais assistida foi no atual governo, nós conseguimos [...] e o Esporte na Comunidade [...] (Entrevista 17).

[...] não há esse elo entre a SECEL, a associação e a comunidade. Gostaria de enfatizar que a SECEL depois que colocou o PENC aqui, ela tem o projeto, porém ela não assiste à comunidade (Entrevista 20).

Quanto à divulgação, eu penso que no início ela existiu, esse contato entre a associação e a SECEL para que esse projeto viesse para cá [...]. Mas, quanto à questão de como é o acompanhamento da SECEL em relação ao programa aqui na comunidade, de como se dá esse apoio à comunidade eu não sei falar muito, eu não tenho conhecimento disto, de como é isto (Entrevista 16).

Não conheço nenhuma ação da associação e nem da prefeitura no conjunto (Entrevista 15).

Com isto, chama-se a atenção para divergência em relação à atuação da secretaria em questão e em última instância a gestão do programa nas comunidades apontadas pelas lideranças comunitárias que correspondem a primeira e a segunda fala. Também se acentua o desconhecimento por parte dos participantes em relação a esse aspecto.

Outra consideração a ser feita é a falta de interesse no que concerne à criação de mecanismo de participação popular na comunidade, como informa a liderança comunitária/ agente social de esporte e lazer:

o [...] teve aqui, mostrou a importância e nos incentivou a formar o conselho de esporte. Só que infelizmente nessa área aí os moradores não deram apoio. Não teve nenhuma pessoa que fosse atrás com baixo-assinado colhendo assinatura e na hora de formar esse conselho, não houve pessoas interessadas em querer formalizar [...] (Entrevista 11).

É possível justificar tal falta de interesse pela ausência de práticas inerentes à constituição do poder local que consoante Texeira (2002), é sempre visto como centro de atraso e mandatismo, aparece hoje, em alguns municípios, como cenário de inovações, seja como novos agentes políticos, seja como movimentos e organizações da sociedade civil. Porquanto, este mecanismo de participação precisa ser apreendido pelas comunidades para, então, fazer parte de seu cotidiano, de sua cultura nos dizeres de Santos (1987).

Em síntese, pode-se afirmar que a participação no Programa Esporte na Comunidade é demarcada pelo ideário da participação popular como mecanismo pedagógico. Entretanto, pelas falas dos diferentes atores sociais que atuam nele, é possível considerar que esta se propunha a ser bem mais do que isso, no sentido de que tinha como finalidade última a organização das comunidades não somente em torno do programa, mas também no sentido delas interpelarem o Estado que, ao mesmo tempo, seria a única instituição capaz de garantir seu direito ao esporte e ao lazer.

Por outro lado, vê-se que eram impostos dois limites para a “participação política”, quais sejam: o modo como o Estado se estrutura, que tem como escopo a ineficiência de seus órgãos e a burocratização no que tange, respectivamente, à construção e manutenção de equipamento de esporte e lazer e aos recursos orçamentários, isto é, a viabilização de condições objetivas para o funcionamento dos núcleos; e a carência dos atores e das organizações sociais de experiências norteadas por este princípio, que de certa forma impediriam o avanço do debate em torno da soberania popular da comunidade naquele momento.

Pelo exposto, pode-se apontar que a participação política como princípio da democracia participativa, além de representar um avanço no que diz respeito à garantia de acesso e à democratização do esporte e lazer, é de suma importância para a obtenção de condições subjetivas e objetivas de consolidação do esporte e do lazer como direitos sociais, especificamente no Programa Esporte na Comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A democracia participativa entendida como um ideal democrático que supõe o envolvimento dos cidadãos nos diferentes níveis de participação na sociedade se constituiu no objeto do estudo. Mediante isto, investigaram-se os princípios “acesso”, “democratização” e “participação política”, que compreendem o conceito de democracia participativa, nas políticas públicas de esporte e lazer do município de Fortaleza/CE, considerando como recorte o Programa Esporte na Comunidade. Para tanto, teve-se como problema de pesquisa o seguinte questionamento: em que medida os princípios norteadores da democracia participativa repercutem no quadro das políticas públicas de esporte e lazer do Governo Municipal de Fortaleza/CE, no período (2005-2008), considerando como parte desta política o Programa Esporte na Comunidade?

Com base neste recorte, partiu-se para analisar as repercussões dos princípios norteadores da democracia participativa que se faziam presentes no programa e que estavam reportados à autonomia e auto-organização social, buscando-se, também, considerando o perfil da população atendida, a identificação e a análise das estratégias de “acesso” desenvolvidas; bem como a verificação da consolidação dos princípios de “democratização” e de “participação política” no que diz respeito ao direito ao esporte e ao lazer. Como pressuposto afirmou-se que o modelo de gestão da política municipal de esporte e lazer, bem como as estratégias presentes em suas ações inviabilizavam e/ou eram insuficientes para a consolidação da democracia participativa, considerando o contexto específico (2005-2008) no que concerne ao Programa Esporte na Comunidade (Fortaleza/CE).

O Programa Esporte na Comunidade desde seu surgimento, que se deu em 2005, apresentou dois modelos institucionais. O primeiro dizia respeito a um modelo vinculado ao esporte de rendimento, que estava ancorado em acordos/questões políticas que determinavam os locais de implementação dos núcleos, assim como os princípios e práticas de esporte (cf. entrevista 1 e 5). Este primeiro modelo institucional persistiu até o ano de 2006, quando gestores da área de Educação Física referenciados por uma teoria crítica tomam para si a responsabilidade da direção do programa e criam o segundo modelo institucional, vigente no período (2006-2009). Este foi formulado com base nas experiências da gestão no setorial de esporte e lazer do Partido dos Trabalhadores, notadamente, dos Governos de Caxias do Sul/RS, Recife/PE e Belém/PA e no ideário político dos atores sociais que estavam na direção da Célula de Esporte e Lazer a época (cf. entrevista 5). Esta pasta pretendia desenvolver uma política de esporte e lazer voltada à classe trabalhadora, estimulando as práticas participativas e democráticas que apontassem para a transformação social, tendo por princípio a inacessibilidade dos sujeitos, pertencentes a essa classe social, aos espaços e práticas de esporte e lazer (cf. doc. Projeto Esporte na Comunidade, 2007).

Do ponto de vista da análise, pôde-se verificar que para o estabelecimento do programa em questão, houve conflitos de interesses no cenário político-partidário no interior da Célula de Esporte e Lazer e culminou com a liderança do Partido dos Trabalhadores. Esse conflito de interesses assegurou um rearranjo conceitual e metodológico, ao passo que a visão preponderante até então se vinculava ao esporte de rendimento e foi redefinida, passando a assumir o conceito de cultura corporal, considerando o esporte e o lazer como direitos sociais pelo menos sob o olhar do discurso “oficial”.

No processo de intervenção, o Programa Esporte na Comunidade utilizou como estratégias para aproximação e reconhecimento da comunidade a identificação das lideranças locais (cf. entrevista 4). Nesta direção, inicialmente (momento do surgimento do programa com base em seu segundo modelo institucional - 2006), o grupo gestor não só discutia, durante as assembleias e reuniões com a população atendida, questões reportadas à infraestrutura e ao funcionamento dos núcleos, mas também aspectos relacionados aos eixos norteados, aos conceitos e às concepções do programa. Também realizava consulta às comunidades no tocante à aceitação ou não do programa em cada localidade. Contudo, paulatinamente as estratégias de ampliação da participação e envolvimento comunitário foram sendo restrin- gidas em função de aspectos burocráticos (cf. entrevista 1 e 4), mas que nas entrelinhas pode ser analisado pela perda da relevância do programa na gestão do Partido dos Trabalhadores.

Quanto à análise dos núcleos investigados em relação à organização social constatou-se que:

Na comunidade Planalto Universo, somente um membro da associação dos moradores atua diretamente no programa, acompanhando cotidianamente as atividades no núcleo e mobilizando a comunidade em torno de questões referentes à problemática comunitária no local. Na Rosalina, reconhece-se a existência de uma organização social consolidada que é representada pela Cooperativa das Costureiras e pela Associação Comunitária da Rosalina. Ambas atuam diretamente no acompanhamento das atividades do programa e mantêm interlocução permanente com o professor, que já é reconhecido na comunidade como uma liderança local por manter uma relação familiar com os moradores. A primeira organização cede espaços para o funcionamento das atividades e a segunda contribui na mobilização e organização da comunidade em torno do programa. Na Serrinha, não foi evidenciada a existência de organização social institucionalizada que mantivesse interlocução com o programa, o que existe é a mobilização de famílias que residem próximo ao núcleo em algumas ações no sentido de solucionar demandas concernentes à infraestrutura das ruas e à realização de festividades comemorativas. Na comunidade Presidente Kennedy, há uma liga esportiva responsável pela administração do local de funcionamento do núcleo. Ela mantém certo distanciamento do programa e por isso limita o acesso dos participantes ao campo; na Associação Comunitária e Esportiva Presidente Kennedy, que acompanha o trabalho desenvolvido pelo programa na comunidade, há um representante da associação que auxilia o

trabalho da professora. Na comunidade João Paulo II, existem associações comunitárias no bairro e ligas esportivas que atuam no espaço do núcleo, mas não foi evidenciada uma relação de proximidade entre os representantes das ligas e o programa. No entanto, a comunidade é atendida por uma rede de ONG's que desenvolvem projetos sociais em parceria com o governo municipal e estadual. Destaca-se na comunidade o comprometimento do professor no tocante ao acompanhamento e auxílio cotidiano das famílias dos adolescentes e jovens participantes do programa.

Das comunidades analisadas neste trabalho – Planalto Universo, Rosalina, Serrinha, Presidente Kennedy e João Paulo II – ficou evidente um paradoxo na comunidade Rosalina, pois ao mesmo tempo em que ela apresenta a maior problemática em relação à condição de vida das famílias e ao acesso ao programa por não ter um local adequado para o funcionamento do núcleo, é a que se mostra mais propícia ao desenvolvimento dos princípios da democracia participativa, considerando a interlocução das organizações sociais com o programa. É notório na Rosalina um movimento dos atores sociais no sentido da autogestão e auto-organização social manifestado na ação de suas representações. Também se reconhece que o esporte e o lazer foram democratizados na comunidade à medida que crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos participam das atividades oferecidas pelo programa.

Logo, é possível inferir que nas comunidades onde a organização social se faz presente, o trabalho desenvolvido tem maior êxito como o visto na Rosalina. Desta forma, há maior envolvimento das lideranças que mantêm relação direta com o professor e o grupo gestor do programa, além de contribuir com mobilização da comunidade, ao passo que a divulga e a sensibiliza em relação à importância do programa. É verdade que isto não é suficiente para a permanência dele na comunidade quando se tem como parâmetro o aporte financeiro e humano necessários à manutenção do núcleo e da definição de prioridades no âmbito da Secretaria de Esporte e Lazer de Fortaleza.

Pelos resultados obtidos em relação ao perfil da população atendida pelo programa, constatou-se que a maioria dos participantes são crianças e adolescentes do sexo masculino em processo de escolarização, os quais residem com os pais. A predominância de participantes do sexo masculino pode ser explicada pelo fato de o futebol ser a prática predominante em todos os núcleos investigados. Vale ressaltar que a comunidade tem autonomia na definição dos temas da cultura corporal a serem ofertados. Assim, a escolha do futebol poderia sugerir, como fator determinante, a influência da mídia no tocante ao enaltecimento do esporte-espetáculo (BRACHT, 2005). No entanto, é preciso considerar também as condições de infraestrutura para a realização das atividades nos núcleos.

Quanto à situação de ocupação e ao salário dos pais, comprovou-se que o pai trabalha em empresa privada com carteira assinada e recebe de R\$ 90,00 a R\$ 800,00 – situação de menos da metade dos participantes. Enquanto, a mãe trabalha em empresa privada com

carteira assinada e recebe de R\$ 465,00 a R\$ 500,00 – realidade de uma minoria dos participantes. O quadro apresentado mostra uma reduzida participação dos pais em ocupações formais, isto se acentua quando se refere às mães que estão em condições de inferioridade em relação aos pais. A situação de exclusão social é mais agravante quando se tem como referência a região Nordeste como mostra Pochamann *et al.* (2003).

Entre as famílias, a renda mensal varia de R\$ 233,50 a R\$ 3.720,00, média de R\$ 908,76 (confirmou-se alta heterogeneidade na distribuição da renda familiar). Deste modo, o perfil socioeconômico das famílias corresponde ao estrato social baixo. Portanto, é possível afirmar que a intervenção governamental em xequê atende à população correspondente a classe trabalhadora – como determina o documento de criação do programa. Logo, aponta-se que em tese isto pode ser um aspecto favorável na perspectiva de ampliação da garantia do acesso ao esporte e ao lazer desta população no município de Fortaleza/CE.

Constatou-se ainda que metade dos participantes teve conhecimento sobre o programa por meio de informações oriundas de amigos. Esta evidência pode sugerir que há uma aceitação dele por parte da comunidade, o que determina sua divulgação nos diferentes ambientes de convivência comunitária. Pouco mais da metade dos participantes frequenta as atividades de 3 a 5 vezes por semana e têm tempo de participação de 1 a mais de 2 anos, isto demonstra o interesse pela permanência no programa por parte destes.

Também, a maioria dos participantes tem como objetivos da prática de esporte e/ou prática corporal aprender a jogar e continuar jogando, ser jogador de futebol, conquistar medalhas e com isto melhorar de vida. Quase metade dos participantes tem como motivo principal de participação no programa o gosto pelo jogo/futebol, o aprendizado de jogar e treinar. Destaca-se aqui a influência do futebol na perspectiva de meio para resolução da desigualdade social e ascensão social/profissional via esporte de alto rendimento, o que reforça a opção da maioria dos participantes pela prática do futebol. Tal aspecto pode significar a apropriação da concepção de esporte vigente na sociedade contemporânea, que é veiculada pelos meios de comunicação de massa e está centrada no futebol como um esporte espetáculo (BRACHT, 2005).

Levando-se em consideração o Estado brasileiro, que a partir de sua estrutura organizativa limita a ampliação do direito social ao esporte e ao lazer à medida que estes são garantidos apenas no plano jurídico-formal, é compreensível que nos limites do programa o argumento encontre legitimação, o que pode impactar e limitar o acesso da população ao conjunto de ações do programa. Diante desta situação, ressalta-se a necessidade de estabelecer novos parâmetros de manutenção e funcionamento do Programa Esporte na Comunidade, no sentido de ampliá-lo e qualificá-lo como ação de governo/Estado prevista no orçamento do município e assegurada por lei. Pois, somente assim, a população poderá usufruir plenamente do esporte e do lazer como direitos sociais.

No tocante à consolidação do princípio “democratização” no programa, destaca-se a existência de canais de diálogo importantes com a comunidade, algo que na política anterior e no início da gestão do atual governo (época de vigência do primeiro modelo institucional) não fora identificado (cf. entrevista 4 e 5). Estes, apesar de assumirem uma configuração diminuta e limitada no tocante ao atendimento das demandas de esporte e lazer das comunidades beneficiadas, sinalizam para a possibilidade de construção de um modelo alternativo de intervenção governamental no setor do esporte e lazer no município de Fortaleza/CE, quiçá, no Brasil. Na conformação do programa, evidencia-se a importância atribuída ao protagonismo dos atores sociais nas intervenções que afetam diretamente a execução e o funcionamento das ações em cada localidade, seja na mobilização e organização da comunidade ou mesmo na resistência ao governo diante da imposição do programa sem uma consulta prévia à comunidade – trata-se do primeiro modelo institucional – (cf. entrevista 4 e 5). Também é reconhecido como relevante o fato do conhecimento inerente à cultura corporal ser garantido às comunidades atendidas.

É possível constatar que, no programa, a participação é vista como um mecanismo de mobilização e articulação das comunidades que têm como propósito último a soberania popular, seja na democratização do uso dos espaços de esporte e lazer no próprio bairro, seja nas ações permanentes e focais de mobilização e organização da comunidade para discutir seu modo de fazer esporte e lazer e/ou reivindicar junto aos setores competentes as demandas de espaços, equipamentos e materiais necessários à realização das atividades, seja no modo de fazer da prática cotidiana nos núcleos uma prática democrática. (cf. Projeto Esporte na Comunidade, 2007). Vê-se, portanto, que a participação no programa é demarcada pelo ideário da participação popular como mecanismo pedagógico, entretanto pelas falas do grupo gestor é possível considerar que esta se propunha a ser bem mais que isso, no sentido de que tinha como finalidade última a organização das comunidades não somente em torno do programa, mas também no sentido delas interpelarem o Estado, única instituição capaz de garantir o direito ao esporte e ao lazer das comunidades (cf. entrevista 1).

No quadro do Programa Esporte na Comunidade, existem dois limites para a consolidação da “participação política”. Primeiro, o modo como o governo se estrutura, que tem como escopo a ineficiência de seus órgãos e a burocratização no que tange, respectivamente, à construção e à manutenção de equipamento de esporte e lazer e à viabilização e à liberação de recursos orçamentários necessários à manutenção dos núcleos; segundo a carência das comunidades quanto às práticas participativas, que de certa forma impediriam o avanço do debate em torno da soberania popular das comunidades.

Embora se reconheçam, nos documentos norteadores e nas ações evidenciadas pelo grupo gestor, pelos professores, participantes e responsáveis, e pelas lideranças comunitárias, avanços em termos de consolidação da democracia participativa; pode-se dizer que os

resultados apresentados não apontam para a garantia de ampliação do direito ao esporte e ao lazer de modo efetivo, posto que no período (2005 - 2008) de vigência da política em xeque, não foi verificada a existência de melhorias em termos de condições de manutenção e segurança de suas ações, pelo contrário, houve declínio em termos de fornecimento de estrutura material e condições salariais do professores.

Diante do exposto, é possível sugerir que no campo político-administrativo e no âmbito da pasta de esporte e lazer do município de Fortaleza/CE, existiram desdobramentos que em alguma medida comprometeram ou reverteram a identidade do Programa Esporte na Comunidade. São exemplos: o cenário de correlação de forças políticas no espaço da extinta Célula de Esporte e Lazer, a transição de gestão da Secretaria de Esporte e Lazer de Fortaleza, em que foi evidenciado um estado de incerteza quanto à continuidade do programa, a identificação dos atores sociais (grupo gestor, professores, participantes e responsáveis, e lideranças comunitárias) com esta política que implicaria na apropriação ou não de seus fundamentos e o histórico de organização social das comunidades

Por fim, salienta-se que não basta uma mudança no cenário político, no sentido de recomposição partidária, uma vez que a depender das forças políticas presentes na arena de disputa no governo e do jogo de interesses dos grupos envolvidos, a política (ações, programas e projetos) mostra-se mais ou menos democrática, mais ou menos participativa para que seja possível a garantia dos princípios “acesso”, “democratização” e “participação política” no Programa Esporte na Comunidade, no município de Fortaleza/CE.

Em relação ao contexto social local, a partir do município de Fortaleza/CE, faz-se alusão a Pochmann *et al.* (2003, p. 26) ao afirmar que,

nesse início de novo milênio, o país continua a contar com um projeto de nação fragilizado pelas disparidades entre as áreas que o compõem. Os ‘acampamentos’ de inclusão das regiões Centro-Sul, que se destacam em relação à ‘selva’ de exclusão destas mesmas regiões, e das regiões Norte e Nordeste, mais do que um sinal de progresso, são a marca do esgarçamento do ‘tecido’ social. [...] Não há dúvidas de que a face do país pode ser outra, em que o plano geográfico seja capaz de apontar para a existência de uma sociedade menos desigual, ainda que plural, diversa e democrática.

É neste cenário de “selva de exclusão” que o desafio de constituição das políticas de esporte e lazer, em especial o Programa Esporte na Comunidade, encontra seus obstáculos e, ao mesmo tempo, sua possibilidade de materialização da democracia participativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSARÉ, Patativa do. **Digo e não peço segredo**. São Paulo: Escrituras Editora, 2001.
- BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. 3ª ed. – Ijuí: Editora Unijuí, 2005.
- BEHRING, Elaine [et al.]. **Política social fundamentos e história**. 4ª ed. - São Paulo: Cortez, 2008.
- BOURDIEU, P. [et al.]. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRANDÃO, A. Sobre a democracia participativa: Poulantzas, Macpherson e Carole Pateman. In: **Descentralização, cidadania e participação**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 54, ano 18, julho de 1997.
- BORON, Atilio A.. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- BORON, Atilio A.. Os “novos Leviatãs” e a *pólis* democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: SADE, Emir & GENTILI, Pablo [orgs]. **Pós-neoliberalismo: que Estado para que democracia?** Rio de Janeiro: Vozes, 1999, p. 7-67.
- CASTELLANI FILHO, Lino [org]. **Gestão e política de lazer: a formação de agentes sociais**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da educação física**. 2ª ed. Revisada, São Paulo: Cortez, 2009.
- CUNHA, Marcel Lima [et al.]. **Programa Esporte na Comunidade: participação popular e análise do diagnóstico dos núcleos**. Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e III Congresso Internacional de Ciências do Esporte, Salvador – BA, 20 a 25 de setembro, 2009.
- DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. São Paulo: Autores Associados, 1995.
- DUMAZEDIER, Jofre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- GALLIANO, George. **O Método científico: teoria e prática**. São Paulo: Harbra, 1986.
- GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W. &

GASKELL, George (editores). In: **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p. 64-89.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. – São Paulo: Atlas, 2007.

IANNI, Octávio. **Transcrição de aula dada no curso de pós-graduação em ciências sociais**. Pontifícia Universidade Católica – São Paulo, 1º de setembro, 1986.

LIÃO Jr., Roberto. **Políticas públicas de educação física, esporte e lazer no governo do Distrito Federal, 1995 – 1998: tensões e desafios de um projeto contra-hegemônico**. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

MARCELINO, Nelson. **Lazer e Educação**. São Paulo: Papirus, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 5ª ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

MASCARENHAS, Fernando. **Lazer como prática da liberdade**. 2ª ed. - Goiânia: Ed. UFG, 2004.

_____. **Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer**. Tese de Doutorado - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

MILLER, Pierre & SUREL, Yves. **Análise de políticas públicas**. Edições Montchrestien, Paris, 1998. (tradução livre (não autorizada)) de Elcylene Leocádio.

MINAYO, Maria Cecília [et al.]. Qualitativo-quantitativo: oposição ou complementaridade? In: **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 9 (3), p. 239-262, Jul/Set, 1993.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEREIRA, Potyara A.P. Estado, regulação social e controle democrático. In: BRAVO, Maria Inês Souza & PEREIRA, Potyara A.P. **Política social e democracia**. Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

POUCHMANN, Márcio [et al.] (Orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

POULANTZAS, Nicos. **O estado, o poder e o socialismo**. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

REIS, Elisa. Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, fev. 2003, vol. 18, nº. 51, p. 11-14. ISSN 0102-6909.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SOUSA, Celina. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. In: Re-

vista Brasileira de Ciências Sociais, fev. 2003, vol. 18, nº. 51, p. 15-20. ISSN 0102-6909.

SOUSA SOBRINHO [et al.]. **Para celebrar a utopia:** reflexões sobre o Programa Esporte na Comunidade no município de Fortaleza-Ce, 2007:02. Texto construído durante o I Seminário de Avaliação do Programa Esporte na Comunidade em 24 de jul de 2006.

SUASSUNA, Dulce Maria F. de A [et al.]. **Política e lazer:** interfaces e perspectivas. Brasília: Thesaurus, 2007.

VIEIRA, A. Evaldo. As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos. In: **Política social e direitos.** Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 53, ano 18, março de 1997.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e política social.** Coleção polêmicas do nosso tempo. São Paulo: Cortez, 1992.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global:** limites e desafios da participação cidadã. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2002.

TELLES, Vera. **Direitos sociais:** afinal do que se trata? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 3ª ed. - Porto Alegre: Bookman, 2005.

DOCUMENTOS

BRASIL. **Constituição Federal.** Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.

_____. **MINISTÉRIO DO ESPORTE. I Conferência Nacional do Esporte: Documento final.** Brasília, 17 a 20 de junho, 2004.

_____. **II Conferência do esporte: coletânea de textos, versão preliminar.** Brasília, 04 a 07 de maio, 2006.

_____. **Lei Zico.** Lei Federal n. 8.672/1993 de 06 de julho de 1993.

_____. **MINISTÉRIO DO ESPORTE. Política Nacional do Esporte.** Resolução do N°. 05/Conselho Nacional do Esporte de 14 de junho de 2005.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Carta de Princípios de uma Administração Popular e Democrática para o Esporte e Lazer.** Brasília-DF, 1994.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Contribuição do setorial de esporte e lazer do PT-PE para o plano de governo da frente do Recife.** Recife-PE, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. Célula de Esporte e Lazer. **Projeto Esporte na Comunidade.** Fortaleza-CE, 2006.

SITES CONSULTADOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas das Populações dos Municípios em 2008**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=1215. Data de acesso: 12/03/2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Data de acesso: 06/05/2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Notícias da Secretaria de Esporte e Lazer**. Disponível em: http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=174&Itemid=239. Data de acesso: 27/12/09.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Plano Plurianual 2006-2009**. Disponível em: http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?q=%22fortaleza+em+n%FAmeros%22&option=com_busca&cx=013371646703034318664%3A-ttyok9jfw8&cof=FORID%3A11%3B&ie=ISO-8859-1#242. Data de acesso: 12/03/2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Habitafor**. Disponível em: http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=7829&Itemid=12. Data de acesso: 13/03/2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Projeto Rua da criança**. Disponível em: http://www.fortaleza.ce.gov.br/esporte/index.php?option=com_content&task=view&id=7&Itemid=59. Data de acesso: 13/03/2010.

ANEXOS

ANEXO I

DOCUMENTO N.º 1 – QUESTIONÁRIO: CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NO PENC

SUJEITOS RESPONDENTES: PARTICIPANTES (ALUNOS)

Instruções para o preenchimento do questionário:

1. Não é necessário se identificar. As respostas são anônimas e as informações serão utilizadas somente para fins de pesquisa.
2. Todas as questões que você irá responder tratam de sua participação no Programa Esporte na Comunidade (PENC).
3. Procure responder todas as informações marcando um “X” ou escrevendo nos espaços quando necessário.

1. INFORMAÇÕES PESSOAIS

1.1. IDADE

1.2. SEXO:

- Masculino
 Feminino

1.3. ESTADO CIVIL

- Solteiro (a)
 Separado (a)
 Viúvo (a)
 Casado (a)

1.4. 1.4 – VOCÊ ESTUDA?

- Estuda
 Já estudou
 Nunca estudou

1.5. SE VOCÊ ESTUDA OU JÁ ESTUDOU, QUAL O NÍVEL DE ENSINO?

1.5.1. Ensino fundamental:

- 1º ano
- 2º ano
- 3º ano
- 4º ano
- 5º ano
- 6º ano
- 7º ano
- 8º ano
- 9º ano

1.5.2. Ensino médio:

- 1º ano
- 2º ano
- 3º ano

1.5.3. Educação de jovens e adultos:

- Fundamental
- Ensino médio
- Projovem

1.5.4. Curso de formação para o trabalho:

- Corte e costura
- Cabeleireiro
- Enfermagem
- Operador de telemarketing
- Informática e/ou computação
- Outros, qual ou quais?

1.5.5. Qual a última série que você cursou?

1.6. VOCÊ ESTUDA OU JÁ ESTUDOU EM QUE TIPO DE ESCOLA?

- Particular

Pública municipal

Pública estadual

1.7. VOCÊ ESTUDA OU ESTUDOU EM QUE TURNO?

Manhã

Tarde

Noite

Intermediário

1.8. VOCÊ TRABALHA?

Sim

Não

1.8.1. Se você trabalha, que tipo de trabalho você realiza:

1.8.2. Quanto você recebe por esse trabalho?

1.9. EM QUE BAIRRO VOCÊ MORA?

1.10. COM QUEM VOCÊ MORA?

Com seu pai e/ou mãe

Com outros parentes

Com outras pessoas

1.11. SUA FAMÍLIA É ATENDIDA POR OUTRO (S) PROGRAMA (S) SOCIAL (IS) DO GOVERNO?

Sim

Não

1.11.1. Se sua família é atendida por outro (s) programa (s) social (is) do governo, diga qual ou quais.

Bolsa família

Outro

1.11.2. Quanto sua família recebe por mês deste(s) programa(s) social(is)**2. SITUAÇÃO ECONÔMICA DOS PAIS****2.1. SEU PAI TRABALHA?**

- Sim
- Não
- Não sei

2.1.1. Qual a profissão de seu pai?**2.1.2. Qual o tipo de trabalho do seu pai?**

- Funcionário público
- Funcionário de empresa privada
- Prestador de serviço
- Autônomo

2.1.3. Seu pai trabalha com carteira assinada?

- Sim
- Não
- Não sei

2.1.4. Quanto seu pai recebe por mês?**2.2. SUA MÃE TRABALHA?**

- Sim
- Não
- Não sei

2.2.1. Qual a profissão de sua mãe?**2.2.2. Qual o tipo de trabalho da sua mãe?**

- Funcionária pública
- Funcionária de empresa privada
- Prestadora de serviço
- Autônoma

2.2.3. Sua mãe trabalha com carteira assinada?

- Sim
- Não
- Não sei

2.2.4. Quanto sua mãe recebe por mês?

3. GRAU DE INSTRUÇÃO DOS PAIS

3.1. VOCÊ SABE ATÉ QUE SÉRIE SEU PAI ESTUDOU?

- Nunca estudou
- Não completou a 4ª série
- Completou a 4ª série
- Não completou a 8ª série
- Completou a 8ª série
- Não completou o ensino médio
- completou o ensino médio
- concluiu a faculdade
- começou, mas não concluiu a faculdade
- não sei

3.2. VOCÊ SABE ATÉ QUE SÉRIE SUA MÃE ESTUDOU?

- Nunca estudou
- Não completou a 4ª série
- Completou a 4ª série
- Não completou a 8ª série
- Completou a 8ª série
- Não completou o ensino médio
- Completou o ensino médio
- Concluiu a faculdade
- Começou, mas não concluiu a faculdade
- Não sei

4. PERFIL ECONÔMICO FAMILIAR

4.1. QUEM É O RESPONSÁVEL PELA SUA FAMÍLIA?

4.2. QUANTAS PESSOAS MORAM EM SUA CASA?

4.3. QUANTAS PESSOAS MORAM EM SUA CASA E TRABALHAM?

4.4. QUAL A RENDA MENSAL DE SUA FAMÍLIA, JUNTANDO O SALÁRIO DE TODAS AS PESSOAS (PAI, MÃE, IRMÃOS ETC.) QUE MORAM EM SUA CASA?

- até 465,00
- R\$ 466,00 – 930,00
- R\$ 931,00 – 1.860,00
- R\$ 1.860,00 – 3.720,00
- Maior que R\$ 3.720,00

4.5. QUEM CONTRIBUI NA RENDA MENSAL DE SUA FAMÍLIA?

- Pai
- Mãe
- Pai e mãe
- Irmãos
- Avô
- Avó
- Outros

4.6. QUAL O TIPO DE SUA MORADIA?

- Apartamento
- Casa
- Barraco

4.7. QUAIS APARELHOS ELETRODOMÉSTICOS TÊM EM SUA CASA?

- Fogão

- Geladeira
- Ventilador
- Liquidificador
- Máquina de lavar
- Aspirador de pó
- Freezer
- Forno microondas

4.8. QUAIS APARELHOS ELETRÔNICOS TÊM EM SUA CASA?

- Televisão
- Rádio
- Aparelho de som com CD
- Aparelho de DVD
- Videocassete
- Ar condicionado
- Computador
- Automóvel/carro

4.9. NA SUA CASA TEM ACESSO À INTERNET?

- sim não

4.9.1. Se sua resposta foi sim, qual o tipo de acesso?

4.10. NA SUA CASA TEM TV POR ASSINATURA?

- sim não

5. PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA ESPORTE NA COMUNIDADE

5.1. COMO VOCÊ FICOU SABENDO DO PENC?

- por amigos
- por familiares
- pelo professor do núcleo
- pelo líder comunitário

- por material de divulgação (panfletos ou faixas)
- propaganda nos meios de comunicação (rádio ou televisão)
- Outro

5.2. HÁ QUANTO TEMPO VOCÊ PARTICIPA DO PENC?

- menos de 3 meses
- de 3 a 6 meses
- de 6 meses a 1 ano
- de 1 anos a 2 anos
- a mais de 2 anos

5.3. QUANTAS VEZES POR SEMANA VOCÊ PARTICIPA?

5.4. QUAIS OS ESPORTES OU ATIVIDADES FÍSICAS VOCÊ PRÁTICA NO PENC?

- Basquete
- Handebol
- Voleibol
- Futsal
- Futebol
- Atletismo
- Karatê
- Capoeira
- Ginástica
- Outro

5.5. VOCÊ PARTICIPA DE OUTRAS ATIVIDADES DO PENC ALÉM DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS E FÍSICAS?

- Sim Não

5.5.1. Se você participa de outras atividades do PENC além do esporte ou da atividade física, diga qual ou quais:

- Reuniões comunitárias
- Passeios

- Assembleias comunitárias
- Planejamento participativo
- Torneios ou festivais esportivos
- Outros

5.6. VOCÊ É ATENDIDO POR ALGUM(S) PROGRAMA(S) SOCIAL (IS) DO GOVERNO DE INCENTIVO À PRÁTICA DE ESPORTE?

- Sim Não

5.6.1. Se sua resposta for sim, diga qual o programa:

5.6.2. Quanto recebe por mês deste programa?

5.7. QUE MOTIVOS JUSTIFICAM SUA PARTICIPAÇÃO NO PENC?

5.8. QUAIS OBJETIVOS VOCÊ PRETENDE ATINGIR COM A PRÁTICA DE ESPORTE OU DE ATIVIDADE FÍSICA NO PENC?

5.9. QUANTAS PESSOAS DE SUA FAMÍLIA PARTICIPAM DO PENC?

ANEXO II

DOCUMENTO N°.2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA N°.1

SUJEITO ENTREVISTADO: PARTICIPANTE, LIDERANÇA COMUNITÁRIA/COMUNIDADE

1. Qual a importância do Programa Esporte na Comunidade para você?
2. Como se dá a relação entre a associação e a Prefeitura Municipal de Fortaleza?
3. Na sua opinião, o que poderia ser melhorado/aperfeiçoado em relação ao Programa Esporte na Comunidade?
4. Como se dá a relação da associação com a comunidade?
5. A comunidade participa das decisões na associação? Como se dá este diálogo?

ANEXO IV

DOCUMENTO N°.4- ROTEIRO DE ENTREVISTA N°.3

SUJEITO ENTREVISTADO: GRUPO GESTOR

Eixos Temáticos	Temas	Subtemas
Eixo I Marco teórico do PENC	Pressupostos teóricos que fundamentaram a construção do projeto e as diretrizes do programa.	- Concepção de esporte e lazer - Política de esporte e lazer - Relação esporte, lazer e direito social (qual significado? Para que serve?)
Eixo II Intervenção do PENC nas comunidades		- Dinâmicas (ou estratégias) e mecanismos - Atores e grupos sociais envolvidos no processo - Áreas de atuação do programa
Eixo III Acesso e democratização	Elementos norteadores destes princípios no PENC.	- Dinâmicas (ou estratégias) - Funcionamento: estrutura, locais
Eixo IV Participação política	- Mecanismos de participação da comunidade nas ações do programa. - Mobilização e articulação da comunidade.	- Planejamento participativo - Resposta da SECEL às demandas da comunidade - Compreensão da proposta
Eixo V - Funcionamento		- Dificuldades e avanços - Recurso orçamentário - Estrutura dos núcleos

ANEXO V

DOCUMENTO Nº. 5 - AUTORIZAÇÕES DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

À Secretaria de Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Fortaleza
Coordenação do Programa Esporte na Comunidade

Eu, Ana Amélia Neri Oliveira, solicito junto à Coordenação do Programa Esporte na Comunidade autorização para realizar a pesquisa de campo do projeto intitulado “Democracia participativa e políticas públicas de esporte e lazer: o programa esporte na comunidade em Fortaleza” nos núcleos das comunidades Planalto Universo, Rosalina, Serrinha, Presidente Kennedy e João Paulo II. O referido estudo trata de uma pesquisa de mestrado realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade de Brasília – UnB, sob a orientação da Prof^ª. Dra. Dulce Suassuna.

Atenciosamente,

Ana Amélia Neri Oliveira
Pesquisadora

Prof(a). Da. Dulce Suassuna
Orientadora



Ministério do
Esporte



ISBN: 978-85-69196-48-2



9 788589 119648 2